

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Daniel Assunção Alencar

E a sua mulher?
**Reflexões sobre a pergunta dirigida ao analista e a utilização
clínica da noção de demanda**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**São Paulo
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Daniel Assunção Alencar

E a sua mulher?
**Reflexões sobre a pergunta dirigida ao analista e a utilização
clínica da noção de demanda**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação do Prof. Doutor Manoel Tosta Berlinck.

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**São Paulo
2010**

BANCA EXAMINADORA

Para Marti e Ceci

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Manoel Tosta Berlinck, por me acolher no Laboratório de Psicopatologia Fundamental, e me ensinar a escrever a clínica.

Aos colegas do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, principalmente pelos comentários transformadores de antigas posições de escrita. Em especial à Ana Cecilia Magtaz, Marciela Henckel, Regina Gromann, Oscar Miguelez, Julieta Jerusalinsky, José Waldemar Turna, Evelyse Stefoni de Freitas, Fernanda Serpeloni, Suzana Lima e José Carlos Zeppelini. À Alessandra Balaban, pelas inúmeras conversas sobre diversas etapas da elaboração do trabalho.

À Martina, minha mulher, entre tantas coisas queria agradecer pela nossa rotina deliciosa, por dividir comigo a vida – nem sempre ao meio –, pela sua vitalidade incorrigível, enfim, por tudo aquilo que dá forma ao mundo tão especial que criamos para nós. Minha pequena Cecília, que nasceu e cresceu com esse trabalho, agradeço muito pela bagunça encantadora que me fez trabalhar com o pique da oportunidade. Meu cachorro Whisky, não posso esquecer, pela companhia horas a fio ao lado da cadeira.

À minha mãe Eda, cuja estante de livros foi onde li pela primeira vez a palavra *frêudi*. Meu pai, Turíbio, que me transmitiu o desejo de entender algo a fundo. Meu irmão, Gustavo, pela distância sempre tão próxima que nesses tempos se manifestou na máquina de café expresso que me deu de presente.

Aos integrantes da Banca de Qualificação – pelas sugestões tão surpreendentes – e agora da Banca Examinadora, Silvana Rabello e Christian Ingo Lenz Dunker. Aos suplentes Fani Hisgail e Miriam Debieux Rosa. Ao Prof. Christian também por me acompanhar desde as primeiras iniciativas em direção ao mestrado.

À Sandra Pavone, minha supervisora na ocasião das primeiras construções do caso clínico.

À Fabiana Jardim, pela revisão do texto, sua leitura cuidadosa, os comentários pertinentes e a importante interlocução. Arnaldo Menezes Jr. e Luciana Pires pela versão em inglês do resumo. Gabriela Rinaldi pela última leitura.

A toda equipe do CAPS Infantil Sé pela reflexão diária sobre a clínica.

Aos amigos com quem dividi especialmente esse tempo de mestrado. Marcus Goes, também mestrando, sempre a postos com a profundidade que lhe é tão peculiar. Dri Canepa e Kléber Araújo pelas cervejas com muito humor. Ivan Estêvão pelo apoio e a conversa contínua sobre a psicanálise. Rodrigo Veinert e o nosso papo antigo sobre as coisas da vida. Rogério Silva, pelo papo da clínica.

Aos meus sogros e sogras, Cláudia, Fábio, Pablo, Tessa, meus pais, Eda e Turíbio, e minha cunhada Mariana, pela ajuda com a Ceci para trabalhar e me reaproximar da minha mulher, ainda mãe recém-nascida.

À CAPES e ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

E a sua mulher? Reflexões sobre a pergunta dirigida ao analista e a utilização clínica da noção de demanda.

ALENCAR, Daniel Assunção.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da situação clínica na qual o paciente insiste em fazer perguntas diretas ao analista. Tal situação revela-se a partir da construção do caso clínico de uma jovem mulher atendida em consultório particular, em acordo com o método de investigação adotado no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. O objetivo do trabalho é, então, refletir sobre o manejo da pergunta dirigida ao analista, em sua relação com o consenso clínico de não responder a demanda do paciente. Tal relação manifesta-se na postura, muitas vezes assumida pelo analista, de isentar-se de responder as perguntas do paciente, quando faz equivaler a isso não responder sua demanda. Para problematizar essa postura, e seu efeito no processo da análise, fomos levados a investigar a noção de demanda na obra de Jacques Lacan. Concluímos que há certas situações na clínica que exigem como estratégia responder a pergunta, para revelar a demanda que a sustenta.

Palavras-chave: demanda, pergunta, psicanálise.

***What about your wife?* Reflections on the question directed to the analyst and on the clinical application of the notion of demand.**

ALENCAR, Daniel Assunção.

ABSTRACT

This master's dissertation deals with the clinical situation in which the patient insists on asking direct questions to the analyst. This situation was brought up by the construction of a clinical case of a young woman seen at a private psychoanalytical office, according to the investigation method employed at the Laboratory of Fundamental Psychopathology of the Department of Graduate Studies in Clinical Psychology of the Catholic University of São Paulo - PUC-SP. The purpose of this work is, hence, to reflect upon the handling of the question directed to the analyst, in its relation with the clinical consensus of not responding to the patient's demand. Such relation is manifested in the attitude, usually taken by the analyst, of exempting from answering the patient's questions, because this would be equivalent to not responding to the patient's demand. In order to discuss this attitude, and its effect on the analysis process, the notion of demand in Jacques Lacan's work was investigated. We have come to the conclusion that there are certain clinical situations which require the strategy of answering the question, in order to reveal the demand that underlies it.

Keywords: demand, question, psychoanalysis

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Sobre o método	4
2. O caso Sabrina	16
2.1. Reflexão sobre o caso	31
3. Como foi com Dora?.....	39
3.1. Lacan e o manejo do caso Dora.....	42
3.2. Distinções lacanianas.....	55
3.3. De volta a Dora.....	57
4. O processo da análise.....	60
4.1. Interpretar	60
4.2. Desenvolver a transferência.....	68
4.3. Retificação subjetiva.....	71
5. A pergunta de-Clara: E a sua mulher?	75
6. O que é demanda?.....	79
6.1. Dialética do desejo e da demanda: oral, anal, genital.....	79
6.2. Desejo, demanda, posição na transferência	88
6.3. Desejo e demanda nas neuroses.....	92
Considerações finais: hipótese sobre a demanda no caso	102
Bibliografia	109

INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte das inquietações da clínica do consultório particular e da complexa tarefa de se formar analista. Parte dessa tarefa consiste em problematizar a clínica, contrapondo-se à tentação, sem dúvida existente, de ancorar-se num discurso já estabelecido, imaginando que bastaria repetir uma técnica para ocupar a função de analista. Essa função exige o questionamento da teoria a partir da vivência clínica. É como parte desse questionamento no qual, como diz a famosa fórmula de Lacan, é o analista que se autoriza por si mesmo, que essa dissertação encontra seu objetivo.

Entende-se aqui que essa autorização passa por um exercício de apropriação do discurso já constituído da teoria, que se realiza na tarefa de escrever a clínica.

Foi necessário um longo percurso para transformar essa inquietação numa questão, ou seja, para especificá-la num problema de pesquisa. Como esse percurso será utilizado nesse trabalho como apoio para a discussão do método, optamos por abordá-lo de fato no “Capítulo 1 – Sobre o método”. Nessa “Introdução”, pretende-se abordar, em seu sentido mais literal de aproximar-se das beiradas, que questão é essa e apresentar o panorama de como a desenvolvemos no decorrer do trabalho.

Partimos do atendimento de uma jovem mulher, que em si mesmo poderia abrir para diversas questões (“Capítulo 2 – O caso Sabrina”). No entanto, a construção do caso clínico sobre esse atendimento prioriza um certo recorte, no qual evidencia-se a insistência da paciente em fazer perguntas diretas ao analista.

A análise de Sabrina (nome fictício dado para o caso) dura pouco tempo, pois a própria paciente a interrompe, alguns meses após iniciado o tratamento. Outro importante aspecto do caso diz respeito às relações triangulares nas quais a paciente se envolve e traz como queixa a ser tratada: Sabrina nutre um *interesse* pelo que aqui chamaremos de “a outra mulher”, *seja*

sua sogra, na relação triangular que estabelecia com o namorado, sejam *as mulheres que seu pai teve* depois de sua mãe, seja, enfim, pela *outra mulher do namorado*, que entra em cena no decorrer da análise.

Elementos do caso como sua interrupção prematura, as relações triangulares, levaram-nos a retornar ao caso Dora¹. Tal retorno não diz respeito tanto ao diagnóstico de histeria, quanto a esses elementos em comum. A hipótese de histeria para o caso de Sabrina será mantida em suspenso até que sua reflexão a sustente de forma satisfatória.

A recuperação do caso Dora nos levou, em seguida, ao comentário que Lacan faz do seu manejo, refletindo sobre as causas que poderiam ter levado à interrupção prematura daquele tratamento. Descobrimos, em Lacan, um pensamento sobre o processo da análise que irá se aprofundar durante o trabalho, tornando-se um eixo central ao qual voltaremos sistematicamente (“Capítulo 4 – O processo da análise”).

Para incrementar a discussão que o caso Sabrina levanta, no breve capítulo 5, narramos uma vinheta clínica que conduz o tema da pergunta do paciente ao limite de, como diz Quinet, *encostar o analista contra a parede* (QUINET, 2005, p. 18). Esse fragmento clínico nos leva a pensar sobre o manejo de uma situação que pode se constituir no decorrer de uma análise. Dessa forma, o problema de pesquisa se especifica ainda mais ao se distanciar da pergunta circunstancial que pode ser feita ao analista. O trabalho se debruça então sobre o manejo clínico de um impasse constituído pela insistência do paciente em perguntar algo ao analista.

Para essa discussão, nos utilizamos da estratégia de estabelecer uma relação entre esse impasse e o consenso clínico de não responder a demanda (noção desenvolvida por Lacan) do paciente. Trata-se de uma relação de identificação entre a pergunta do paciente e sua demanda. Assumimos muitas vezes na clínica uma postura de não responder às perguntas do paciente, de nos calarmos diante delas, com a justificativa de que assim estaríamos nos

¹ No “Capítulo 3 – Como foi com Dora?” o leitor encontra uma breve exposição introdutória ao caso clínico de Freud.

precavendo de não responder a demanda. Cabe então a questão: não responder a pergunta equivale a não responder a demanda? Essa questão, central para o trabalho que aqui apresentamos, permite a problematização da postura de isenção frequentemente assumida na prática para dar conta de um problema, diríamos, “no atacado”. Nessa trilha, fomos levados a investigar o conceito de demanda na obra de Lacan (“Capítulo 6 – O que é demanda?”).

Durante todo o trabalho procura-se retomar o caso clínico, problematizando-o à luz das novas elaborações. No entanto, reservamos as considerações finais para uma apresentação mais sistemática a respeito da demanda no caso e do manejo da pergunta ali dirigida ao analista.

1. SOBRE O MÉTODO

“Nossa ciência só se transmite ao articular oportunamente o particular”.
(Jacques Lacan)

O método é, em sua significação mais imediata, o “caminho pelo qual se chega a um determinado resultado” (FERREIRA, 1975, p. 919). Como caminho a ser percorrido na elaboração de uma dissertação de mestrado, o método diz respeito à forma de se caminhar para atingir tal objetivo. Essa forma é, no caso desse trabalho, orientada por uma posição específica, a posição da Psicopatologia Fundamental.

Para falar dessa posição que, como diz Berlinck, “orienta, dirige, os trabalhos que estão sendo realizados no Laboratório de Psicopatologia Fundamental” (2008, p. 25), talvez seja necessário falar primeiro sobre o percurso realizado em direção a ela. Isso na medida em que, ao procurar o Professor Manoel Tosta Berlinck, então diretor do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Núcleo de Psicanálise do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), penso que esse trabalho propunha percorrer um caminho desenhado a partir de uma posição distinta.

Pode-se dizer que esse trabalho nasce num determinado contexto de envolvimento com a prática clínica realizada em consultório particular. Desde que me formei no ano de 2000 pela PUC-SP recebo pacientes no consultório. Essa prática, como já é costume dizer a respeito da formação do analista, é sustentada num tripé: análise pessoal, estudo e supervisão. É nesse contexto de formação psicanalítica que surge o desejo de escrever uma dissertação de mestrado.

Em tal contexto, a prática clínica se apresenta principalmente como um impasse, na medida em que, em sua grande maioria, os atendimentos não seguem adiante, ou seja, não chegam a implicar o paciente numa questão sobre si que o leve ao trabalho de decifração

próprio de uma análise. Esse impasse, assim como a análise pessoal, conduziu-me aos textos de psicanálise, particularmente à obra de Lacan. Como do lado do analista a experiência era vivida primordialmente como um impasse, a análise pessoal era nesse momento o campo privilegiado onde a experiência da análise podia ser interrogada, e levada mais adiante.

O mestrado surge então, pelo menos a princípio, como uma possibilidade de se pensar com mais rigor essa experiência, mas também a própria obra de Lacan. Naquele momento inicial, é a leitura de Lacan que motiva um problema de pesquisa. Trata-se de uma questão que surge sob o impacto de uma passagem específica do texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. Cito a passagem:

Assim, o analista é aquele que sustenta a demanda, não, como se costuma dizer, para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida. (LACAN, 1998a, p. 624).

Chama atenção nessa afirmação a interessante inversão que faz Lacan: o analista, ao invés de operar uma frustração, a convoca. Por outro lado tal afirmação também estabelece uma relação intrigante, qual seja: ao não responder a demanda, o analista provoca o reaparecimento de significantes que retêm essa frustração que se trata de convocar. O que Lacan quer dizer com isso? O que significa dizer que uma categoria de falta – já que no ensino de Lacan a falta pode ser frustração, castração, ou privação – esteja retida? Qual a relação disso com o sofrimento neurótico?

Numa outra passagem encontram-se algumas pistas sobre o sentido dessa afirmação, gerando assim novas questões. Cito:

Pois, se os significantes da demanda sustentaram as frustrações em que o desejo se fixou (a *Fixierung* de Freud), é somente no lugar deles que o desejo é sujeitador. (LACAN, 1998a, p. 641).

Qual o estatuto desses significantes? Essas questões me levaram a pensar o lugar da noção de frustração na obra de Lacan como problema de pesquisa.

Quanto à prática clínica, o que terá contribuído para o impacto que essa afirmação de Lacan suscitou? Já havia ali uma inquietação a respeito da escuta analítica: o que afinal o analista escuta? Para essa questão o pensamento de Lacan foi importante, ao remeter a escuta analítica para o que há de irreduzível no discurso do sujeito. Cito Lacan:

O que desperta nosso interesse é a maneira como Freud procede para abordar o problema (...) Em suma, o que nos diz ele? Freud constata constâncias e as relata. O que lhe parece essencial são os avatares dessa fantasia, suas transformações, seus antecedentes, sua história, suas subjacências, aos quais a investigação analítica lhe dá acesso. A fantasia, de fato, passa por um certo número de estados sucessivos, durante os quais podemos constatar que alguma coisa se modifica e alguma coisa permanece constante. Trata-se, para nós, de extrair ensinamentos do resultado dessa investigação minuciosa, que traz a marca que constitui a originalidade de quase tudo que Freud escreveu – precisão, insistência, trabalho do material até que as articulações que lhe parecem irreduzíveis sejam realmente isoladas (1999, p.245).

Quando o tema da frustração na obra de Lacan amadurece como projeto de pesquisa, procuro o Professor Manoel Berlinck. É nesse momento que me deparo com a concepção metodológica do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, na qual um projeto de pesquisa para ser ali aceito, deveria partir da narrativa de uma vivência clínica. Tal exigência foi um primeiro contraste entre minha posição inicial, e a posição da Psicopatologia Fundamental.

Para definir a posição da Psicopatologia Fundamental, pode-se dizer, com Berlinck, que se trata de uma posição:

[...] interessada num sujeito trágico que é constituído e coincide com o *pathos*, o sofrimento, a paixão, a passividade. (...) Nesse sentido, quando *pathos* acontece, algo da ordem do excesso, da desmesura se põe em marcha sem que o eu possa se assenorear desse acontecimento, a não ser como paciente, como ator. (2008, p. 18).

Fala-se aqui fundamentalmente de uma posição de escuta de “um sujeito que porta uma única voz que fale do *pathos*”. Para o autor, quem ocupa esse lugar de escuta é sempre objeto de transferência de uma narrativa sobre esse *pathos* (BERLINCK, 2008, p. 23). Narrativa essa que, por sua vez, é feita por um sujeito que supõe que quem o escuta é capaz de transformá-la em experiência. Por experiência, Berlinck entende simplesmente a palavra em seu sentido de

“enriquecimento”, ou seja, como “possibilidade de se pensar aquilo que ainda não foi pensado” (2008, p. 24).

Oriunda da Grécia do tempo de Péricles, a posição da Psicopatologia Fundamental é caracterizada por Berlinck como uma posição clínica. Inclinar-se como o espectador no teatro, ou como médico diante de seu paciente, é o que na Psicopatologia Fundamental corresponde à escuta diante de alguém que narra seu *pathos* (BERLINCK, 2008, p. 22). Daí também deriva o uso do termo experiência que, nessa abordagem, tem o sentido arcaico de “enriquecimento advindo dos pensamentos suscitados no público pela representação” (p. 17).

O termo Psicopatologia Fundamental, cunhado por Pierre Fédida, opõe-se à Psicopatologia Geral de Karl Jaspers. Ao contrário dessa última, que diz respeito a uma narrativa objetiva, a Psicopatologia Fundamental refere-se a uma narrativa que inclua a dimensão subjetiva (BERLINCK, 2008, p. 7). Para tanto, uma psicopatologia – discurso sobre o sofrimento psíquico – que se queira fundamental deve produzir um discurso outro que não o discurso racional, um discurso da voz única que fala do *pathos*. Nas palavras de Berlinck, trata-se de um discurso que “à medida que produz experiência, é terapêutico”. A esse discurso, que nesse sentido se opõe ao discurso racional, Berlinck chama de discurso “mito-poético epopéico” (2008, p. 20).

Logo surge, no encontro com o Laboratório de Psicopatologia Fundamental e com a posição que o constitui, uma questão quanto à relação dessa posição com a psicanálise. Qual o lugar possível para o conhecimento adquirido durante a formação psicanalítica na pesquisa a ser desenvolvida no Laboratório?

Segundo Berlinck “a psicanálise nasce e se desenvolve como uma Psicopatologia Fundamental” (2008, p. 24). Isso porque, do ponto de vista do autor, há uma identificação entre o discurso produzido pela posição da Psicopatologia Fundamental, e o que se chama na psicanálise de metapsicologia. “Na posição da Psicopatologia Fundamental”, diz, “se produz

metapsicologia, ou seja, um discurso mito-poiético epopéico que é uma experiência e que, como tal, é terapêutica” (BERLINCK, 2008, p. 24).

Contudo não há aí, como poderíamos ser levados a pensar, uma identificação de posições entre a psicanálise e a Psicopatologia Fundamental. Esses dois campos não se sobrepõem. Há entre a psicanálise e a Psicopatologia Fundamental uma relação em que, nas palavras de Berlinck, a primeira “é a casa mais confortável existente na contemporaneidade” para a segunda (2008, p. 24).

Esse ponto de vista parece derivar de uma concepção própria acerca da produção de conhecimento na psicanálise. Para Berlinck, a metapsicologia tem como paradigma a ficção.

O autor entende como recurso metodológico proposto por Freud:

[...] reconhecer que a natureza é inapreensível e que a narrativa científica ocorre tendo como paradigma a ficção. Assim, o relato do caso clínico não corresponde à realidade objetiva porque inclui não só aquilo que determina a posição do observador, mas, também, aquilo que, provindo do objeto, determina o pensamento do observador.

A interação dessas duas posições (a do observador e a do observado) produz a subjetividade que determina a narrativa do caso clínico. (2007, p. ix-xii).

Numa conhecida passagem do texto *Os instintos e suas Vicissitudes*, Freud (1915)² nos fala um pouco sobre metodologia. Ele escreve:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. [...] chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico,

² Todos textos de Sigmund Freud utilizados integram a *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Rio de Janeiro: Imago, 1996). Para facilitar a leitura e a identificação dos textos referidos, ao longo da dissertação utilizo a data de publicação original.

relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior [...] O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. [...] mesmo ‘conceitos básicos’, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo. (FREUD, 1915, p. 123).

O raciocínio de Freud, que de fato impressiona pela sinuosidade que é capaz de sustentar, corrobora a afirmação de Berlinck citada acima, e nos remete à ideia de um início da psicanálise como Psicopatologia Fundamental. Como diz Freud, antes de se tornarem conceitos básicos, as ideias abstratas são confrontadas com o material clínico na atividade científica do psicanalista. Por confronto entende-se aqui o que Freud chama de “repetidas referências ao material de observação”, ou então: “investigação mais completa do campo de observação”. Essas ideias não são nem produto exclusivo de uma observação que se pretende neutra, nem construções arbitrárias simplesmente impostas ao material observado. São determinadas num trabalho contínuo de referência à clínica.

Além do trabalho de esclarecimento de tais ideias, de transformação dessas em conceitos básicos, elas são para Freud determinadas por relações ainda pouco esclarecidas com o material clínico. Isto configura um momento inicial da atividade científica, momento que, para Freud, é anterior à formulação dos conceitos básicos que estruturam uma ciência.

É preciso lembrar também que, mesmo numa ciência com conceitos básicos bem definidos, esses são constantemente alterados em seu conteúdo. No entanto Freud parece considerar essa alteração apenas no que diz respeito ao conteúdo. Este raciocínio relaciona-se com o que Freud chama de “pedras angulares da psicanálise”. Cito:

A pressuposição de existirem processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e repressão, a apreciação da importância da sexualidade e do complexo de Édipo constituem o principal tema da psicanálise e os *fundamentos de sua teoria*. Aquele que não possa aceitá-los a todos não deve considerar-se a si mesmo como psicanalista. (1922[1923], p. 264, grifos meus).

Em outra passagem, Freud reduz a três termos as pedras angulares: repressão, instinto sexual, e transferência (1926, p. 256).

Pode-se dizer que, para Freud, certos conceitos fundamentais constituem o campo da psicanálise. Não se procura na psicanálise observar a experiência pura. Conceitos básicos orientam a observação e dirigem a experiência, assim como para Berlinck o relato do caso clínico não visa uma correspondência biunívoca com a realidade, mas sim incluir a dimensão subjetiva que determina a posição do observador e que provém do próprio objeto.

Parece um ponto importante para a Psicopatologia Fundamental o lugar que deve ocupar o discurso teórico já constituído. Na orientação dada à pesquisa que ora se apresenta isso se torna evidente pela preocupação constante do grupo de trabalho com uma possível precipitação da produção teórica já existente sobre o material clínico. Isso porque, como observa Berlinck, o relato do caso pode ser utilizado tanto como fundamento de um argumento teórico, como para exemplificar, justificar, ou aplicar uma teoria³.

Mesmo que do projeto de mestrado apresentado constasse um relato de caso, algum tempo de orientação no Laboratório me levou a perceber que meu trabalho ainda priorizava como objeto de pesquisa o discurso de Lacan, a partir da noção de frustração. Para a posição da Psicopatologia Fundamental, não bastava que o projeto partisse de uma narrativa clínica. A metodologia preservada com tanto cuidado pelo Prof. Manoel e pelos colegas de trabalho remete assim ao perigo expresso na epígrafe do texto *O Divã de Procasto*, de Octave Mannoni. Nesta, Theodor Reik (apud MANNONI, 1992) parece chamar a atenção para a necessidade de precaução constante contra um risco permanente. Cito:

Penso que o futuro analista corre um perigo [...] quando lhe parece que existe uma coincidência exata entre as particularidades do caso e a teoria. É o que eu gostaria de qualificar de fuga para a terminologia mais fútil, a mais distante da realidade. (p. 81).

³ Ideia desenvolvida pelo Prof. Manoel Berlinck na disciplina *O Método Clínico II*, ministrada no primeiro semestre de 2008, no Núcleo de Psicanálise do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.

Ao que parece, há um risco importante na casa da psicanálise para o pesquisador da Psicopatologia Fundamental: a distância da realidade clínica decorrente da proximidade com uma teoria já constituída.

Ao longo do desenvolvimento desse trabalho, contudo, vimos que não há, nem na Psicopatologia Fundamental, nem na sua casa privilegiada, a possibilidade de observação sem ideias ou conceitos norteadores. Pode-se dizer que a “pedra angular” da Psicopatologia Fundamental é seu *pathos* psíquico. Sua metodologia, sua afinidade com a ideia de paradigma ficcional da psicanálise visa integrar a subjetividade, através da interação das posições subjetivas do observador e do observado na determinação da narrativa do caso clínico. Fica a questão agora de como lidar com o risco de se acabar por justificar uma teoria através da narrativa do caso clínico.

Se pensarmos a teoria já constituída em sua relação com a subjetividade do observador, o problema não será o favorecimento desta posição em relação à do observado? Como lidar então com esse risco tão presente para o pesquisador? Qual o método?

O problema parece se estabelecer na relação entre a narrativa do caso, e a metapsicologia que deve então daí surgir. Como evitar que uma posição acabe se sobrepondo à outra? Como preservar o contato com a “realidade” do caso?

Como vimos este não é um problema exclusivo do campo da Psicopatologia Fundamental, tendo sido abordado também de forma profunda pela psicanálise. Lacan, a respeito do perigo de uma compreensão precipitada do analista, dizia:

[...] ele deve sempre pôr em dúvida aquilo que compreende, e dizer-se que aquilo que procura alcançar é justamente aquilo que, em princípio, não compreende. É somente na medida em que, decerto, ele sabe o que é o desejo, mas não sabe o que esse sujeito, com quem embarcou na aventura analítica, deseja, que ele está em posição de ter em si, deste desejo, o objeto. (LACAN, 1992, p. 195).

O Laboratório de Psicopatologia Fundamental se propõe a formar autores, ou seja, pesquisadores capazes de produzir uma escrita original da sua clínica. Para escrever a clínica a partir dessa posição, o que é preciso considerar sob o ponto de vista metodológico? Como se deve caminhar?

Pode-se aqui formular a hipótese de que é necessário, para esse trabalho, que a prática clínica possa, a partir da escrita, ser questionadora da teoria e do próprio lugar para onde essa já é capaz de levar, antes mesmo que a experiência da escrita nos dê a direção. A metapsicologia, em sua relação com um discurso já constituído, é capaz de se anteciper ao que a narrativa clínica pode revelar acerca da singularidade do paciente, assim como ao que pode ser produzido de original no campo teórico.

Esta problemática leva a pensar na função da citação para o processo de escrita. Qual o lugar que a citação deve aí ocupar?

Ao pensar sobre como uma intervenção analítica se produz em sua relação com a teoria, Mannoni nos fala de um determinado tipo de resposta do analista que vem “por si só”. Em seu exemplo, um paciente lhe diz ao término da sessão: “não quero mais voltar”. Mannoni diz então: “Finalmente! É a primeira vez que fala em seu nome” (1992, p. 89 e 88, respectivamente). Ao procurar entender a dinâmica subjacente a esta intervenção explica:

Em todo caso, não era a teoria analítica propriamente dita que podia guiar-me – e o paciente não me deixava muito tempo para refletir ... Mas esse exemplo mostra que é *com o nosso “saber” – sem nos referirmos a ele* – que encontramos as intervenções a fazer. (p. 89).

A reflexão de Mannoni faz pensar na importância de uma citação que se impõe como recurso metodológico. Uma citação que se impõe a partir do caso clínico, ao invés de ser arbitrariamente imposta (sem confronto com o material clínico) àquele no intuito de justificar a construção de determinado autor. Como se o aspecto fundamental nesta psicopatologia de que se trata aqui fosse a observação constante de uma proximidade com o relato do caso.

Pensando ainda na afirmação de Berlinck, de que “a psicanálise nasce e se desenvolve como uma Psicopatologia Fundamental”, lembra-se mais uma vez de Mannoni (1992, p.90):

Freud extraía a sua teoria das interpretações que lhe ocorriam: pelo menos, no período mais fecundo de seu trabalho. Nós, pelo contrário, somos mais propensos a extrair as nossas interpretações da sua teoria. É inteiramente lógico mas temos que levar em conta essa inversão. E Freud tinha a sorte de não ter ninguém a imitar. Hoje, um analista encontra-se nesta situação paradoxal: se ele se identifica com Freud, torna-se alguém que não tem ninguém a imitar. Nem mesmo Freud. Isso parece contraditório, sem dúvida. Mas, de fato, é assim que as coisas funcionam. Cada um que se vire. Só podemos imitar Freud se mostrarmos confiança em nós próprios. Naturalmente, foi Freud quem nos tornou capazes – e até capazes, portanto, de não imitá-lo quando apropriado.

Essa passagem faz pensar que, ao se situar no início da psicanálise, a Psicopatologia Fundamental enfrenta também o difícil problema da autoria. Para tanto parece preservar uma certa distância da teoria já constituída, que permita a reflexão autêntica sobre o caso, e responda à necessidade de proximidade com a realidade clínica acima mencionada.

Podemos argumentar que, para a posição da Psicopatologia Fundamental, um retorno ao início da psicanálise é um importante recurso metodológico. Não será então sua casa mais confortável justamente esse momento inicial da atividade científica a que Freud se refere?

Dizia Lacan que, “como Freud sempre destacou, cada caso deve ser estudado em sua particularidade, exatamente como se ignorássemos tudo da teoria” (2008, p. 18). Isso parece reforçar o ponto de vista de que há na Psicopatologia Fundamental uma preocupação metodológica que não é estranha à psicanálise.

Por outro lado, porque será tão presente ao pesquisador a via que o ofusca da realidade da clínica?

Richard Abibon (2007) discute a questão da transmissão da psicanálise a partir da posição de analisante. Em seus seminários, o método de transmissão consiste em interpretar suas próprias formações do inconsciente. Ele escreve:

Transmitir psicanálise seria transmitir saber? Nesse caso, a topologia é sem dúvida um saber, mas falta demonstrar que escreve alguma coisa da

psicanálise, que pretende transmitir alguma coisa do não-saber que chama de inconsciente.

[...] Transmitir a verdade seria fazer dela um saber? Ao contrário, a verdade está no buraco, no branco que se abre no conteúdo do discurso, esse branco da voz branca, sem timbre, que às vezes denota angústia.

Acabei por considerar que transmitir psicanálise era transmitir não-saber. Cheguei aí a despeito de mim mesmo, ou seja, sem saber, o que é condizente com a lógica do que afirmo. Como? Dando ao inconsciente uma chance para se expressar [...] Captar esse momento de nascimento da psicanálise que é nascimento para o saber, momento frágil, instante de passagem do não-saber para o saber. Dar uma chance para o inconsciente falar, como momento de verdade. (ABIBON, 2007, p. 4).

Vê-se nessa passagem pelo menos três pontos aqui já abordados: o lugar do saber já constituído na psicanálise, a ideia de um momento inicial da psicanálise, e de um saber que se constrói a despeito de si mesmo. O texto observa que na transmissão da verdade (âmbito da psicanálise) duas vias podem ser consideradas: a que a transforma num saber, e a que, sustentando sua dimensão própria de verdade, pode gerar angústia.

Lacan dizia que:

[...] uma das coisas que mais devemos evitar é compreender muito, compreender mais do que existe no discurso do sujeito [...] Eu diria mesmo que é na base de uma certa recusa de compreensão que empurramos a porta da compreensão analítica. (1986, p. 90).

Lacan se refere aqui a uma compreensão para além do discurso do paciente, da mesma forma que uma teoria qualquer poderia antecipar-se a ele. No modo em que Lacan se expressa parece tratar-se mais de uma tradução do discurso do paciente, do que uma interpretação propriamente dita. Interpretar, diz Lacan, de maneira nenhuma pode ser confundido com “imaginar que se compreende” (1986, p. 90).

Essa discussão parece apontar para algo que tem caráter preventivo, um cuidado de permitir que a subjetividade do caso se manifeste. Pretende-se caminhar na elaboração dessa dissertação com isso em mente, para não perder de vista o caso clínico. Lacan dizia que o desejo do analista é um desejo prevenido (1997, p. 360). Entende-se por isso que o analista não está livre do que se propõe a curar, mas marcado pela experiência prévia do inconsciente.

Dessa forma pode trabalhar procurando incluir de maneira sistemática a subjetividade presente no caso clínico.

2. O CASO SABRINA

Sabrina me procura com a seguinte queixa: que eu a ajude a ter prazer de novo. É uma mulher de aproximadamente vinte e cinco anos, que se diz muito triste e desprovida da alegria e criatividade pela qual era reconhecida antes pelos outros. Muito religiosa, solteira, os pais separados há muitos anos, mora com a mãe e os irmãos.

Muito cedo em seu discurso uma certa situação é privilegiada, a saber, sua relação com o namorado e a sogra. Durante as primeiras sessões aponto um significante que chama atenção. Sabrina me fala que “inferniza” o namorado assim como sua sogra faz com ela. A escolha desta palavra parece apontar para uma posição em relação ao namorado, que por sua vez é tomada de empréstimo à sogra.

Essa situação triangular da qual a paciente passa a falar cada vez mais no decorrer das sessões se desdobra, manifestando-se em outros contextos. A sogra a inferniza com ciúme do filho, ela inferniza o namorado, o que parece se repetir no trabalho. Seguindo-se o rastro desta palavra, chama atenção o que Sabrina diz de uma colega que quer substituí-la no trabalho. Essa é mais uma mulher que “inferniza”, assim como a mulher do seu chefe. A essas três mulheres – sua sogra, sua colega, e a mulher do chefe – ela chama de “Três Marias”.

Sabrina me fala também sobre seu pai. Quando tinha cerca de dez anos seus pais se separaram e, no dia do seu aniversário, seu pai vai embora de casa. “Isso para minha mãe foi a morte”, diz. “Minha mãe é muito magra e ela emagreceu mais ainda”. Lembro aqui que na primeira sessão Sabrina queixou-se também de que havia engordado muito, e que chorava com frequência. “Chorar” e “engordar” são significantes que também se repetem nesta história com o pai. “Que ridículo”, diz ela, “faz vinte anos [que o pai foi embora] e eu ainda choro”. Curioso que ainda nesta história pode-se escutar outra referência às “Três Marias”: depois da mãe dela, o pai teve mais duas mulheres.

Por mais que a referência ao pai esteja presente, como que num contraponto à situação com a sogra, esta última é sempre privilegiada por ela nas sessões. Sabrina chega a me dizer que passa o tempo todo pensando na sogra. Do meu lado chego a pensar que é realmente como se ela só me falasse sobre isso, ou seja, sobre sua queixa constante quanto à ausência do namorado e à insuficiência das demonstrações que este faz do amor que sente por ela. Se, por um lado, a queixa constante do namorado é trazida por ela como a sua versão da “infernização” da sogra, por outro me fala que de tanto infernizar o namorado, uma hora ele não vai mais aguentar essa situação.

Interessante que além de acabar me infernizando com tantas queixas dirigidas para o mesmo foco, ou seja, para o namorado – o que pode ser tomado também como motivo para estar ali comigo, me fazer não aguentar mais a situação –, algo mais parece levá-la ao consultório. Sabrina acredita que há algo nessa situação com o namorado que diz respeito a ela própria. Com isso quero dizer que ela pensa que se optar por resolver o problema se separando do namorado, o problema irá continuar no próximo relacionamento. Por isso se empenha para descobrir alguma solução que a implique no problema do qual se queixa.

No decorrer dos atendimentos passa a ficar cada vez mais evidente sua rivalidade com a sogra. As queixas dirigidas ao namorado parecem ter como motivo principal a crença de que em relação à outra mulher ela está sempre “ficando para depois”. Segundo outra expressão a qual recorre muito, Sabrina constantemente se vê deixada “em segundo lugar” aos olhos do namorado. Fala que, na verdade, queria ter o namorado só para si.

Minhas intervenções têm muitas vezes a intenção de retirá-la do escopo da situação impregnante com a sogra. Certa vez digo a ela que, quanto ao fato de sua sogra ser um problema, já havia me trazido provas suficientes. Eu estava interessado em saber como ela se envolvia nestas situações de disputa.

O que justifica essa intervenção é procurar situá-la em relação às situações de disputa em que se engaja. Ao invés de apenas atuar neste roteiro, que seja capaz também de se perguntar sobre sua atuação. Essa intervenção visa produzir um enigma que sustente a existência obscura de algo que se repete para além da situação circunstancial com a sogra, na medida em que se entende como um fundamento da escuta analítica esta suposição de que há algo que permanece como irreduzível nas diferentes situações privilegiadas pelo paciente no decorrer da análise.

Em sua repetição, o elemento *terceiro* se destaca. A sogra-rival a impede de ter o namorado só para ela, assim como sua infernização acabará, na sua profecia, por impedir que fiquem juntos. Também é notável numa fala de sua mãe a marca de um impedimento: “você não vai conseguir ser uma boa dona de casa”. Levando-se em conta que ao me falar da sua mãe, Sabrina se questionava quanto à viabilidade de seu próprio casamento, pode-se supor que mais uma vez se trata de um impedimento na relação com um homem. Qual a função subjetiva de tal impedimento?

Com esta paciente, logo um recurso se mostra particularmente eficaz nas sessões, quando aproveito para sublinhar alguma palavra que me chama atenção. Certa vez me dizia que dominava o namorado. Ao apontar esta palavra, que então é logo qualificada por ela como “inexata”, Sabrina faz a seguinte associação: ela, dominante no casal, mas disputando o controle do namorado com a sogra, sempre foi no passado a dominada, a traída. Agora, namorando um homem que tem como fiel, ainda se sente insegura. Também religioso ou, como ela diz, “fiel a Deus”, Sabrina marca que ainda assim o namorado não pertence só a ela.

Salta aos olhos aqui um estranho movimento. Sabrina, ao mesmo tempo em que procura um homem que imagina ser o mais fiel possível – sua descrição do namorado é a de um homem que é “*quase* um pastor” –, faz questão de marcar de diversas formas que ele não pertence só a ela como confessa ser seu desejo. Esse desejo percorre um certo caminho, que

no fim parece deixá-lo sempre insatisfeito, lembrando o conhecido ditado de “quanto maior a altura, maior a queda”. Pode-se dizer que quanto mais Sabrina se empenha em realizar esse desejo, mais confirma sua insatisfação.

Quanto à transferência, destaca-se uma questão dirigida a mim diversas vezes. Sabrina me fala que, como sou homem, devo saber como são os homens. Há aí uma questão implícita sobre o desejo do namorado. O que fazer com esse namorado diante do qual se sente tão insegura? Que fazer se não sabe, de fato, o que ele quer? Soma-se a isso a imagem de um segundo lugar a que se vê constantemente reduzida ao lado do namorado. Referindo-se a mim como médico, supõe também que devo saber como são as mulheres, e sobre a viabilidade do seu próprio casamento com o namorado. O que estaria ela querendo saber? Seja como for, ela parece supor que tenho a resposta. Brincando com isso, digo a ela certa vez que “para saber disso só mesmo se fosse Deus”. Porém, este comentário deixa em aberto outra questão: porque, para Sabrina, é tão importante que exista esta resposta?

Em meio à insistência do tema da competição com a sogra, Sabrina me fala sobre seu pai, sobre constatar que desde criança luta contra a mulher do pai: “Me sentia assim rejeitada com o meu pai também. Ele amava mais a mulher dele do que eu. Mas isso passou, eu cresci, e agora eu sinto isso com o meu namorado”. A sogra, portanto, parece substituir agora a mulher do pai.

A relação com o namorado é vivenciada por ela de tal forma que, como me diz, “é como se todo dia ele tivesse que provar que me ama”. Provas de amor que vão se mostrando sempre insuficientes. Surgem então alguns enunciados que parecem reafirmar este modo de relação: “coitado [do namorado], não posso exigir dele”. “Eu reconheço que ele se sacrifica por mim, mas isso não me satisfaz”. Formulo então a ela a seguinte questão: “que amor será este que parece ser sempre insuficiente?”.

Pensando na sua história com o pai, fico com a impressão de que esta corrobora de alguma forma esse amor insuficiente. “A mulher perfeita”, dizia seu pai, “é a muda, porque não reclama”. Reclamar é justamente algo do qual Sabrina muito se queixa. Ela não entende porque não cessa de reclamar, de infernizar o namorado. Sua queixa é, em suma, se queixar. Em outras palavras, pode-se dizer que Sabrina se diz insatisfeita com a própria insatisfação que sente acerca de sua relação.

Na transferência, algo desta lamúria parece se repetir comigo. Certa vez, me diz: “sou muito chata, você nunca me namoraria”. É importante lembrar aqui que essa fala vem acompanhada de intensa vergonha. Sabrina diz se sentir envergonhada na minha presença, ao supor que “nunca a namoraria”. Resta saber o que Sabrina crê que seria necessário ter para ser amada por mim, e pelos homens em geral. Não deixa de ser interessante aqui pensar na frase do pai que evoca a perfeição da mulher. O que lhe falta? Que sentença Sabrina poderia ter se formulado ao utilizar estes significantes?

Ao que parece, essa sentença deve colocar em jogo algo do ditado citado acima. Quando me diz que é muito chata, que eu nunca a namoraria, na própria forma de articular essa demanda de amor Sabrina já parece se sentir indigna de ser amada. Diante deste paradoxo ela parece encontrar uma curiosa solução: se antecipa em relação à resposta do outro, posicionando-se como chata. O que ela evita com isso? Talvez, ao adiantar a resposta do outro, evite justamente a resposta de um Outro que não tem como controlar.

Em seu discurso é como se demanda e reclamação se confundissem, realizando o que seu pai dizia: ao falar, a mulher se torna chata.

Em todo caso, a história com o pai repete alguns significantes anteriormente apontados. Quando o pai se casa com outra mulher, Sabrina diz que deixou de ser carinhoso com ela. Num outro aniversário, seu pai deixa-lhe um presente e vai para a casa da atual mulher. Sabrina diz que desse dia em diante jurou para si mesma que não choraria mais, que a

partir daquele momento faria “coisas para ela”. Essa é justamente uma de suas queixas ao me procurar: que não fazia mais “coisas para ela”, estava engordando, não comprava mais roupas novas, não se divertia mais, chorava muito, não tinha mais prazer. Com relação ao prazer me lembro dela me dizer que “tem sempre um algo a mais... um prazer a mais”.

Chama atenção aqui essa promessa de não chorar mais. Uma promessa não pode servir justamente para marcar algo a não se cumprir? Não é como se ela me dissesse o tempo todo que só lhe resta a insatisfação? Por outro lado Sabrina também é capaz de me dizer que, fora do consultório, eu a conheceria como outra mulher, uma Sabrina criativa e admirada pelas pessoas.

Outro tema que, além da rejeição, liga seu pai e o namorado é a “insegurança”. Se, como foi dito, para Sabrina seu pai deixou de lhe dar carinho, quanto ao namorado sua percepção é de que não demonstra de forma suficiente o amor que sente por ela. A substituição de um pelo outro fica evidente ao me dizer que “sentia muito desta insegurança com meu pai. Uma mulher precisa de carinho para se sentir segura”.

Sabrina então constrói a seguinte metáfora: “é como se a mulher fosse o carro, e o homem a gasolina”. Essa imagem coloca em evidência uma idealização da relação com o namorado. Mais uma exigência para sentir-se amada, da qual parece sempre ver-se despossuída. Pode-se dizer que a exigência aqui para que uma mulher de fato se sinta segura do amor do homem é metaforizada pela imagem do tanque cheio de gasolina. Por outro lado, essa metáfora também condiciona o desejo do homem ao tanque de gasolina da mulher. No caso dela podemos até nos perguntar se não se trata de condicionar o desejo do homem a uma só mulher, a ela.

Ocorre que, para Sabrina, o tanque cheio de gasolina parece implicar a insegurança do tanque vazio. Mais uma vez parece pertinente pensar que “quanto maior a altura, maior a

queda”. Quanto mais Sabrina quer o tanque cheio, mais experimenta seu vazio. Quanto mais quer algo, mais não o tem. A não ser que o que ela queira seja justamente não tê-lo.

Essa relação paradoxal com o desejo também parece se manifestar numa outra metáfora: “a mulher é como um barril com furos”. Faz pensar que, se a mulher é o carro e o homem a gasolina, isso deve implicar que essa gasolina vaze.

É interessante lembrar aqui que Sabrina também me fala muito sobre seus “defeitos”. Queixa-se de que só pensa nisso. Como o namorado poderá gostar dela se ela é gorda? – pergunta.

Nos desdobramentos da fala produzidos pela análise, deparo-me a certa altura com outro impedimento de amar. Sabrina chega para uma sessão dizendo-se surpresa por estar se sentindo feliz e cuidando da alimentação. A mãe havia perguntado a ela se, feliz do jeito que estava, ainda gostava do namorado. Como se não fosse possível gostar do namorado sentindo-se feliz – digo a ela. Porque afinal a relação com o namorado precisava estar atrelada à sua infelicidade? Lembro-me então do que Sabrina havia me dito quanto ao seu pai ter saído de casa no dia do seu aniversário de dez anos – isso para sua mãe havia sido a morte. Lembro-me também de um detalhe que agora ganha novo sentido: Sabrina faz aniversário no dia dos namorados. Não seria antes a relação de seus pais que estaria atrelada à infelicidade? Curioso o dia dos namorados servir como uma espécie de marco para a morte (ou infelicidade da mãe), e para a sua promessa não cumprida, feita num outro aniversário, de cuidar de si mesma. Esse dia infeliz é justamente o dia dos namorados. Espécie de nó que parece sentenciar infelicidade para a vida de Sabrina.

Sabrina se surpreende nessa sessão, considerando-se capaz de se sentir feliz. Parece surpresa com a possibilidade de se separar do lugar que lhe é transmitido pela suposta infelicidade dos pais.

Um importante momento desse atendimento é marcado pela descoberta de uma traição do namorado. “A maior dor que eu senti na minha vida” – assim se refere Sabrina ao descobrir que o namorado estava se relacionando com outra mulher. Esse acontecimento parecia ainda mais doído na medida em que a fazia lembrar-se de um ex-namorado que havia lhe proposto uma relação sexual a três. Como é recorrente no caso, uma relação que envolve outra mulher.

Vale notar que não é por acaso que o namorado é, como dizia Sabrina, “quase um pastor”. Ela o compara àquele antigo namorado dizendo que o atual a conquistou pela fidelidade.

Interessante a questão que se impõe a ela sob o impacto dessa descoberta: “o que é que eu tenho de errado?”. Tal questão parece vir acompanhada de outra: “porque os homens traem?”. Essa última, de acordo com meu lugar na transferência, é claramente dirigida a mim, já que além de homem, sou “médico”, como ela diz, e devo saber a razão da traição do namorado.

Um curioso diálogo entre ela e o namorado me é relatado. Ao perguntar sobre a razão de tê-la traído, ele responde que é por estar longe de Deus. Diante dessa resposta Sabrina completa: “eu te perdô”.

A explicação dada a ela pelo namorado me faz lembrar de seu pai. Segundo me conta o namorado diz a ela que, ao traí-la, sentiu-se “como um adulto espancando uma criança”. Digo então que não era mais aquela criança que se sentiu traída pelo pai quando este foi morar com outra mulher. Uma mulher, disse, escolhe se quer ficar ou não com um homem. Para uma criança só restam outros recursos, como por exemplo a birra que dizia fazer quando por vezes castigava o namorado: impedia que ele se aproximasse, e impedia a si mesma de se aproximar. Dessa forma podia novamente ficar esperando a iniciativa dele.

E Sabrina seguia me perguntando: “você que é homem, os homens traem quando amam? Você acha que eu fui burra de voltar com ele?”. A essa questão, que eu seguia me isentando de responder, ela própria parecia dar a resposta ao comentar na sessão seguinte: “sou burra mesmo”. Mesmo respondendo à própria questão que eu não respondia, ainda assim dizia não entender porque o namorado a havia traído: “como ele pode ter me traído se acredito que ainda me ama?”.

Então Sabrina fala algo que chama muito minha atenção: “a mulher, a gente quer ser só a gente”. Se escutarmos *agente*, ao invés de *a gente*, surge outro interessante significado de *operar algo*: só o que uma mulher quer é ser agente de algo. Por outro lado este “a gente” também diz que seja lá o que for não se faz isso sozinho, mas junto com alguém. Difícil não lembrar aqui do que Lacan fala sobre a histérica amar por procuração: “a histérica é alguém cujo objeto é homossexual: a histérica aborda este objeto homossexual por identificação com alguém do outro sexo” (1995, p. 141).

O que Sabrina crê que se opera com a ajuda de alguém? Certamente que essa questão remete à temática muito presente da outra mulher, seja na relação com o pai, com o ex-namorado, com o namorado e a sogra, ou com o namorado e a amante. Não se sabe aqui ao certo a quem ela se refere quanto a essa cumplicidade da frase. A quem se refere esse “a gente”? Será ao homem? Será à outra mulher? Como se faz para manter uma mulher como agente? É “só a gente”? (Só as mulheres?). Ou ainda: as mulheres, “a gente quer ser só”? (A gente quer mesmo é ficar sozinha?). Muitas são as possibilidades que se desdobram desta frase que, no entanto, parece localizar esses três lugares que saltam aos olhos no discurso da paciente.

“Porque os homens traem?”. A essa pergunta, que agora parecia nortear os nossos encontros, ela dizia responder para si mesma, para se acalmar, que era uma necessidade masculina de descarregar os instintos. Mas o enigma ainda pairava.

Quanto a esses momentos finais que antecedem à interrupção dos atendimentos, opto por construir uma narrativa mais próxima do encadeamento das sessões. Passo a relatar agora, quase sessão por sessão, aquilo que me pareceu importante.

“O meu conflito”, diz ela, “é que ele me traiu, e eu acho que ele gosta de mim”. Minha intervenção aqui foi questionar esta afirmação dizendo que achava que talvez seu conflito fosse outro: saber e não saber sobre o desejo do namorado por outra mulher. “Isso dói muito”, diz ela.

Numa das sessões, é incrível que eu não tenha percebido a relação evidente do que ela me disse com a fantasia, muito presente no seu discurso, de ser deixada de lado pelo namorado. Nessa sessão, Sabrina chega dizendo justamente que vai deixar de lado a terapia. Justifica-se dizendo que tem vergonha do valor que paga pela sessão.

Aqui talvez seja interessante expor o contexto em que estava inserido o contrato com esta paciente, na medida em que foi encaminhada para mim através da Rede de Atendimento do Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP) – instituição da qual eu fazia parte na época. Como princípio ético da instituição, um analista não poderia recusar-se a atender um paciente pelo motivo deste não poder pagar um preço arbitrariamente estipulado pela sessão, ou seja, o contrato deveria responder a um pensamento clínico sobre as particularidades do caso. No início deste tratamento, lembro que decidimos por um valor que fosse possível que Sabrina pagasse. Sugeri primeiro a ela um valor, como ela achou alto, negociamos um valor mais baixo. “Quanto você pode pagar?” – essa é a questão que resume o manejo inicial do contrato.

Além de passar a achar injusto a quantia que me pagava, Sabrina também acreditava que eu não teria disponibilidade de atendê-la caso quisesse voltar num outro momento. Aponto a ela essa dupla impossibilidade de dar continuidade aos atendimentos. Também digo que havia duas alternativas a seguir dali em diante: ou se sentia envergonhada, e encerrava

por isso o tratamento, ou pagava o que fosse possível pagar naquele momento, para justamente poder falar sobre a vergonha que sentia.

A questão que fica, entretanto, é sobre a origem dessa vergonha de Sabrina. Não foi dito a ela, desde o início, que chegaríamos a um valor que fosse possível? Essa vergonha certamente revela mais do que a quantia do pagamento pode circunscrever. Talvez minha forma de abordar o pagamento não tenha sido capaz de impedir que sua posição na transferência chegasse, pela via do contrato, a interromper o tratamento. Quando refiro-me à sua posição falo em excluir-se, assim como fazia vida afora com o pai, o namorado etc. Faço aqui a mesma pergunta que Freud se faz no caso Dora: o que eu poderia ter feito para que o tratamento não se interrompesse? Porque não foi possível falar sobre isso, ao invés de atuar no contrato?

Por outro lado, porque não me dei conta naquela sessão da relação gritante entre sua fantasia e a forma de comunicar a interrupção da análise? Talvez a coincidência tenha sido tamanha, que acabou por ofuscar meu olhar para a repetição de que se tratava. Como entender isso? Freud, no caso Dora, entendeu a “interrupção prematura” do caso da seguinte forma: “não consegui dominar a tempo a transferência” (1905[1901], p. 113).

Voltando ao ritmo das sessões, Sabrina passa a me falar da relação com o namorado a partir do estigma de ter sido trocada. Com o pai, prossegue, também era assim. Então me conta que sempre quis uma bicicleta nova, e o pai nunca havia lhe dado. Pelo que o próprio discurso dela até aqui acaba antecipando, a história terminaria com o pai dando a bicicleta, não a ela, mas à esposa. “Sinto que transfiro isso para o meu namorado”, diz. “Você troca de quem te troca?”, digo a ela.

Diante do seu choro, da sua lamúria persistente, ocorre-me dizer que estava sendo “injusta consigo mesma” – palavra que colho de alguma parte do que me fala na sessão. “Me parece que você se sente trocada porque acredita que exista alguém que estaria a salvo disso”,

digo. “Você se sente em segundo lugar porque crê que há alguém que está sempre em primeiro”. E termino relacionando essa interpretação com a situação do contrato: “você está fazendo a mesma coisa com o pagamento. Você supõe que existe um preço ideal que você deveria me pagar. Eu vou trabalhar então para que você não fique com vergonha. Quando eu achar que você pode pagar mais, eu te falo. E você também me fale”.

Quando Sabrina me fala numa sessão sobre oscilar entre ser a coisa mais importante para o namorado, e terminar o namoro, fica mais claro o quanto ela se situa numa perspectiva sempre muito polarizada, ou tudo, ou nada. Pergunto a ela se não está exageradamente interessada em controlar o namorado.

Me conta então um sonho. Sabrina falava do seu primeiro namorado, que ele tinha duas namoradas. “Sonhei não com ele”, diz, “mas com ela”. “Tinha uma casa, a casa da minha sogra. Eu tentava impedir algo. Eu fechava a porta – ‘você não vai entrar’. Ela frequenta lá ainda”.

Na sessão seguinte Sabrina me fala, sem que eu me atenha muito a isto, que queria que eu a liberasse. Como assim? Liberá-la de que? Aparentemente ela se referia a umas férias ou a uma interrupção temporária qualquer dos atendimentos. Mas porque ela precisaria que eu a liberasse? Isso me remete ao seu casamento, que nessa época torna-se o tema central das sessões. Estaria ela querendo que eu a liberasse para se casar?

Tal hipótese faz sentido quando lembramos do questionamento que já me fazia sobre seu casamento, antes mesmo do tema se tornar tão presente. É como se a questão passasse a ser a seguinte: “você, que também é um homem, pode me dizer se é seguro casar-se com esse homem?”.

Eu me recusava a responder, a fechar as questões que me fazia. Na sessão seguinte me fala sobre uma questão de uma amiga que a abalou: “você tem certeza sobre o seu

casamento?”. Nesse momento penso que surge então uma nova “outra mulher” para ocupá-la com a infelicidade no casamento.

A ideia da filha do namorado ir morar com eles após o casamento passa a atormentá-la. Dizia que era ciumenta, que tinha muito ciúmes da enteada. Tinha medo de se casar porque sua enteada dormia com o pai. Nessa situação, era esta a posição que imaginava para si: “vou deixar eles e vou para o quarto dela”. Vê-se aqui como um quarto de menina transforma-se num quarto de alguém que foi excluído. Parece então ser esta a ameaça despertada na situação nova com a filha do futuro marido, a saber, um retorno ao quarto da menina excluída da relação dos pais, pode-se dizer, do quarto dos pais. É ela quem assume assim essa posição de excluir-se para o quarto da criança, deixando os dois no quarto de casal. Mas não era ela quem agora estava se casando?

Essa menina ainda tão pequena, sua enteada, passou a ser durante um bom tempo o assunto privilegiado das sessões. Ela parecia capaz, para Sabrina, de produzir a infelicidade do casal. A questiono sobre esse poder todo dado a uma pessoa ainda tão pequena. Sabrina me dizia: “eu acho que, para ela, o casamento vai ser como se eu estivesse roubando o pai dela”. Fica evidente aqui a repetição da sua história, agora com ela mesma ocupando o lugar da *outra*.

Em paralelo a esse movimento das sessões que parece descortinar cada vez mais uma determinada fantasia, nota-se também o desenvolvimento de uma demanda de que eu responda a algumas perguntas. “Eu queria a sua opinião. Eu sei que você quer que eu tenha uma opinião sobre mim mesma, mas eu acho que você sabe se o meu casamento vai dar certo ou não”. Tamanha convicção de que eu saiba algo sobre ela faz lembrar Freud e o caso do Homem dos Ratos, quando o paciente encontra uma menina nas escadas da casa de Freud e pensa que ela era sua filha. Como a menina havia sido simpática com ele, Freud diz que o Homem dos Ratos passa então a crer que o único motivo pelo qual era tão agradável e

paciente com ele, era porque queria torná-lo seu genro (FREUD, 1909[1901], p. 175). Por isso é tão difícil numa análise alcançar a percepção de que, aquilo que se supõe que o analista sabe sobre nós, vem de fato de nós mesmos.

Entretanto, deixar simplesmente o paciente com o silêncio da falta da resposta que quer ouvir do analista não parece ser o melhor caminho. Isso não acabaria por chamar ainda mais a atenção para um suposto motivo encoberto de não responder às questões? (“Porque afinal ele não responde?”). Não acaba motivando ainda mais o inquirido? Transformar a questão que é feita a mim num índice de uma posição subjetiva da paciente é, em geral, o que procuro fazer. É o que percebo agora – ao escrever o caso clínico - que fiz com esta paciente.

Como exemplo, posso citar como respondi à questão sobre seu casamento. Ou desconversando, desfazendo com humor a questão: “só mesmo se fosse Deus para saber tal resposta”. Ou poderia ter dito, pensando na questão que a amiga lhe fez e que tanto a abalou: “não será a crença na existência de uma resposta que te abala tanto?”.

Seja como for, como responder ao inquirido dessa paciente, e dos pacientes em geral, não é uma questão tão simples de se responder como pode parecer à primeira vista. Será tão simples quanto parece? A experiência nos mostra que não basta simplesmente calar-se diante dos pacientes. Não é raro hoje em dia que o paciente chegue ao consultório – ou antes mesmo de ali chegar – já queixando-se desta postura estereotipada do analista. “Você não é daqueles que ficam quietos, é?”, dizem.

A hipótese que já aqui se apresenta para abordar essa questão é que, por algum motivo que ainda não é claro, sentimo-nos reféns das questões que os pacientes nos fazem. Talvez pela influência de um estereótipo de bom analista.

Na última sessão que tive com Sabrina à véspera do seu casamento, disse que achava que ela sabia que não era possível um casamento que não tenha nenhum problema, e que não

é possível também controlar totalmente o namorado, mas que ela estava de fato fazendo uma escolha. Estava aceitando o desafio de lidar com as dificuldades próprias a todo casamento.

Quando sou assim mais assertivo nas intervenções, Sabrina me diz que estou lhe ajudando, que gostaria que eu fosse mais claro em relação ao que penso sobre ela. Ela me diz: “me pergunta, que eu falo”.

Nesse momento pensava em valorizar a possibilidade da escolha em oposição ao que mais frequentemente fazia, ou seja, acreditar na existência de um saber capaz de remover sua insegurança. Será este um bom estilo de intervir? Será que de fato a ajudava? Como?

Fui convidado para o casamento, e optei por não ir. Havíamos combinado uma interrupção, porque Sabrina dizia que não podia pagar pelas sessões naquele momento com as dívidas que tinha feito pelo casamento. O valor das sessões nesse momento já havia sido re combinado como citado acima. Ficou então de voltar algum tempo depois do casamento.

Como não voltou a ligar para retomar os atendimentos, liguei para ela. Disse que estava ligando para saber da continuidade do nosso tratamento. Ela então me diz que ainda não poderia voltar: “se você me der essa liberdade, eu volto a te ligar quando melhorar a situação. Estou muito mal de dinheiro”, diz. Digo então que estava à disposição quando quisesse retornar. Não ligou mais.

2.1. Reflexão sobre o caso

Na primeira sessão Sabrina faz seu pedido de que eu a ajude a ter prazer de novo, e explicita a situação com a sogra e o marido da seguinte forma: *tenho medo de que ela consiga nos separar*. O circuito de infernizações estabelecido entre mulheres – entre ela e a sogra, no trabalho etc. – é exposto, e aparece a seguinte associação: sua mãe sempre dizia que ela nunca conseguiria se casar.

Já na segunda sessão aparece sua história com o pai e seu ressentimento em relação a ele, ligado à significação de ter sido trocada. Surge também um sentido para o tratamento: *se não me tratar, de tanto que infernizo meu namorado ele vai se separar de mim*. Aqui pode-se ver como Sabrina assume uma posição diante de sua queixa: *sou eu quem infernizo e me separo dos homens*. Abre-se então um espaço para a seguinte questão: *porque faço isso?* A análise parece girar então em torno desta questão.

Nas sessões seguintes essa questão vai se ampliando. Sabrina se acha a pessoa mais chata do mundo por infernizar tanto o namorado. Por que ser assim? Ela quer o namorado só para ela. Quer ser diferente, mas não consegue.

Desde a primeira sessão Sabrina parece como que espontaneamente entregar-se à associação livre. Da queixa inicial passa à situação com a sogra e às lembranças infantis com os pais. Num pulo estamos no Édipo.

Caso estivéssemos falando de uma estudante de psicologia interessada em passar pela experiência que conhece por meio dos livros, a história seria diferente. Ocorre que Sabrina não tinha ligação alguma com a psicanálise. Era evangélica muito devota e trabalhava em sua igreja. Nunca havia feito análise ou qualquer outra forma de terapia e havia chegado ao consultório devido a insistência de uma amiga, que a convencera a procurar ajuda para sua infelicidade. Essa amiga era quem tinha alguma relação com a psicanálise, porque se tratava com alguém da mesma instituição que encaminhou Sabrina para mim.

Pede inicialmente que eu lhe ajude a modificar a intensa infelicidade que sente há cerca de um ano, o que chega a chamar de depressão nas primeiras sessões. Acredita que está deprimida e procura um tratamento psicológico. Suspeita de que seu problema pode ser genético, apesar de não referir-se à necessidade ou não de ser medicada. Isto é, em linhas gerais, o que Sabrina espera de mim e o que a leva ao consultório.

O analista, diz Lacan no texto *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, até na sua inflexão veicula sua doutrina, o que não o impede, entretanto, de ser solidário aos preconceitos que o paciente tem dele e do procedimento e finalidade da análise (LACAN, 1998a, p. 592). Isso levanta para Lacan a questão sobre as dificuldades que tem também o analista na empreitada da análise. É de uma questão sobre os efeitos da pessoa do analista na análise que irá tratar esse texto, como diz Lacan, logo de início, ao criticar os autores que abordavam na época o mesmo problema a partir da noção de contratransferência:

Que uma análise traga consigo os traços da pessoa do analisado, fala-se disso como se fosse óbvio. Mas acredita-se dar mostras de audácia ao manifestar interesse pelos efeitos que nela surtiria a pessoa do analista. (1998a, p. 591).

Logo, o analista enfrenta dificuldades desde o início, ao lidar com o que o paciente espera dele e do tratamento que tem a oferecer. Se por um lado ele veicula de diversas formas a direção que quer dar ao tratamento, quem disse que o paciente corresponde a isso? Lacan lembra que, na análise, o analista entra pagando com suas palavras – pela transformação que sofrem em seu efeito de interpretação – e sua pessoa – na medida em que a empresta como suporte da transferência (LACAN, 1998a, p. 593). A questão que o texto irá abordar daí para frente é como então o analista dirige o tratamento.

Chama atenção, entretanto, que muito cedo Sabrina passe a fazer associações livres. Sabrina, nesse início, não pedia minha opinião de forma tão insistente como iria fazer mais tarde, não pedia que eu lhe dirigisse questões para prosseguir falando e encadeava seu discurso espontaneamente de acordo com o que pensava. Provavelmente a ajudei com isso

estimulando-a, não me precipitando em fazer perguntas, fazendo silêncio. Mas, de modo geral, não é uma paciente que teve grandes dificuldades em procurar dizer aos poucos o que lhe vinha à mente como muitas vezes acontece. Isso me fez convidá-la logo nas primeiras sessões a deitar-se no divã.

O divã durante algum tempo cumpriu seu papel, ou seja, facilitou o modo associativo no qual já havia se engajado. A partir de certo momento – não sei bem ao certo o que poderia ter produzido este efeito – ela passou a sentar-se no divã no início das sessões, voltando a deitar-se em seguida quando pedia que o fizesse. Certa vez chegou a me dizer, ainda sentada, que queria muito que eu fosse mais assertivo com ela, referindo-se à última sessão⁴. Dizia que lhe fez muito bem eu ter dado minha opinião. Não podemos tomar esse pedido como índice do efeito que meu silêncio (ou minha isenção) era capaz de produzir?

Creio que, com o tempo, Sabrina passou a demandar cada vez mais minha opinião. A descoberta da traição do namorado parece ter produzido algum efeito nas sessões, que até então pareciam transcorrer no ritmo das associações. Angustiada, ela passou a me interpelar diretamente sobre suas dúvidas em relação aos homens. A dúvida do casamento, assim como a vergonha da quantia que pagava pelas sessões passaram a tomar a cena.

A análise se interrompe então logo após Sabrina ter decidido se casar. O que mais poderia um analista querer como final para uma análise? Mas isto não responde à questão sobre o que ocorreu até ali, sobre como respondi à dúvida de Sabrina.

Quando o ideal de ser um bom psicanalista se hipertrofia, torna-se mais difícil olhar para o sofrimento do paciente e para o papel que temos ao tentar ajudá-lo. Certa vez ouvi de um supervisor que me preocupasse mais em ajudar o paciente, do que com a psicanálise: “mantenha a psicanálise como um pano de fundo”. Creio que esse conselho visava me afastar

⁴ Trata-se de uma situação como a da sessão na véspera de seu casamento, acima citada, em que sou mais assertivo nas intervenções.

de um ideal para me aproximar do paciente, na medida em que de alguma forma isso acabava por prejudicar os atendimentos. Como?

Minha hipótese é de que é possível enxergar um efeito parecido no caso de Sabrina, na manutenção – ou talvez na insistência – de uma postura de isenção frente aos seus questionamentos, e em relação a ela de forma geral. Um estilo de lidar com esta paciente, e com a situação analítica de forma geral. O que justifica a permanência desta postura? Ela se justifica no caso de Sabrina?

Quando Lacan, no texto sobre *A direção*, critica o uso que alguns autores fazem da noção de contratransferência, quer denunciar ali o que estaria servindo de impostura, de artifício. Daí a ironia quanto à “audácia” de se refletir sobre os efeitos da pessoa do analista na análise: “pensem na altivez de espírito de que damos testemunho ao nos mostrarmos feitos, em nossa argila, da mesma daqueles que moldamos” (LACAN, 1998a, p. 591) – escreve. No fundo, como diz Lacan, “hoje em dia já nem se faz cerimônia em declarar que, sob o nome de psicanálise, está-se empenhado numa ‘reeducação emocional do paciente’” (p. 591). Sua crítica pretende “mostrar como a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder” (p. 592).

Segundo Dunker, um dos aspectos do programa clínico de Lacan diz respeito à crítica do exercício do poder na situação de tratamento. Cito Dunker:

Lacan entendeu primeiramente que isso se originava na forma autocrática e subserviente como a formação de analistas vinha sendo tratada nos anos 1940 e 1950. Ou seja, após anos obedecendo regulamentos e mestres esta experiência de dominação tendia a reproduzir-se no interior do tratamento psicanalítico. [...] A pedagogia ou ortopedia da alma, assim como a direção da consciência, rumo à adaptação ou conformismo, figuram assim como anti-modelos para a psicanálise lacaniana. (2007, p. 480).

O empreendimento lacaniano de colocar o analista na berlinda é antigo. Em *Função e campo da fala e da linguagem*, texto que antecede em cinco anos o relatório sobre *A direção do tratamento*, encontramos escrito:

Método de verdade e de desmistificação das camuflagens subjetivas, manifestaria a psicanálise uma ambição desmedida ao aplicar seus princípios à sua própria corporação, isto é, à concepção que têm os psicanalistas de seu papel junto ao doente, de seu lugar na sociedade dos espíritos, de suas relações com seus pares e de sua missão de ensino? (LACAN, 1998c, p. 242).

Como diz Dunker, o programa de inovação da clínica psicanalítica empreendido por Lacan gera um convite aos psicanalistas:

Há um esforço contínuo de Lacan para fundamentar não apenas a psicanálise, como teoria do inconsciente e das pulsões, mas seu método de tratamento. Há uma crítica permanente da técnica com a introdução da tese de uma ética da psicanálise. Um esforço para determinar as condições e limites não apenas de um prolongamento da técnica ou de certas modificações de sua doutrina teórica, mas de toda e qualquer experiência que se queira psicanalítica. Para Lacan o psicanalista, para além de uma pessoa e de uma função, toma parte no próprio conceito de inconsciente. [...].

Esta ambição de fundamentar a ação do psicanalista tanto ética quanto epistemologicamente é ao mesmo tempo um convite à exploração de novas formas de intervenção e à construção de um estilo próprio para cada analista. Ou seja, em vez de padronizar a ação, normativizar a formação de analistas e burocratizar os procedimentos clínicos, Lacan tenta fixar alguns princípios com segurança e convidar o psicanalista a pensar e problematizar continuamente as razões de sua prática. (2007, p. 478).

Convite aceito, é essa posição de isenção frente à paciente que queremos aqui problematizar. A que serve? O que a sustenta? Em que ideais está ancorada? A que responde?

Creio que assumi de forma prioritária uma posição de isenção na condução do caso. Seja no seu início – procurando guiá-la em direção à associação livre –, seja no meio – recusando-me a responder às questões que me fazia. No fim, depois de não comparecer ao casamento que havia sido convidado, entrei em contato para questioná-la sobre a continuidade do tratamento. Sabrina respondeu à minha questão com um pedido de autorização: *se você deixar, eu volto a te ligar*. Eis aqui outra hipótese: não estaria ela procurando saber sobre meu desejo? Minha posição de isenção parece valorizar essa procura.

Discutindo com colegas esse caso, não foi apenas uma vez que ouvi a opinião de que Sabrina se aproveitava de alguma forma da minha posição de isenção. Como? Qual o

benefício maléfico que Sabrina poderia tirar daí para o seu tratamento? Essa questão pode ser inicialmente abordada através de uma questão anterior: a isenção é justificável para o caso de Sabrina? Se não serve para o caso, para que serve? Para o analista?

Esta é na verdade uma outra hipótese a ser investigada: minha posição de isenção serve mais a um modelo de analista do que ao próprio caso.

De onde vem este modelo? Se este parece ser o momento adequado para levantar hipóteses a serem depois investigadas e sustentadas, temos aqui mais uma: essa posição de isenção, creio que co-responde à regra de não responder à demanda do paciente.

Entre analistas, principalmente analistas iniciantes, é comum que se assuma uma determinada posição diante do paciente que se resume no seguinte mandamento: na dúvida, é melhor ficar calado. Vê-se aqui como é possível a identificação entre o não falar e o não responder a demanda.

O analista quieto e o paciente falando sem obter resposta é um estereótipo muito comum para o analista, presente de diversas formas, nos filmes, nos livros, charges, e no imaginário das pessoas que de alguma forma emitem alguma opinião mais ou menos leiga sobre o assunto. Não é à toa. Esta imagem reflete algo da direção do tratamento. Acaso não buscamos que o paciente associe livremente? Isso também está no próprio Lacan:

A direção do tratamento é outra coisa. Consiste, em primeiro lugar, em fazer com que o sujeito aplique a regra analítica [...]. (LACAN, 1998a, p. 592).

Obviamente que em Lacan as coisas estão longe de ser simples assim. Seus textos abrem caminho para levantar algumas questões: para que uma análise aconteça, basta que o paciente nos fale? Para que ele nos fale, basta não falarmos? Para que não falemos, basta ficar quieto? Para ficarmos quietos, basta uma regra? E a particularidade de cada caso? Enfim: para não responder a demanda, o que é preciso fazer? Será tão simples assim como parece?

No texto sobre *A direção do tratamento*, Lacan utiliza as categorias da tática, estratégia e política para pensar a questão da liberdade de intervenção do analista na condução da análise em direção a um determinado objetivo. No pensamento sobre a guerra, Clausewitz se vale dessas categorias estabelecendo entre elas uma relação de meios e fim. Como diz François Jullien em seu *Tratado da eficácia*:

Em tática, os meios são as forças armadas empregadas no combate e o fim é a vitória na batalha; mas sabemos que esse sucesso tático é, ele próprio, apenas um meio do ponto de vista da estratégia, cujo fim último é ditar ao adversário as condições de paz. No limite, a própria guerra é um meio e a política é o fim [...] e, até que se atinja o objetivo último, todo objetivo particular, ao se subordinar a um objetivo mais geral [...], serve também de meio para *este*. (JULLIEN, 1998, p. 51).

Em Lacan essas categorias são utilizadas numa progressão em que a liberdade do analista vai se alienando. “Eis por que o analista é menos livre em sua estratégia do que em sua tática” (LACAN, 1998a, p. 595), escreve. Assim como “é ainda menos livre naquilo que domina a estratégia e a tática, ou seja, em sua política” (p. 596).

No plano tático, como diz Dunker (1996),

encontramos o maior grau de liberdade do modo interpretativo, uma vez que este leva em conta diretamente o estilo singular de cada analista. [...] A tática pode ser definida como o campo de discussão da forma das intervenções (p. 7).

Lacan diz que o analista é “sempre livre quanto ao momento, ao número e também à escolha” das suas intervenções, não porque é capaz de avaliar todo o efeito das suas palavras, mas justamente advertido e prevenido quanto a essa impossibilidade (1998a, p. 594). Ele aborda o que sua ação produz sob o aspecto de material, ou seja, como Freud já dizia, é pelo material que é capaz de produzir que se avalia a eficácia da intervenção (FREUD, 1937, p. 281).

Porém, do ponto de vista da estratégia, a tática é apenas um meio e como tal está subordinada a ela. “A estratégia”, diz Dunker, “rege os caminhos possíveis na direção da cura, como por exemplo o manejo da transferência” (1996, p. 7). Cito Lacan:

Quanto ao manejo da transferência, minha liberdade, ao contrário, vê-se alienada pelo desdobramento que nela sofre minha pessoa, e ninguém ignora que é aí que se deve buscar o segredo da análise. (1998a, p. 594).

O que podemos concluir aqui desse pensamento apresentado por Lacan no texto sobre *A direção do tratamento*? Que o estilo do analista (tática) está subordinado a um objetivo maior, ou seja, a manejar a transferência (estratégia) que o paciente faz para sua pessoa? Mais adiante, veremos porque Lacan coloca a transferência como condição para a interpretação.

Seja como for, colocam-se aqui algumas questões. Meu estilo de intervir com Sabrina levou em conta a transferência? Com a atitude de pouco falar, pouco me colocar, estaria não respondendo a demanda de Sabrina? Não respondendo suas perguntas estaria não respondendo sua demanda? Como articular esses três termos: transferência, demanda e pergunta?

3. COMO FOI COM DORA?

O caso de Sabrina nos leva a Dora por alguns motivos. Dentre os casos célebres e paradigmáticos da psicanálise, tão discutidos e repisados por diversos autores, o caso Dora chama atenção pela sua interrupção precoce. Sem que isso nos obrigue a entrar – pelo menos agora – mais a fundo na questão do diagnóstico de histeria, trata-se de um caso que, no âmbito mais geral das neuroses, é muito discutido do ponto de vista do manejo clínico. Não é a toa que é ali que Freud faz menção pela primeira vez à transferência como fator do processo analítico: a transferência é colocada ali como motivo da interrupção do caso (FREUD, 1905 [1901], p. 112-3). Lacan por sua vez discute inúmeras vezes o caso Dora no decorrer de sua obra, não apenas do ponto de vista da estrutura clínica da histeria, mas também do ponto de vista da condução do caso, do manejo da transferência, enfim, do progresso do tratamento psicanalítico (LACAN, 1995; 1998; 1998a; 1998c).

Se Freud, de seu ponto de vista, fracassa com Dora, o caso Dora deu muito ainda o que falar após sua “interrupção prematura”. Não se pode dizer que o paciente, mesmo que deixe de vir às sessões, não interrompe a análise? Uma análise também não pode ter se interrompido ainda que o paciente compareça fielmente às sessões? No caso de Dora, mesmo que a paciente tenha interrompido as sessões, Freud não interrompe o caso.

Em seu *Fragmento da análise de um caso de histeria*, Freud nos diz que Dora tinha dezoito anos quando iniciou sua análise e que esta durou não mais do que três meses. Na opinião de Freud “o tratamento não prosseguiu até alcançar a meta prevista, tendo sido interrompido por vontade da própria paciente depois de chegar a certo ponto. (...) Assim só posso oferecer aqui um fragmento de análise” (FREUD, 1905 [1901], p. 23).

Freud se refere à duração do atendimento como um período curto para a finalidade da análise. Desde seus *Estudos sobre a Histeria*, Freud havia modificado a técnica da psicanálise a fim de não mais abordar os sintomas um após o outro.

Desde então, abandonei essa técnica por achá-la totalmente inadequada para lidar com a estrutura mais fina da neurose. Agora deixo que o próprio paciente determine o tema do trabalho cotidiano, e assim parto da superfície que seu inconsciente ofereça a sua atenção naquele momento. Mas desse modo, tudo o que se relaciona com a solução de determinado sintoma emerge em fragmentos, entremeados com vários contextos e distribuído por épocas amplamente dispersas. Apesar dessa aparente desvantagem, a nova técnica é muito superior à antiga, e é incontestavelmente a única possível. (1905 [1901], p. 23).

Ainda assim, Freud considera como finalidade do tratamento analítico a eliminação dos sintomas, sua substituição por pensamentos conscientes e o conseqüente reparo da memória do paciente (p. 28).

Sabemos que Dora chega até Freud trazida por seu pai, que, anos antes, havia sido tratado pelo próprio Freud. Freud atribui ao sucesso que obteve naquele tratamento o fato do pai de Dora ter lhe confiado o tratamento da filha.

Freud nos conta, no capítulo sobre *O caso clínico*, que já aos oito anos Dora começou a apresentar sintomas neuróticos diagnosticados, pelo médico que a tratava na época, como de origem puramente nervosa. Por volta dos doze anos passou a sofrer de dores de cabeça e acessos de tosse nervosa. A tosse nervosa persistia quando Dora encontra Freud aos dezoito anos, somando-se a isso uma perda completa da voz que por vezes acompanhava suas crises. Os métodos usuais de tratamento não adiantavam. Freud escreve:

Foi nessas circunstâncias que a criança transformou-se numa jovem madura, de juízo muito independente, que se acostumou a rir dos esforços dos médicos e acabou por renunciar inteiramente à assistência deles. Além disso, ela sempre se opusera a procurar orientação médica, embora não fizesse nenhuma objeção à pessoa de seu médico de família. Qualquer proposta de consultar um novo médico despertava sua resistência, e também a mim ela só veio movida pela autoridade do pai. (FREUD, 1905[1901], p. 32).

Dora se sente desanimada, insatisfeita consigo mesma e com a família, assumindo uma atitude pouco amistosa para com os pais. Diante desse quadro, um acontecimento precipita a procura por tratamento: seus pais encontram uma carta de despedida, em que a filha diz não mais suportar a vida. Um ataque de perda da consciência durante uma conversa com a filha leva então o pai finalmente a procurar Freud. Segundo Freud, é o pai de Dora quem lhe expõe a situação com o casal K. como responsável pelo estado de Dora:

Quando se trata de coisas que se tornaram patogênicas por seu afã de ocultar-se, decerto não se deve esperar que o doente vá ao encontro do médico exibí-las, nem tampouco deve este contentar-se com o primeiro “Não” que se oponha às investigações.

No caso de Dora, graças à já tão salientada inteligência do pai, não foi preciso que eu mesmo procurasse os pontos de referência vitais, pelo menos no tocante à conformação mais recente de sua doença. Contou-me o pai que ele e a família tinham feito uma amizade íntima em B com um casal ali radicado já há muitos anos. A Sra. K. cuidara dele durante sua longa enfermidade, tendo assim feito jus à sua eterna gratidão. O Sr. K. sempre fora extremamente amável com sua filha Dora, levando-a a passear com ele quando estava em B e dando-lhe pequenos presentes, mas ninguém via nenhum mal nisso. (FREUD, 1905[1901], p. 34).

A história que o pai de Dora conta se refere a uma situação ocorrida dois anos antes do encontro com Freud. Dora deveria passar suas férias na companhia do casal K., enquanto seu pai passaria ali apenas alguns dias. Quando o pai de Dora se preparava para retornar, esta decide repentinamente voltar com ele. Algum tempo depois se esclarece essa estranha reação, com a acusação feita por Dora de que o Sr. K. a havia seduzido durante um passeio ao lago. O Sr. K. nega as acusações e a suspeita recai sobre Dora, com a ajuda da Sra. K., que denuncia o interesse de Dora pelos assuntos da sexualidade. Segundo sugestão da Sra. K, tal interesse é que teria produzido em Dora a fantasia de ter sido seduzida.

O pai de Dora atribui a este incidente o estado da filha que, além do mais, vivia insistindo que o pai rompesse relações com o casal K., em especial com a Sra. K. que antes tanto adorava. O pai de Dora pede a Freud que “resolva” a insistência da filha para que rompa relações com os K., por não querer fazê-lo.

Diante de tais informações, Freud se diz então acostumado a esperar para ouvir o outro lado. Enquanto seu pai levava Freud a crer que suas relações com a Sra. K. eram inquestionavelmente de amizade, Dora não tinha dúvidas de que havia ali um caso de amor.

Dora passa a expor a Freud sua argumentação recheada de detalhes que justificam que, de fato, havia entre o pai e a Sra. K. um caso amoroso. Visitas arrumadas de um ao quarto do outro, passeios armados para que ficassem sozinhos, presentes dados à Sra. K., que eram disfarçados pela repentina generosidade com que passou a tratar a mãe de Dora. Dora, de seu lado, era extremamente atenta aos indícios dessa relação. Descortina-se a partir daí a situação na qual Dora havia se envolvido:

Não pude contestar de maneira geral essa caracterização do pai; também era fácil ver por qual recriminação particular Dora estava justificada. Quando ficava com o ânimo mais exasperado, impunha-se a ela a concepção de ter sido entregue ao Sr. K. como prêmio pela tolerância dele para com as relações entre sua mulher e o pai de Dora; e por trás da ternura desta pelo pai podia-se pressentir sua fúria por ser usada dessa maneira. (FREUD, 1905[1901], p. 42).

Apresentamos aqui um breve panorama do caso, para seguirmos adiante com as questões relativas ao manejo do caso e às colocações de Lacan a esse respeito.

3.1. Lacan e o manejo do caso Dora

“Para retomar o fio de nossa formulação, repetimos que é pela redução da história do sujeito particular que a análise toca em Gestalten relacionais que ela extrapola num desenvolvimento regular [...]”.
(Jacques Lacan)

Em *Intervenção sobre a transferência*, texto de 1951, Lacan se utiliza do caso Dora para pensar o processo da análise. Já observamos como o caso Dora constitui um marco, do ponto de vista da história do conceito de transferência. Como diz Freud, o conceito foi necessário ali para explicar as particularidades do caso que havia se interrompido de maneira prematura. (FREUD, 1905 [1901], p. 113).

Para entender a posição assumida por Lacan para pensar o processo do tratamento analítico a partir do caso Dora é preciso levar em conta que, como diz Simanke:

[...] ao longo de todo seu período pré-estruturalista, Lacan se apoiará em Kojève para traduzir o desígnio freudiano de tornar consciente o inconsciente – ele nunca vai gostar muito dessa fórmula, mesmo mais tarde – em termos de uma superação ‘dialética’, que se dá na ‘experiência’ analítica, da alienação a que o sujeito está submetido, no labirinto das identificações imaginárias que o constituem (2002, p. 415).

É com este crivo que Lacan pensará então o tratamento como uma experiência que progride a partir da “escansão das estruturas em que, para o sujeito, a verdade se transmuta, e que não tocam apenas em sua compreensão das coisas, mas em sua própria posição como sujeito da qual seus ‘objetos’ são função” (1998, p. 217). Um processo, portanto, de escansão e inversão dialética destas estruturas. Esse texto é exemplar quanto a tal concepção lacaniana do processo da análise visto como experiência dialética⁵. Resta saber então como esse crivo é capaz de organizar a narrativa que Freud faz do caso.

Lacan chama no texto de um *primeiro desenvolvimento* o aparecimento, na análise, da posição de “objeto de troca” que Dora ocupa na curiosa situação criada entre seu pai, o Sr. K. e a Sra. K.⁶. Dora se vê situada pelo pai como objeto de troca, a ser pago por sua relação com a Sra. K., ou seja, sente-se oferecida ao Sr. K. em troca do relacionamento com sua esposa.

No entanto, antes mesmo deste primeiro desenvolvimento, Lacan aponta para uma operação anterior fundamental para que Dora passasse a expor a Freud sua queixa. Diz Lacan que “depois de colocar Freud à prova – irá ele mostrar-se tão hipócrita quanto o personagem paterno? –, Dora entrega-se a seu requisitório” (1998, p. 217). Lacan se refere provavelmente à seguinte passagem do texto de Freud:

Desde o início ficou claro que em sua fantasia eu substituí meu pai, o que era fácil de compreender em vista de nossa diferença de idade. Dora chegou

⁵ Diz Simanke, sobre esse texto, que é “onde melhor transparece o que Lacan entende, afinal, por ‘experiência’ ao se referir à prática psicanalítica [...] num de seus exercícios hegelianos mais explícitos [...]” (2002, p. 415).

⁶ Esse termo encontra-se no próprio texto do caso: “Naturalmente, os dois homens nunca haviam firmado um pacto formal de que ela fosse tratada como *objeto de troca* [...]” (FREUD, 1905 [1901], p. 42).

até a me comparar com ele conscientemente, buscando, angustiada, assegurar-se de minha completa sinceridade para com ela, já que seu pai “preferia sempre o segredo e os rodeios tortuosos”. (FREUD, 1905 [1901], p. 113).

Passada essa primeira fase, Dora questiona Freud sobre o que ele gostaria de mudar na situação do quarteto visto que, para ela, esses fatos não lhe diziam respeito, mas à realidade⁷. Daí temos o que Lacan chama de uma *primeira inversão dialética* de Freud: “‘veja’, diz ele a Dora, ‘qual é sua própria parte na desordem de que você se queixa’” (LACAN, 1998, p. 218). A essa intervenção em particular Lacan chamará mais tarde, na *Direção do tratamento*, de “retificação subjetiva”.

A partir daí revela-se a participação de Dora na “realidade” da qual se queixava, sob as diversas maneiras pelas quais Dora sustentava, ela própria, a relação do pai com a Sra. K.. Lacan marca aí um *segundo desenvolvimento da verdade*. Como exemplo desta conduta de Dora frente à relação do pai com a Sra. K. posso citar:

Tinha razão em achar que seu pai não queria esclarecer o comportamento do Sr. K. em relação a ela para não ser molestado em seu próprio relacionamento com a Sra. K.. Mas Dora fizera precisamente a mesma coisa. Tornara-se cúmplice desse relacionamento e repudiara todos os sinais que pudessem mostrar sua verdadeira natureza. Só da aventura no lago é que datavam sua visão clara do assunto e suas exigências ao pai. Durante todos os anos anteriores ela fizera o possível para favorecer as relações do pai com a Sra. K.. Nunca ia vê-la quando suspeitava de que seu pai estivesse lá. Sabia que, nesse caso, as crianças seriam afastadas, e rumava pelo caminho em que estava certa de encontrá-las, indo passear com elas. (FREUD, 1905 [1901], p. 44).

O que acontece então após a cena do lago que resulta em que Dora passe a reivindicar ao pai que rompa relações com o casal K.? Chama a atenção de Freud que, por muito tempo, Dora não tenha se queixado da relação do pai com a Sra. K. e que mais tarde essa se torne uma queixa incessante. Antes da cena do lago, Dora sustentava a relação de seu pai com a

⁷ Lacan comenta que se trata de uma pergunta “de tipo clássico nos primórdios do tratamento”. (LACAN, 1998, p. 218).

Sra. K de modo similar a como seu pai fazia vista grossa para as intenções do Sr. K. em relação à sua filha.

Segundo Lacan, impõe-se nesse momento a Freud uma questão sobre o significado do ciúme repentino que Dora passa a ter do pai, o que o leva a fazer uma *segunda inversão dialética*, ou seja, a observar que o ciúme pelo pai na verdade mascara um interesse pela Sra. K. (LACAN, 1998, p. 219).

É interessante o sentido dado aqui por Lacan para “inversão”: isso só é possível a Freud na medida em que, como o interesse pelo rival é de difícil assimilação no discurso comum, ele só pode aparecer sob a forma invertida do ciúme (LACAN, 1998, p. 219).

A partir daí descortina-se um *terceiro desenvolvimento* que, como expressa Lacan, diz respeito ao “fascinado apego de Dora pela Sra. K.” (1998, p. 219). Isso se refere ao relacionamento até então desconhecido entre as duas. Cito Freud:

Inteirei-me, então, de que a jovem mulher e a menina apenas adolescente tinham vivido durante anos na mais estreita intimidade. Quando Dora se hospedava com os K., costumava partilhar o quarto com a Sra. K., sendo o marido desalojado. Dora era a confidente e conselheira da mulher em todas as dificuldades de sua vida conjugal; não havia nada de que não conversassem. (1905[1901], p. 65).

É neste ponto que a leitura que Lacan faz do caso Dora passa a abordar a questão do erro de Freud no manejo do caso. Para Lacan faltou a Freud, numa *terceira inversão dialética*, orientar Dora para o reconhecimento do “valor real do objeto” (1998, p. 220) que era a Sra. K. para ela. Sobre esse valor do objeto, Lacan diz ser o valor de um mistério sobre sua feminilidade.

Apesar da falta apontada por Lacan, Freud questiona-se sobre o motivo de Dora manter-se leal a Sra. K., mesmo quando fica evidente que ela a havia traído, contando ao marido o teor sexual das conversas que tinha com Dora. Essa questão, diz Lacan, poderia tê-lo encaminhado na direção certa (LACAN, 1998, p. 219). Para se ter uma ideia melhor da complexidade das questões que Freud se coloca naquele momento, cito Freud:

Acaso a amnésia tão obstinadamente perseverante a respeito das fontes de seu conhecimento proibido não apontaria diretamente para o valor emocional da acusação que lhe foi feita e, por conseguinte, para sua traição pela amiga? Creio não estar errado, portanto, em supor que a seqüência hipervalente de pensamentos de Dora, que a fazia ocupar-se das relações entre seu pai e a Sra. K., destinava-se não apenas a suprimir seu amor pelo Sr. K., que antes fora consciente, mas também a ocultar o amor pela Sra. K., que era inconsciente num sentido mais profundo. (1905 [1901], p. 66).

É no valor de mistério que a Sra. K. incorpora para Dora que reside a leitura original que Lacan faz do caso Dora. Lacan enxerga na lembrança de Dora ainda bebê chupando o dedo, a matriz imaginária na qual se fixa seu desejo como oral. Para Dora, diz Lacan, “a mulher é o objeto impossível de separar de um desejo oral primitivo, e no qual é preciso, no entanto, que ela aprenda a reconhecer sua própria natureza genital” (1998, p. 220). Dora não poderia então reconhecer o desejo inconsciente pelo Sr. K., tal como interpretado por Freud, sem que antes fosse capaz de reconhecer sua feminilidade. Para tanto seria preciso que Dora esgotasse, diz Lacan, na Sra. K., o sentido do que ali buscava, ou seja, “o problema de sua condição [de mulher] [...] em se aceitar como objeto do desejo do homem” (1998, p. 221).

Lacan também se pergunta sobre o erro de Freud na condução do caso Dora. Freud chega a se perguntar, como exemplo:

Será que eu poderia ter conservado a moça em tratamento, se tivesse eu mesmo representado um papel, se exagerasse o valor de sua permanência para mim e lhe mostrasse um interesse caloroso que, mesmo atenuado por minha posição de médico, teria equivalido a um substituto da ternura por que ela ansiava? (1905 [1901], p. 106).

Lacan se propõe a refletir sobre os dois motivos para a interrupção do tratamento sugeridos pelo próprio Freud, a saber, a transferência, e a percepção tardia da tendência homossexual de Dora. Para Lacan, a razão que faz com que Freud não perceba essa tendência em Dora se deve a um preconceito, “justo aquele que falseia inicialmente a concepção do complexo de Édipo, fazendo-o considerar como natural, e não como normativa, a primazia do personagem paterno” (1998, p. 222). Temos o seguinte argumento: Freud não enxerga a

homossexualidade de Dora devido ao preconceito que o mantém voltado para a questão de sua relação amorosa com o Sr. K.. Lacan enxerga nessa insistência de Freud uma razão para a interrupção do tratamento. Cito Lacan:

Foi por se haver colocado *um pouco demais* no lugar do Sr. K. que Freud, dessa vez, não conseguiu comover o Aqueronte. Em razão de sua contratransferência, Freud volta com *excessiva constância* ao amor que o Sr. K. inspiraria em Dora, e é curioso ver como sempre interpreta no sentido de uma confissão as respostas, embora variadíssimas, que Dora lhe opõe. (1998, p. 223, grifos meus).

Eis as duas razões que Freud atribui para a interrupção da análise de Dora. No que diz respeito à transferência, Freud diz que:

Fui obrigado a falar da transferência porque somente através desse fator pude esclarecer as particularidades da análise de Dora. O que constitui seu grande mérito e que a fez parecer adequada para uma primeira publicação introdutória, a saber, sua transparência incomum, está intimamente ligado a seu grande defeito, que levou a sua interrupção prematura. *Não consegui dominar a tempo a transferência*; graças à solicitude com que Dora punha à minha disposição no tratamento uma parte do material patogênico, esqueci a precaução de estar atento aos primeiros sinais da transferência que se preparava com outra parte do mesmo material, ainda ignorada por mim. Desde o início ficou claro que em sua fantasia eu substituí a seu pai [...]. (1905[1901], p. 113).

Freud fala aqui de algo que remete à seguinte imagem: é como se Dora jogasse uma isca, para que Freud se distraia enquanto lhe prepara uma armadilha por trás.

É curioso ler sobre uma experiência que ocorreu há tanto tempo, e que mesmo assim se mantém tão próxima do que se observa ainda hoje na clínica. Na clínica da histeria parece muito comum uma determinada conduta, principalmente quando se está no início do tratamento: é grande a ambiguidade sexual presente no discurso da histérica, ao mesmo tempo em que é com muita indiferença que esta recebe a intervenção do analista ao apontar para o duplo sentido aí presente. Do lado do analista parece fácil, apesar disto, cair na tentação de intervir desta forma.

Que, para curar a histérica de todos os seus sintomas [diz Lacan] a melhor maneira seja satisfazer seu desejo de histérica – que é para ela o de colocar aos nossos olhos seu desejo como desejo insatisfeito –, deixa inteiramente

fora de campo a questão específica do *por quê* ela só pode sustentar seu desejo como desejo insatisfeito (1979, p. 19).

Dar a ver algo aos olhos do analista – que também remete ao que Freud menciona acima sobre a transparência de Dora – soa aqui como a armadilha que, no fundo, serviria para sustentar um algo a mais a ser sempre descoberto sobre o desejo, para, enfim, marcar o lugar do desejo.

Sabrina falava de um prazer a mais que sempre lhe aparecia no horizonte. Pode-se pensar aqui também num desejo de frustrar certo desejo, presente no analista, de saber sempre mais. O relato do caso Dora não deixa de demonstrar em diversas passagens esse desejo em Freud. Como diz Lacan no seminário sobre *A angústia*: “é aí que está o ponto cego. Freud quer que ela lhe diga tudo, a mulher” (2005, p. 145).

A imagem da isca me provoca a lembrança de outra paciente. Essa paciente, logo no início dos atendimentos, mostrava-se especialmente habilidosa em distribuir pelo seu discurso diversas alusões a conteúdos sexuais, ao mesmo tempo em que se afirmava bravamente numa posição de indiferença quanto ao que dizia. Tal conduta – é preciso que se diga – gera um intenso incômodo no analista ao colocá-lo numa posição de mero expectador da sua ambiguidade.

Certa vez, em que me falava de uma pinta que tinha na perna, me mostra a pinta levantando a calça num ato que dificilmente passaria aos olhos mais ingênuos sem carregar consigo um significado de sedução. Nessa mesma sessão, algum tempo depois, disse a ela que havíamos chegado num ponto importante. Ela me diz então: “isso mesmo, acho que chegamos no ponto G da questão”. Percebe-se aqui o quanto esta fala não faz alusão ao mítico ponto absoluto de gozo da mulher localizado, por sua vez, não se sabe lá bem aonde.

Refém da incômoda indiferença dela frente ao que ali insinuava nas entrelinhas, só me restou naquele momento rir do tal ponto G. Digo “só me restou isso” porque naquele

momento sei que exigia de mim mesmo responder de alguma forma que fosse capaz de desmontar sua indiferença. Que queria eu afinal? Operar uma transformação radical da noite para o dia? Que ela me dissesse: “sabe, nunca tinha pensado nisso”? “Nunca tinha percebido que uso palavras de cunho sexual para me expressar”. Tais comentários me remetem a quando nós, analistas, reclamamos das resistências dos nossos pacientes. Como se a resistência não fosse uma noção criada pelo próprio analista para balizar o trabalho a ser feito. Eles, os pacientes, não estão ali para isso?

O que fazer diante dessa espécie de transferência sorrateira que a histérica propõe? Qual o papel que o analista tem aí? Freud, no caso Dora, parece responder em parte a essas perguntas da seguinte forma: é preciso estar muito atento com a histérica. É preciso estar muito atento para discernir a tempo o que se monta por trás do que é ali oferecido aos nossos olhos.

Ficamos de retomar também a outra razão atribuída por Freud, muitos anos depois (1923), para a interrupção do caso Dora. Cito Freud:

Quanto mais me vou afastando no tempo do término dessa análise, mais provável me parece que meu erro técnico tenha consistido na seguinte omissão: deixei de descobrir a tempo e de comunicar à doente que a moção amorosa homossexual (ginecofílica) pela Sra. K. era a mais forte das correntes inconscientes de sua vida anímica. Eu deveria ter conjecturado que nenhuma outra pessoa poderia ser a fonte principal dos conhecimentos de Dora sobre coisas sexuais senão a Sra. K., a mesma pessoa que depois a acusara por seu interesse nesses assuntos. Era realmente de chamar atenção que ela soubesse todas aquelas coisas indecentes e jamais quisesse saber de onde as conhecia. Eu deveria ter tratado de decifrar esse enigma e buscado o motivo desse estranho recalçamento. (FREUD, 1905[1901], p. 114).

Essa passagem aponta para o curso do pensamento de Freud presente na reflexão que faz do término daquela análise. Não apenas errei, diria Freud, mas creio que meu erro foi não ter descoberto a tempo um desejo posto ali para ser decifrado. Dora me deu a dica com seu segredo e mesmo assim não fui capaz de decifrá-lo.

É justamente a insistência de Dora em saber das coisas da sexualidade, ao mesmo tempo em que não quer saber mais sobre o lugar de onde estas coisas vêm que parece fazer enigma para Freud. Para que guardar tão obstinadamente esse segredo? Essas questões parecem corroborar todo o desenvolvimento lacaniano acima mencionado sobre o mistério da feminilidade em Dora.

Com esta chave de leitura para o caso, Lacan formula a seguinte definição de transferência:

Que é pois, afinal, essa transferência cujo trabalho Freud diz, em algum lugar, ser *invisível* por trás do progresso do tratamento, e cujos efeitos, aliás, “escapam à demonstração”? Não nos será possível considerá-la aqui como uma entidade inteiramente relativa à contratransferência, definida como a soma dos preconceitos, das paixões, dos embaraços e até mesmo da informação insuficiente do analista num dado momento do processo dialético? (1998, p. 224).

É preciso lembrar aqui a concepção que Freud formula sobre a transferência a partir do caso Dora, concepção esta com a qual Lacan dialoga. Cito Freud:

Quando se penetra na teoria da técnica analítica, chega-se à concepção de que a transferência é uma exigência indispensável. Na prática, pelo menos, fica-se convencido de que não há nenhum meio de evitá-la, e de que essa última criação da doença deve ser combatida como todas as anteriores. Ocorre que essa parte do trabalho é de longe a mais difícil. Interpretar os sonhos, extrair das associações do enfermo os pensamentos e lembranças inconscientes, e outras artes similares de tradução são fáceis de aprender: o próprio doente sempre fornece o texto para elas. Somente a transferência é que se tem de apurar quase que independentemente, a partir de indícios ínfimos e sem incorrer em arbitrariedades. Mas ela é incontornável, já que é utilizada para produzir todos os empecilhos que tornam o material inacessível ao tratamento, e já que só depois de resolvida a transferência é que surge no enfermo o sentimento de convicção sobre o acerto das ligações construídas [durante a análise]. (FREUD, 1901[1905], p. 111).

É, portanto, essa dupla função da transferência, ou seja, a de resistência e cura - motor do tratamento - que devemos ter em mente. Laplanche e Pontalis nos mostram como

[...] a transferência foi inicialmente designada por Freud como não fazendo parte da essência da relação terapêutica. [...] A integração progressiva da descoberta do complexo de Édipo não podia deixar de repercutir na forma como Freud compreende a transferência. [...] Freud descobre que é a relação

do sujeito com as figuras parentais que é revivida na transferência. (2001, p. 517).

A extensão da noção de transferência como processo estrutural do tratamento leva, segundo os autores, até a construção em Freud da noção de neurose de transferência (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 517).

Entretanto, Freud teria se deparado desde a origem com as contradições da transferência: ao mesmo tempo resistência – “na medida em que substitui a lembrança falada pela repetição atuada” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 459) – e “maneira privilegiada de apreender ‘a quente’ e *in statu nascendi* os elementos do conflito infantil” (p. 518). Decorrem daí “as formulações muito divergentes que [Freud] apresentou acerca da sua função” (p. 518).

No trecho do texto de Lacan, citado logo acima, o autor reflete sobre a vertente de resistência presente na transferência quando esta serve de obstáculo para o tratamento. Vejamos o argumento de Lacan: ao invés de dar continuidade ao processo dialético no qual a análise vinha se fiando, Freud teria empacado “no lugar do Sr. K.” (LACAN, 1998, p. 223). Com isso, Lacan quer dizer que Freud teria insistido “em demasia no valor das propostas de casamento [do Sr. K.]” (LACAN, 1998, p. 225). É um preconceito que o faz insistir nisso, barrando a interpretação que poderia ter levado o processo adiante, como quer Lacan, em direção ao objeto que a Sra. K. era para Dora.

Esse raciocínio permite a Lacan entender a interpretação como a fala do analista que produz o movimento dialético da análise. Nas palavras do autor, interpretar é preencher com um engodo útil o vazio de um ponto morto que se instala (LACAN, 1998, p. 225).

É interessante notar como o sentido do corte da sessão, praticado por Lacan, se relaciona a essa concepção dialética do processo analítico. Ela visa justamente esta espécie de

precipitação (de um sentido ainda por vir) necessária à inversão dialética que estamos destacando. Em *Função e campo da fala e da linguagem*, Lacan escreve:

Assim, é uma pontuação oportuna que dá sentido ao discurso do sujeito. É por isso que a suspensão da sessão, que a técnica atual transforma numa pausa puramente cronométrica e, como tal, indiferente à trama do discurso, desempenha aí o papel de uma escansão que tem todo o valor de uma intervenção, precipitando os momentos conclusivos. [...]. É assim que se pode operar a regressão, que é apenas a atualização, no discurso, das relações fantasísticas restauradas por um *ego* a cada etapa da decomposição de sua estrutura. (1998c, p. 253).

No seminário sobre *a relação de objeto*, Lacan fala de dois elementos a serem distinguidos na transferência – um imaginário e outro simbólico –, em relação aos quais é necessário que o analista faça uma escolha. Lacan situa o elemento imaginário no pré-consciente, como conteúdo dirigido à pessoa do analista – quando o paciente conta um sonho, por exemplo. Diz respeito, portanto, à relação dual. O elemento simbólico, que se situa no inconsciente, diz respeito à relação de transferência que o sujeito estabelece com a cadeia significante. Tem função de terceiro para com o imaginário. Lacan afirma que na ausência de uma formulação mais depurada da transferência, Freud hesita, confundindo esses dois registros (LACAN, 1995, p. 137).

Lacan se apoia no caso da Jovem Homossexual, em que Freud toma um sonho da paciente como artifício para enganá-lo. Aqui Lacan argumenta que, ao invés de tomar o sonho “ao pé da letra”⁸, ou seja, pelo que se formula do inconsciente no texto do sonho, Freud enxerga ali apenas a posição enganadora que a paciente afirma em relação a ele (LACAN, 1995, p. 136). Freud teria enfatizado as intenções da paciente em iludi-lo, deixando apagar-se a mensagem inconsciente que buscava fazer-se ouvir pela situação representada no sonho⁹.

Cito Lacan:

⁸ Quanto a essa expressão, Lacan diz no seminário sobre *a transferência*: “[tomar] tão burramente quanto possível” (1992, p. 266).

⁹ Lacan utiliza o verbo “ênfatizar”, o que faz pensar mais uma vez no argumento do posicionamento excessivo de Freud no lugar que lhe foi atribuído na transferência. Cf. Lacan, 1995, p. 137.

[...] esse sonho, mesmo que pareça ser um sonho enganador por estar no nível imaginário e em relação direta com o terapeuta, nem por isso deixa de ser – e apenas ele – o representante da transferência no sentido próprio. Era ali que Freud poderia arriscar a sua confiança e intervir com audácia. Seria preciso que sua noção de transferência estivesse baseada numa posição menos oscilante, e que ele tivesse concebido bem precisamente que a transferência se passa, de modo essencial, no nível da articulação simbólica. (LACAN, 1995, p. 138).

Vale lembrar aqui também que, como dizem Laplanche e Pontalis, não é apenas na atitude do paciente para com o analista que este está implicado na transferência, mas também “quando o sujeito *lhe* conta determinado acontecimento do seu passado, *lhe* relata determinado sonho [...]. Tal como a ‘atuação’, o dizer do paciente é um modo de relação que, por exemplo, pode ter por fim agradar ao analista, mantê-lo à distância, etc.” (2001, p. 521).

Porém, Lacan faz a seguinte ressalva:

É possível situar como distinto o que o sujeito conduz em seu sonho, que é do nível do inconsciente, e o fator da relação dual, ligado ao fato de dirigir-se a alguém quando conta o sonho em análise. É nesse sentido que digo que um sonho que se produz no decorrer de uma análise comporta sempre uma certa direção para o analista, e essa direção nem sempre é, obrigatoriamente, a direção inconsciente. (LACAN, 1995, p. 137).

Ressalva esta presente também no esquema lacaniano da intersubjetividade, conhecido como “Esquema L”:

Este esquema inscreve, inicialmente, a relação do sujeito com o Outro. Tal como constituída no começo da análise, esta é a relação de fala virtual, pela qual o sujeito recebe do Outro sua própria mensagem, sob a forma de uma palavra inconsciente. Essa mensagem *lhe* é interditada, é por ele profundamente desconhecida, deformada, estagnada, interceptada pela interposição da relação imaginária entre *a* e *a'*, entre o eu e o outro, que é seu objeto típico. A relação imaginária, que é uma relação essencialmente alienada, interrompe, desacelera, inibe, inverte na maioria das vezes, desconhece profundamente a relação de palavra entre o sujeito e o Outro, o grande Outro, na medida em que este é um outro sujeito, um sujeito por excelência capaz de enganar. (LACAN, 1995, p. 10).

Vemos com esta passagem como as concepções até aqui examinadas podem ser descritas de outra forma. O movimento dialético que é interrompido pela contratransferência do analista, para o qual Lacan chama a atenção, parece agora passível de traduzir-se assim: a transferência

simbólica com o Outro é estagnada pelo elemento imaginário da transferência na relação dual com o analista. Curiosamente, utilizando o mesmo termo que emprega ao falar da dialética do processo analítico, Lacan afirma que a relação do sujeito com o Outro é *invertida* pelo elemento imaginário. Ainda, diz que a palavra inconsciente que o sujeito recebe do Outro é sua própria mensagem sob uma forma *invertida*, daí o sentido de transferência dado à relação do sujeito com o lugar de fala que o constitui (1995, p. 122).

Tais observações nos remetem a um dos exemplos de inversão dialética dado por Lacan no caso Dora, a saber, aquele em que fala sobre o interesse de Dora pelo sujeito rival (Sra. K.) capaz de se manifestar no discurso comum apenas sob a forma invertida do ciúme pelo pai.

Dora expressa seu ciúme pelo pai. É Freud, audacioso, como diz Lacan, quem realiza a inversão que reconhece na rival o desejo de Dora. A audácia de Freud é acentuada por Lacan a partir da ênfase dada à história do sujeito, ao que já se fazia presente antes mesmo de seu nascimento, no que isso encerra de possibilidades para reconhecer aí um desejo, em detrimento do que ocorre no “aqui agora” da relação com o analista (LACAN, 1998, p. 603).

É possível enxergar aí, para utilizar a expressão de Goldgrub (2004), um “método sobre o discurso”. É possível pensar o analista como intérprete de uma mensagem inconsciente profundamente invertida pela atualidade da relação dual?

Lacan nos fala de uma metodologia em *Função e campo da fala e da linguagem*. Cito Lacan:

Para saber como responder ao sujeito na análise, o método consiste em reconhecer primeiro o lugar em que está seu *ego*, [...] em outras palavras, em saber através de quem e a quem o sujeito formula *sua pergunta*. Enquanto não o soubermos, corremos o risco do contra-senso quanto ao desejo que deve ser reconhecido ali e quanto ao objeto a que se dirige esse desejo. (1998c, p. 304)

No caso Dora, sabemos onde, para Lacan, se localizam esses elementos. O *ego* de Dora está situado no Sr. K. e é através desta identificação viril que Dora formula sua pergunta

para a Sra. K.. Para Lacan, com essa concepção estrutural em mente Freud teria conseguido orientar o tratamento para a direção correta.

A responsabilidade aqui recai sobre o analista. Fiando-se na leitura que faz do caso da Jovem Homossexual, Lacan produz uma interessante inversão no discurso de Freud sobre a resistência dessa paciente, atribuindo parte da responsabilidade pelo fracasso da análise ao analista. “Seja o que for que Freud pense disso”, diz Lacan, “estamos longe de ser levados a atribuir toda a responsabilidade a um impasse da posição da doente. A intervenção dele [Freud], sua concepção, seus preconceitos sobre a posição devem ter, realmente, algo a ver com a ruptura da situação” (LACAN, 1995, p. 136). Como se vê, a temática do preconceito do analista reaparece aqui, servindo a uma conhecida inversão do ensino de Lacan: a resistência é do analista.

Estamos investigando aqui justamente isso: a resistência do analista. Teria eu insistido *por demais* na isenção com Sabrina? Será isso equivalente ao que Lacan chama de preconceito do analista, de contratransferência? Terá produzido efeitos importantes para esse tratamento?

3.2. Distinções lacanianas

Como vimos, há uma distinção importante a ser feita entre o que é *atual* na relação com o analista, e o que podemos chamar, em Lacan, de *história*. Comentando o caso do Homem dos Ratos, Lacan fala, por exemplo, em “linhas de destino do sujeito”, já traçadas antes mesmo do seu nascimento (1998a, p. 603).

Toda essa dialética do processo analítico que estamos investigando repousa, em Lacan, sobre uma distinção ainda mais fundamental, a saber, a distinção entre o *simbólico* e o *imaginário*. Outras oposições parecem ainda se desdobrar daí: “distinção entre significante e significado” (LACAN, 2002, p. 198), “duplicidade subjetiva” (p. 200), “dialética do

imaginário e do simbólico” (p. 200), “dissimetria essencial do Édipo” (p. 201) e “dissimetria no significante” (p. 201).

Vejam aqui com mais profundidade o que Lacan quer dizer quanto à dissimetria essencial do Édipo. Lacan refere-se a Freud nunca ter deixado de considerar uma diferença entre a mulher e o homem. Essa diferença, no entanto, também será lida por Lacan a partir da distinção entre os registros do simbólico e do imaginário.

Antes de sua conhecida organização em três tempos, o Édipo em Lacan é uma estrutura simbólica na qual o sujeito se identifica. E isso quer dizer, para Lacan, “que o sujeito é ao mesmo tempo ele próprio e os dois outros parceiros” (LACAN, 2002, p. 226) – diferente, portanto, da relação imaginária, na qual o eu se confunde com o outro do espelho. É a partir de uma identificação simbólica nessa estrutura que se realiza para o sujeito sua posição sexual como homem ou mulher. Cito Lacan:

Ora, a realização da posição sexual no ser humano está ligada, nos diz Freud – e nos diz a experiência – à prova da travessia de uma relação fundamentalmente simbolizada, a do Édipo, que comporta uma posição que aliena o sujeito, isto é, o faz desejar o objeto de um outro, e possuí-lo por procuração de um outro. (2002, p.203).

Vale lembrar aqui que o efeito central desta estrutura é o que se chama complexo de castração. Para Lacan, essa é uma estrutura simbólica, na medida em que retira o homem de um registro puramente imaginário de sua relação com o mundo, inserindo-o numa ordem simbólica, ou seja:

O desejo, como desejo pela mãe, é idêntico à função da lei. É na medida em que proíbe esse desejo que a lei impõe o desejá-la, pois, afinal, a mãe não é, em si mesma, o objeto mais desejável. (LACAN, 2005, p. 120).

O objeto “em si mesmo”, creio que assim poderíamos conceber o mundo identificado ao registro do imaginário, no qual a relação com os objetos já está dada, não possui mediação simbólica.

Tal incidência do simbólico se opera no complexo de Édipo, na medida em que ali a forma imaginária do falo é tomada como símbolo prevalente, ou seja, como um símbolo que entre os outros se destaca (LACAN, 2002, p. 201). É nesse sentido que Lacan pode falar então de uma outra oposição, ou seja, da “dissimetria no significante”.

Trata-se, portanto, de uma dissimetria no interior do próprio sistema significante. É isso que abre para a mulher a possibilidade de um desvio em sua passagem pelo Édipo, produzindo aí uma diferença, uma assimetria em relação ao homem. Ela se identifica com a imagem do sexo oposto.

3.3. De volta a Dora

Retornamos agora ao tema da histeria, na medida em que é no desvio possível na passagem da mulher pelo Édipo que reside, para Lacan, a própria possibilidade da estruturação histórica. Esse desvio – “através da identificação com o pai” (LACAN, 2002, p. 201) – produz uma ambiguidade. A respeito de Dora, Lacan diz ser “alguém que chegou ao nível da crise edípica, e que ao mesmo tempo pôde e não pôde ultrapassá-la” (LACAN, 1995, p. 141).

Ocorre que onde há distinção, duplicidade, dissimetria, há também junção, engodo ou, como se expressa Lacan, “cruzamento recíproco do imaginário e do simbólico” (LACAN, 1995, p. 203). É no desvio histórico, em que uma função imaginária (identificação com o pai) opera para suprir o reconhecimento simbólico da posição feminina, que Lacan enxerga que “reside a fonte da função essencial desempenhada pelo eu na estruturação da neurose” (p. 203).

Como vimos, essa função prescreve uma necessidade metodológica de se saber por meio de quem o sujeito fala (onde está situado seu eu). Foi dito também, a respeito da estrutura simbólica do Édipo, que o sujeito aí coloca a si mesmo em cena. E onde está situado

o sujeito? Nessa metáfora, o sujeito ocupa o lugar de um diretor de cena. É nesse sentido que Lacan define a fantasia como um roteiro, em que o imaginário é aprisionado pela função significante (LACAN, 1999, p. 421).

A função do eu na neurose também permite a Lacan definir a própria neurose como uma questão. “O nevrosado”, diz Lacan, “põe sua questão neurótica, sua questão secreta e amordaçada, com o seu eu” (LACAN, 2002, p. 199). Por outro lado isso faz com que, justamente, ele também não a coloque.

Essa concepção também produz repercussões do ponto de vista do método. Vejamos a leitura que Lacan faz de outro caso de histeria, desta vez num homem:

Ele [o analista] percebeu o lado significativo, mas não percebeu – pela simples razão de que não tinha aparelho analítico, que só é concebível no registro das estruturações de linguagem – que tudo isso é tão-somente um material, favorável certamente, que o sujeito utiliza para exprimir a sua questão. Servir-se-ia também de qualquer outro, para exprimir o que está além de toda relação, atual ou inatual, um *Quem sou eu? Um homem ou uma mulher?*, e *Sou eu capaz de gerar?*
Quando se tem essa chave, toda a vida do sujeito se reordena em sua perspectiva. (LACAN, 2002, p. 196).

A questão neurótica aparece aqui como uma articulação capaz de amarrar, de reduzir o discurso do sujeito. Da mesma forma, mostramos no “Capítulo 1 - *Sobre o método*” como Lacan entende a clínica de Freud a partir de uma redução do discurso do paciente.

Sobre a questão da neurose, Lacan diz ainda que:

O tema único de fantasia de gravidez domina, mas enquanto quê? Enquanto significante – o contexto o mostra – da questão de sua integração à função viril, à sua função de pai. [...]
O caráter problemático de sua identificação simbólica sustenta toda compreensão possível da observação. Tudo o que é dito, tudo o que é expresso, tudo o que é gestualizado, tudo o que é manifestado, só ganha seu sentido em função da resposta a ser formulada sobre esta relação fundamental simbólica – *Sou eu um homem, ou sou uma mulher?* (2002, p. 197).

Todo o discurso do paciente se reduz então à resposta dada para a questão da histeria?

Essa concepção permite ainda que se amplie o entendimento do “erro” de Freud no manejo do caso Dora. Esta é a questão de Dora: *o que é uma mulher?* Como quer Lacan, todo o caso é capaz de se organizar a partir deste nó significante. Qual teria sido o erro de Freud diante da questão de Dora? Lacan diz que:

Quando Dora se vê interrogar a si mesma sobre *o que é uma mulher?*, ela tenta simbolizar o órgão feminino como tal. Sua identificação com o homem, portador do pênis, é para ela, nessa ocasião, um meio de aproximar-se dessa definição que lhe escapa. O pênis lhe serve literalmente de instrumento imaginário para apreender o que ela não consegue simbolizar. (LACAN, 2002, p. 203).

Ora, quando Freud é levado a insistir na interpretação do desejo de Dora pelo Sr. K., que caminho seguiu para a análise?

Lacan retira dessa problemática fálica na qual Dora está envolvida toda uma direção para a análise. Cito Lacan:

[...] o significante ímpar: esse falo o qual recebê-lo e dá-lo são igualmente impossíveis para o neurótico, quer ele saiba que o Outro não o tem ou que o tem, pois, em ambos os casos, seu desejo está alhures – em sê-lo –, e porque é preciso que o homem, macho ou fêmea, aceite tê-lo e não tê-lo, a partir da descoberta de que não o é. (1998a, p. 649).

Em outras palavras, o que a castração enuncia enquanto princípio é que, para fazer uso do falo (para tê-lo), é preciso não o ser (LACAN, 2005, p. 122).

Como trabalhar com tal objetivo? Toda análise deve necessariamente levar o sujeito até aí? Toda análise necessariamente progride com esse objetivo em mente?

4. O PROCESSO DA ANÁLISE

Após este percurso – partindo do caso de Sabrina, passando pelo caso Dora, pela noção de contratransferência como obstáculo ao movimento dialético da análise e, finalmente, examinando a concepção de histeria em Lacan e seus desdobramentos do ponto de vista do método – pode-se perguntar agora como, então, o analista põe em movimento uma análise, como faz para que o tratamento progrida numa determinada direção, para que atinja um certo objetivo? Quais os meios de que dispõe para isso?

4.1. Interpretar

Para Lacan, o analista deve desatar os nós. Essa é, por assim dizer, uma metáfora que utiliza para falar do processo analítico e que chama atenção também para seu inverso, ou seja, para a possibilidade que se apresenta ao analista de amarrar, de estagnar o processo da análise.

Como vimos, Simanke chama atenção para a dificuldade que Lacan tem em assimilar a fórmula freudiana de tornar consciente o inconsciente. Vê-se isso de forma muito clara no

Discurso de Roma:

Os sintomas de conversão, inibição e angústia não estão ali para dar a vocês o ensejo de lhes ratificar os nós, por mais sedutora que possa ser sua topologia; é de desatá-los que se trata, e isso quer dizer devolvê-los à função de fala que eles têm, num discurso cuja significação determina seu emprego e seu sentido.

Assim, compreende-se por que tanto é falso atribuir o desenlace analítico à conscientização quanto é inútil espantar-se que aconteça de ela não ter essa virtude. Não se trata de passar de um patamar inconsciente, mergulhado na obscuridade, para o patamar consciente, sede da clareza, através de sabe-se lá que misterioso elevador. É justamente essa a objetivação pela qual o sujeito, comumente, tenta furtar-se a sua responsabilidade [...].

Trata-se, com efeito, não de passagem para a consciência, mas de passagem para a fala, a despeito daqueles que se obstinam em permanecer fechados a ela, e é preciso que a fala seja ouvida por alguém ali onde não podia nem sequer ser lida por ninguém – uma mensagem cujo código perdeu-se ou cujo destinatário morreu. (LACAN, 2003, p. 146).

Vê-se nesse trecho como é a noção de *passar para a fala* que acaba por substituir em Lacan a fórmula freudiana da conscientização.

Vimos, a respeito do caso Dora, como Lacan faz corresponder a transferência que leva à interrupção do tratamento à contratransferência de Freud, definida como a soma dos preconceitos ali implicados. Segundo Lacan esse efeito negativo, por assim dizer, da transferência, decorre da estagnação do movimento dialético da análise. Cito Lacan:

[...] quando os preconceitos do analista (isto é, sua contratransferência, termo cujo emprego correto, para nos satisfazer, não poderia estender-se além das razões dialéticas do erro) o desvirtuam em sua intervenção, ele logo paga o preço disso através de uma transferência negativa. [...] e habitualmente se segue a ruptura.

Foi justamente o que aconteceu no caso de Dora, em razão da insistência de Freud em querer fazê-la reconhecer o objeto oculto de seu desejo na pessoa do Sr. K., na qual os preconceitos constitutivos de sua contratransferência levaram-no a ver a promessa de sua felicidade. (1998, p. 306).

A noção de transferência negativa utilizada aqui por Lacan não parece se reduzir à oposição que Freud faz entre o positivo dos sentimentos ternos transferidos e o negativo dos sentimentos hostis (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 517). Mais parece corresponder ao que Laplanche e Pontalis apontam como uma repercussão desfavorável da transferência para o tratamento, independentemente da natureza dos afetos transferidos (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 521). Mesmo porque não é tanto a qualidade afetiva da transferência de Dora que é retomada por Lacan, quanto sua função de obstáculo para o andamento da análise.

Uma análise não pode estagnar-se sem que o paciente manifeste reações hostis para o analista? Ou, de forma inversa: uma análise não pode caminhar bem mesmo que a hostilidade esteja presente? Por isso Lagache (apud LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 521) prefere falar em efeitos positivos e negativos da transferência. Sentimentos positivos podem ter efeitos negativos e vice versa. O importante a manter em mente é a ideia de que o analista, apoiado em seus preconceitos, pode produzir efeitos negativos de transferência para a análise.

Lacan nos dá outro exemplo, extraído do caso Dora, de como Freud poderia ter produzido esse efeito:

Porventura o próprio Freud não nos diz que Dora poderia ter transferido para ele o personagem paterno, se ele fosse tolo o bastante para acreditar na versão das coisas que lhe fora apresentada pelo pai? (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 224).

Como evitar que esse efeito se produza? É comum entre analistas o conselho técnico de não responder do lugar que se é convocado na transferência. Essa ideia, porém, pode soar um tanto paradoxal. Como não responder de um lugar sem antes ocupá-lo? Certa vez ouvi uma psicanalista brincar a esse respeito: “se você não saca a transferência, a transferência te saca”. Esta expressão também passa a ideia de que a transferência pode estagnar o processo da análise e interromper o tratamento, ou seja, sacar o analista para fora. A transferência do paciente saca o analista para fora antes mesmo que este perceba o preconceito que a corrobora.

Por isso, também Lacan faz questão de marcar, no texto *Intervenção sobre a transferência*, o que o caso Dora estabelece no que diz respeito ao lugar do conceito na obra de Freud. “Fundamentarei minha demonstração no caso Dora”, diz Lacan, “por ele representar, na experiência ainda nova da transferência, o primeiro em que Freud reconheceu que o analista tem aí seu papel” (LACAN, 1998, p. 216). Vê-se aí a ambiguidade que o título do texto carrega, ao apontar tanto para uma intervenção sobre o tema transferência, quanto para uma intervenção *na transferência*, ou seja, para o lugar de onde o analista intervém.

Em *Função e campo da fala e da linguagem* Lacan diz:

O perigo não está na reação negativa do sujeito, mas antes em sua captura numa objetivação, não menos imaginária do que antes, de sua estática ou de sua estátua, numa situação renovada de sua alienação. Muito pelo contrário, a arte do analista deve consistir em suspender as certezas do sujeito, até que se consumem suas últimas miragens. (1998c, p. 252).

Vemos aqui o mesmo termo acima utilizado no *Discurso de Roma* para falar da função que o analista tem de desatar os nós. O que mais preocupa Lacan quanto ao bom andamento do processo analítico é esta *objetivação* a que se refere. De que se trata?

Ao invés de objetivar, Lacan afirma que devemos desatar o nó do sintoma. Isso quer dizer devolvê-lo à sua função de fala no discurso. Cito:

Pois se, para admitir um sintoma na psicopatologia psicanalítica, seja ele neurótico ou não, Freud exige o mínimo de sobredeterminação constituído por um duplo sentido, símbolo de um conflito defunto, para-além de sua função, num conflito presente *não menos simbólico*, e se ele nos ensinou a acompanhar, no texto das associações livres, a ramificação ascendente dessa linhagem simbólica, para nela detectar, nos pontos em que as formas verbais se cruzam novamente, os nós de sua estrutura, já está perfeitamente claro que o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada. (1998c, p. 270).

Quando se fala de “nós”, o que é afinal que está amarrado? Lembremos que Lacan sempre ressaltou que o inconsciente, ao mesmo tempo em que se comunica na análise, paradoxalmente não é capaz de passar para o discurso do sujeito. O inconsciente é uma linguagem, mas não no sentido de que é um discurso, e sim que é estruturado como uma linguagem¹⁰. Isso parece estar em acordo com a rejeição da parte de Lacan em considerar uma passagem do inconsciente para a consciência: o inconsciente, apesar de se comunicar na análise, não passa para a consciência.

Em detrimento da ideia de um conteúdo inconsciente, Lacan parece sustentar uma concepção de inconsciente como campo de apreensão dos fenômenos particulares que ali se manifestam. Faz sentido, quando pensamos que a concepção de um conteúdo inconsciente pode justamente ir em direção à objetivação. Dessa forma, tanto o campo analítico como todo fenômeno que dele participa são estruturados por leis próprias que Lacan traduz em termos de

¹⁰ Quanto a isso ver, por exemplo: “não digo que o que é comunicado na relação analítica passe pelo discurso do sujeito [...]” (LACAN, 2002, p. 189), ou, “se digo que tudo o que pertence à comunicação analítica tem estrutura de linguagem, isso não quer dizer que o inconsciente se exprima no discurso (...) o fenômeno analítico como tal, seja ele qual for, é, não uma linguagem no sentido em que isso significaria ser um discurso – eu nunca disse que é um discurso –, mas estruturado como uma linguagem” (p. 191).

linguagem, ou seja, em termos de “efeitos determinados pelo duplo jogo da combinação e da substituição no significante, segundo as duas vertentes geradoras de significado constituídas pela metonímia e pela metáfora” (LACAN, 1998c, p. 696). Como diz no seminário sobre *as formações do inconsciente*, trata-se “de um certo primarismo na linguagem. Foi por isso mesmo que ele [Freud] o chamou de *processo primário*” (LACAN, 1999, p. 368).

Como entender então esse inconsciente em sua incapacidade de exprimir-se no discurso? A noção de transferência em Lacan pode lançar alguma luz sobre esta questão.

Lacan irá retomar a noção de transferência a partir do sentido que Freud dá ao termo na *Traumdeutung*, ou seja, antes de sua referência como fator fundamental do tratamento no caso Dora. Cito Lacan:

O que é que nos diz Freud na sua primeira definição do *Ubertragung*? Ele nos fala dos *Tagesreste*, dos restos diurnos, que são, diz ele, desinvestidos do ponto de vista do desejo. São no sonho formas errantes que, para o sujeito, se tornaram de menor importância – e se esvaziaram do seu sentido. É, pois, um material significante. O material significante, quer seja fonemático, hieroglífico etc. é constituído de formas destituídas do seu próprio sentido e retomadas numa organização nova através da qual um outro sentido encontra como se exprimir. É exatamente a isso que Freud chama *Ubertragung*. O desejo inconsciente, quer dizer, impossível de se exprimir, encontra meio de se exprimir, não obstante, pelo alfabeto, a fonemática dos restos do dia, eles mesmos desinvestidos do desejo. É, pois, um fenômeno de linguagem como tal. É a isso que Freud dá, quando o emprega pela primeira vez, o nome de *Ubertragung*. (LACAN, 1986, p. 278).

Entendemos aqui um pouco melhor o paradoxo de que se trata. A transferência é:

[...] o fenômeno constituído pelo fato de que, para um certo desejo recalcado pelo sujeito, não há tradução direta possível. Esse desejo do sujeito é interdito ao seu modo de discurso, e não pode se fazer reconhecer. Por quê? É que há entre os elementos do recalque algo que participa do inefável. Há relações essenciais que nenhum discurso pode exprimir suficientemente, senão no que eu chamava há pouco de entrelinhas. (LACAN, 1986, p. 278).

É interessante ver como essa noção da dimensão inefável do inconsciente corrobora uma concepção que Lacan formula a respeito da interpretação tantos anos depois. Quase dez anos depois da passagem citada acima, no seminário sobre *a angústia*, Lacan diz que “não é o sentido do que vocês interpretam, seja ele qual for, que importa, e sim o resto” (2005, p. 141).

Esta noção de resto pode ser entendida ainda a partir da postura que Lacan dizia assumir em seus seminários. Lacan procurava ali preservar uma margem de incompreensão coerente com a própria noção de discurso da psicanálise. Cito Lacan:

[...] se devemos ser coerentes com nossas próprias noções na prática, se todo discurso válido deve justamente ser julgado nos próprios princípios que ele produz, eu diria que é com uma intenção expressa, se não absolutamente deliberada, que prossigo este discurso de tal maneira que lhes ofereço a oportunidade de não compreendê-lo completamente. Essa margem permite que vocês, vocês próprios, digam que acreditam me seguir, isto é, que fiquem numa posição problemática, que deixa sempre a porta aberta para uma retificação progressiva. (LACAN, 2002, p. 188).

Podemos nos perguntar aqui: o que uma interpretação não deve fazer? Lembremos que, nem a Freud, o conteúdo da interpretação parecia o critério mais adequado para medir sua eficácia. No texto *Construções em Análise*, Freud se pergunta sobre como avaliar o acerto de uma construção feita ao paciente sobre seu passado esquecido, sua experiência recalçada por trás de seus sintomas. Cito Freud:

Parece, portanto, que as elocuições diretas do paciente, depois que lhe foi oferecida uma construção, fornecem muito poucas provas sobre a questão de saber se estivemos certos ou errados. É do maior interesse que existam formas indiretas de confirmação, que são, sob todos os aspectos, fidedignas. Uma delas é uma forma de expressão utilizada (como que por consenso) com muito pequena variação pelas mais diferentes pessoas: ‘Nunca pensei’ (ou ‘Nunca teria pensado’) ‘isso’ (ou ‘nisso’). Isso pode ser traduzido, sem qualquer hesitação, por: ‘Sim, o senhor está certo dessa vez – sobre meu *inconsciente*’. Infelizmente, essa fórmula, tão bem-vinda ao analista, chega a seus ouvidos com mais frequência depois de interpretações isoladas do que depois de ele ter produzido uma ampla construção. Confirmação igualmente valiosa está implícita (dessa vez, expressa positivamente) quando o paciente responde com uma associação que contém algo semelhante ou análogo ao conteúdo da construção. (1937, p. 281).

De forma geral podemos pensar que há alguma prioridade dada por Freud ao que uma intervenção, seja ela interpretação ou construção, é capaz de produzir de material. “Só o curso ulterior da análise”, diz Freud, “nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inúteis” (1937, p. 283).

Chama a atenção de Lacan, no entanto, o caráter audacioso da forma como Freud interpreta, sua posição tão ativa ao intervir em sua busca de que o sujeito reconheça um desejo. Isso é valorizado em diversas passagens por Lacan. Como, por exemplo: “Freud chega até a tomar certas liberdades com a exatidão dos fatos, quando se trata de atingir a verdade do sujeito. [...] Não obstante, ele não hesita em interpretar [...]” (LACAN, 1998c, p. 303). Em outra passagem, Lacan afirma que “A interpretação em Freud é tão audaciosa que, por havê-la vulgarizado, já não reconhecemos seu alcance de adivinhação” (1998a, p. 603).

Voltemos à questão do “nó”. A questão do que se encontra amarrado na análise ainda parece obscura.

No pensamento de Lacan, o próprio sintoma é um nó. Tudo o que se forma no inconsciente, suas formações propriamente ditas que, como vimos, são fenômenos que se estruturam como uma linguagem, são em suma um nó. Em termos freudianos isso se expressa pela sobredeterminação dos sintomas.

Indo um pouco mais além, pode-se afirmar com Lacan que a própria neurose é um nó para o desejo. Cito Lacan:

O que resiste é o desejo. Não direi nem mesmo este ou aquele desejo do sujeito, pois isso é evidente, mas, essencialmente, o desejo de ter seu próprio desejo. [...] O que o esquema [grafo do desejo] enumera e ordena são as formas necessárias à manutenção do desejo, graças a que o sujeito continua a ser um sujeito dividido, o que é da natureza mesma do sujeito humano. Quando ele não é mais um sujeito dividido, é louco. Ele continua a ser um sujeito dividido, porque há ali um desejo cujo campo também não deve ser muito cômodo manter, uma vez que lhes estou explicando que uma neurose se constrói como se constrói para manter algo de articulado que se chama desejo.

Essa é a definição certa. Com efeito, a neurose não é uma força ou fraqueza maior ou menor do desejo, nem é uma fixação, imaginada como o fato de que, num certo ponto, o sujeito enfiou o pé num vidro de cola. A fixação, se é que se parece com alguma coisa, é mais com estacas destinadas a manter algo que, de outro modo, escaparia. (1999, p. 443).

Ao falar do que fixa o desejo, Lacan só pode estar se referindo aqui a um nó de linguagem, de significantes que fixam o desejo. Acima, vimos Lacan reduzir a neurose a uma

questão; agora o vemos reduzi-la a uma espécie de frase paradoxal, na medida em que o analista, ao mesmo tempo em que deve ajudar o paciente a articulá-la, sabe que ela é, em si mesma, impossível de se articular – bem de acordo com a exigência do conceito de inconsciente que exploramos ainda a pouco. Cito Lacan:

Formulemos, mais uma vez, a pergunta sobre o que é a linha superior de nosso esquema. É uma linha significante, por ser estruturada como uma linguagem. Por outro lado, por ser estruturada como uma linguagem, ela é uma espécie de frase que o sujeito não consegue articular, e que devemos ajudá-lo a articular, e que estrutura, em suma, a totalidade da neurose. A neurose não é idêntica a um objeto, não é uma espécie de parasita estranho à personalidade do sujeito, é uma estrutura analítica que está em seus atos e sua conduta. (1999, p. 486).

Dessa forma, o inconsciente ganha para Lacan o sentido de uma frase que estrutura o “conjunto do comportamento obsessivo ou histérico” (1999, p. 487). É uma frase desconhecida quanto a seu sentido, portanto, barrada, embora, como diz Lacan, o sujeito a pronuncie através de tudo o que manifesta, evoca, ou realiza (p. 487).

Como o sintoma para Lacan já é um nó, entende-se porque sua preocupação não é que o analista o amarre, mas que o ratifique. “Nós conhecemos nas neuroses”, diz Lacan, “doenças que falam” (2003, p. 145). Que elas falem, entretanto, não parece ser tão problemático quanto saber escutá-las. Como escutar o que fala do inconsciente?

Em *Função e campo da fala e da linguagem*, Lacan diz que “para liberar a fala do sujeito, nós o introduzimos na linguagem de seu desejo” (1998c, p. 294). Se lembrarmos que essa linguagem não é discurso¹¹, isso não significa então que o sujeito deve ser introduzido aos significantes através dos quais seu desejo inconsciente se manifesta? Dessa forma a fala do sintoma poderia ser liberada?

Há uma diferença fundamental entre pensar o discurso em sua função de fala e pensá-lo como fala. A fala de que se trata não fala como discurso, mas como significante. Afinal,

¹¹ Sobre outra maneira de diferenciar linguagem e discurso: “[...] o sistema do significante ou da linguagem, pra defini-lo sincronicamente, o sistema do discurso, pra defini-lo diacronicamente [...]” (LACAN, 1995, p. 267).

que o sujeito seja barrado do seu inconsciente pela própria condição da transferência, pela condição de que ao desejo inconsciente não é possível exprimir-se de forma direta, isso não implica, no entanto, que o paciente não possa vir a ter acesso ao material privilegiado pelo qual seu desejo se manifesta.

Voltemos à nossa questão: o que uma interpretação não deve fazer? Segundo Dunker:

[...] a interpretação deve lidar sempre com seu efeito de alienação, que convida o sujeito a reafirmar sua servidão voluntária, e com o efeito de separação, que transforma a metáfora do sintoma (ou equivalente) na metonímia do desejo. (2007, p. 117).

Entende-se daí que a interpretação deve ao menos não se reduzir a esse primeiro efeito alienante. Daí Lacan falar no perigo da captura do sujeito na objetivação a que seu desejo pode ser reduzido. Parece certo que, para interpretar preservando um resto para o sujeito, o analista só dispõe de uma ferramenta: o significante.

4.2. Desenvolver a transferência

Mas como introduzir na análise essa função da interpretação? Para Lacan, existem condições necessárias à interpretação.

Vamos voltar mais uma vez ao que pode nos ensinar a experiência de Dora. Lacan diz que:

Na época em que interpretava Dora, Freud lhe dizia, por exemplo, que ela amava o Sr. K., e lhe indicava sem rodeios que era com ele que ela deveria refazer normalmente sua vida. Isso nos surpreende, ainda mais por sabermos que não podia tratar-se disso, pelas melhores razões possíveis, e porque, afinal, Dora não queria saber absolutamente nada a esse respeito. No entanto, uma interpretação dessa ordem, no momento em que era feita por Freud, apresentava-se contra um fundo que, por parte da paciente, não comportava nenhuma presunção de que seu interlocutor estivesse ali para lhe retificar a apreensão do mundo ou fazer com que sua relação de objeto fosse levada à maturidade. Para que o sujeito espere essas coisas da boca do analista, é preciso todo um ambiente cultural, do qual nada se havia formado até então. Na verdade, Dora não sabia o que esperar, era conduzida pela mão, e Freud lhe dizia *Fale*, e nada mais despontava no horizonte de uma experiência dirigida dessa maneira – a não ser implicitamente, pois, pelo

simples fato de lhe dizerem para falar, devia haver em jogo alguma coisa da ordem da verdade. (LACAN, 1999, p. 334).

Vejam os argumentos de Lacan: a interpretação opera quando o paciente não sabe o que esperar do analista. O paciente espera alguma coisa, na medida em que o analista faz a oferta de falar, mas não sabe o que é.

Para Lacan, esse é o traço fundamental da experiência do desejo inconsciente:

Para apreender bem do que se trata quando lhes falo do desejo inconsciente na descoberta freudiana, é preciso voltar àqueles tempos de frescor em que nada era implicado pela interpretação do analista, a não ser a detecção no imediato, por trás de algo que se apresentava paradoxalmente como absolutamente fechado, de um X que estava mais além. (1999, p. 334).

Nossa questão aqui ainda é: como se chega lá? Como podemos voltar a produzir esse tipo de experiência?

No texto sobre *A direção do tratamento*, Lacan escreve:

Digo que é numa direção do tratamento que se ordena, como acabo de demonstrar, segundo um processo que vai da retificação das relações do sujeito com o real, ao desenvolvimento da transferência, e depois, à interpretação, que se situa o horizonte em que a Freud se revelaram as descobertas fundamentais que até hoje experimentamos [...]. (1998a, p. 604).

O que podemos concluir desta formulação? Que para dirigir o tratamento em direção à interpretação do desejo inconsciente é preciso antes desenvolver a transferência. Não esquecendo, no entanto, que, apesar de possuírem uma ordem de entrada no tratamento (a retificação subjetiva condiciona a transferência que por sua vez condiciona a interpretação), essas dimensões podem aparecer simultaneamente numa mesma intervenção (DUNKER, 2007, p. 258).

Lacan define também a transferência como questão (assim como a neurose). No seminário sobre *a transferência* nos diz:

Terminei, da última vez – para satisfação de vocês, ao que parece – num ponto daquilo que constitui um dos elementos, e talvez o elemento fundamental, da posição do sujeito na análise. Era a questão onde se recorta para nós a definição do desejo como o desejo do Outro, questão, em suma, marginal, mas que se indica da seguinte maneira como básica na posição do analisando com referência ao analista, mesmo que ele não a formule: *o que ele quer?* (LACAN, 1992, p. 182).

A interpretação só é possível para Lacan com a condição de que a transferência se estabeleça. Isso quer dizer “que é preciso haver a transferência, isto é, a introdução do Outro” (LACAN, 2005, p. 139). Esses são, por assim dizer, alguns elementos fundamentais do pensamento de Lacan sobre a transferência.

Temos que pensar melhor agora como se justifica clinicamente que a instalação da transferência seja condição para a interpretação. Como diz Quinet, o sintoma do qual o paciente se queixa ao procurar um analista não é condição para que uma análise aconteça.

Cito:

Esse sujeito pode se apresentar ao analista para se queixar de seu sintoma e até pedir para dele se desvencilhar, mas isso não basta. É preciso que essa queixa se transforme numa demanda endereçada àquele analista e que o sintoma passe do estatuto de resposta ao estatuto questão para o sujeito, para que este seja instigado a decifrá-lo. Nesse trabalho preliminar, o sintoma será questionado pelo analista [...]. (2005, p. 16).

Isso ocorre quando o paciente passa a falar sobre seu sintoma ao analista “endereçado pela cadeia de significantes” (QUINET, 2005, p. 17). Quando o paciente chega até o consultório, seu sintoma tem um significado para ele. Ao transformá-lo num enigma a ser decifrado, o analista o remete à sua função significativa na medida em que leva o paciente a falar livremente sobre ele.

Com esse sintoma, o sujeito se dirige ao analista com uma pergunta – O que isto quer dizer? O que significa isso? Tal posição inclui um saber, pois supõe que o analista detém a verdade de seu sintoma, sob a forma de uma produção – o sujeito histórico encosta o mestre (S1) contra a parede para que o mestre produza um saber (S2). (QUINET, 2005, p. 18).

Não se trata aqui, no entanto, do diagnóstico de histeria, mas da função de “histerização” operada pelo analista:

O enigma (\$) é dirigido ao analista (S1), que é suposto deter o saber: o analista é assim incluído nesse sintoma, completando-o. Nas entrevistas preliminares trata-se, portanto, de provocar a *histerização do sujeito* [...]. (QUINET, 2005, p. 18).

O diagnóstico de histeria para Sabrina ainda é uma questão obscura neste ponto do texto. Por outro lado, não fica evidente agora que tenha acontecido ali um processo de histerização?

4.3. Retificação subjetiva

Sabrina chega ao consultório com uma queixa dupla: a situação com a sogra e um sintoma, que podemos identificar na inibição de não fazer mais o que fazia antes, não ter mais prazer. Apesar de não ter ligação prévia com a psicanálise, Sabrina não chega sem expectativas em relação ao tratamento: como foi dito, ela já havia significado seu sintoma como depressão.

No decorrer do tratamento, como relatado, ela faz a seguinte constatação: *eu infernizo meu namorado*. Ou seja, Sabrina não mais apenas se queixa de sua sogra, mas percebe-se repetindo algo desta situação com o namorado. Creio que podemos entender essa mudança a partir do que Lacan chama de retificação subjetiva. Essa intervenção corresponde à primeira inversão dialética citada no texto da *Intervenção sobre a transferência*. Freud diz a Dora: veja qual é sua própria parte na situação da qual você se queixa (cf. LACAN, 1998, p. 218).

Outro exemplo de retificação subjetiva é dado por Lacan numa intervenção que Freud faz ao Homem dos Ratos. Cito Freud:

Esse plano familiar desencadeou nele [paciente] um conflito relacionado a saber se ele permaneceria fiel à sua amada, a despeito de sua pobreza, ou se seguiria os passos de seu pai e casaria com a linda, rica e bem relacionada jovem que lhe haviam predestinado. E resolveu esse conflito, que de fato existia entre seu amor e a persistente influência dos desejos de seu pai, ficando doente; ou melhor, caindo doente evitava a tarefa de resolvê-lo na vida real. (1909, p. 174).

Daí a inversão operada por Freud:

[...] a conseqüência principal de sua doença foi uma obstinada incapacidade para o trabalho, permitindo-lhe adiar por anos a conclusão de sua educação. Entretanto, os resultados de uma doença dessa natureza nunca são involuntários; na realidade, o que parece ser a *conseqüência* da doença é a *causa* ou *motivo* de ficar doente. (FREUD, 1909, p. 175).

Do ponto de vista mais amplo, a retificação subjetiva pode ser definida como “passagem do fato de queixar-se dos outros para queixar-se de si mesmo” (MILLER, 1997, p. 255). Mas essa inversão pode também ser definida quanto à sua incidência na neurose obsessiva ou na histeria. Vejamos como Quinet faz esta diferenciação:

A partir dessas intervenções de Freud, podemos inferir duas vertentes da retificação subjetiva segundo o tipo clínico. Com o neurótico obsessivo, ela se situa no plano da retificação da causalidade, que se apresenta como conseqüência: sua impossibilidade de agir que é correlata à sua modalidade de sustentação do desejo como impossível. Esta correlação é ilustrada por outra retificação de Freud ao Homem dos Ratos em que ele supõe uma interdição do pai ao amor do sujeito pela dama, fazendo surgir a dimensão do Outro como o pai absoluto. Com a histérica, a retificação subjetiva visa à implicação do sujeito em sua reivindicação dirigida ao Outro, fazendo-o passar da posição de vítima sacrificada à de agente da intriga da qual se queixa, e que sustenta seu desejo na insatisfação. (QUINET, 2005, p. 33).

No caso Dora, Miller diz que:

A retificação freudiana consiste em fazê-la perceber que ela própria se coloca como assediada, tal postura responde a seu desejo. Então, é o mesmo fazê-la perceber sua responsabilidade e fazê-la perceber seu desejo, que ela não conhece. Era fazê-la perceber a situação na qual se encontrava, em que somente seria conhecida a partir de seus ditos, nos quais se apresentava como vítima do desejo do Outro paterno. A retificação subjetiva consistiu

em fazer surgir que o lugar de agente em sua vida era dela; ela quem agenciava a história. (1997, p. 266).

Sabrina apresenta uma situação na qual se diz vítima de uma intriga em que sua sogra quer separá-la do namorado. O que a análise parece fazê-la perceber é que repete esta situação com o próprio namorado, onde aparece como agente (palavra que inclusive é ali apontada): *de tanto que infernizo meu namorado ele vai acabar se separando de mim*. Ela é, portanto, quem separa. Esse é seu desejo.

Daí em diante Sabrina passa a fazer-se uma questão: *porque faço isso?* Como dizia Quinet, sua queixa se transformou numa demanda endereçada ao analista.

Demanda de que? “Que eu lhe responda, justamente”, diz Lacan (1998, p. 623). Com a descoberta da traição do namorado, essa questão inicial que parecia até então implicá-la na decifração de um enigma, transforma-se numa pergunta dirigida à mim sobre seu casamento. Não podemos identificar nisso o que Quinet nos fala sobre a histerização (passa a encostar o mestre contra a parede para que produza um saber)¹²?

Para Quinet, “a constituição do sintoma analítico é correlata ao estabelecimento da transferência” (2005, p. 17). Entende-se agora como a retificação subjetiva pode ser condição para a transferência, já que produz a questão (sobre o sintoma) que implica o analista como suposto saber sua resposta. Lembremos que Lacan identifica transferência e introdução do Outro. A retificação subjetiva é que a condiciona. Cito Quinet:

Nessas duas modalidades [da retificação subjetiva], trata-se de introduzir o sujeito em sua responsabilidade na escolha de sua neurose e em sua submissão ao desejo como desejo do Outro. A retificação subjetiva aponta que, lá onde o sujeito não pensa, ele escolhe; lá onde pensa, é determinado, introduzindo o sujeito na dimensão do Outro. (2005, p. 34).

¹² “Lacan, no período mais avançado do seu ensino, já não fala da retificação subjetiva, mas da histerização do sujeito, que se pode entender como parte do matema lacaniano da histeria, quando escreve $\$ \rightarrow S1$, sujeito barrado quanto ao significante mestre. É disso que cuidamos ao separar enunciado e enunciação, sujeito e significante”. (MILLER, 1997, p. 257).

A noção de demanda também é fundamental no pensamento de Lacan sobre o processo da análise. Como já citado no “Capítulo 1 - Sobre o método”: “Assim, o analista é aquele que sustenta a demanda, não, como se costuma dizer, para frustrar o sujeito, mas para que reapareçam os significantes em que sua frustração está retida”, (LACAN, 1998a, p. 624).

Serão sinônimos “não responder” e “sustentar” a demanda? Como fazer isso? Não responder às perguntas do paciente equivale a não responder sua demanda? Isso não implicaria em saber qual demanda está colocada na pergunta? Será possível saber isso?

5. A PERGUNTA DE-CLARA: E A SUA MULHER?

Não responder perguntas é sempre eficaz numa análise? Pretendo demonstrar aqui, a partir de outra vinheta clínica como, ao contrário, confundir a posição do analista com uma postura de isenção pode se transformar num obstáculo para o tratamento.

É provável que esta oportunidade de reflexão que aqui aproveitamos deva sua inspiração à histeria. Como escreve Israel, no livro *A histérica, o sexo e o médico*:

[...] a histeria nos confronta com uma questão fundamental: os limites de qualquer saber. A histeria ensina. E esse próprio ensinamento evidencia que qualquer discurso sobre a histeria é insuficiente. O que não é dito, não é escrito, é manifestado pelo leitor ou ouvinte: a histérica, mesmo indiretamente, leva à descoberta. O ensinamento da histérica é o ensino pela reflexão, pela crítica. Nunca existirá um “tratado da histeria”, pois a histérica criaria sempre o imprevisto, o desconhecido, demonstrando que ele estaria sempre incompleto.

Por isso, torna-se inevitável um confronto entre a histérica e o médico, confronto entre o ensino da histeria e o saber da medicina. (1995, p. 11).

Mais adiante, sobre o objetivo do livro:

O objetivo é transmitir o ensinamento da histeria, tornando-a acessível a todos que pressentem o interesse em colocar-se à escuta da neurose. Ela leva à dissolução de hábitos e atitudes rotineiras, renovando nossa relação com o outro. (...) A histeria é revolucionária. (ISRAEL, 1995, p. 12).

Clara chega a meu consultório trazida pela mãe, com a queixa desta de ter tentado se matar tomando uma cartela inteira de anticoncepcionais. É uma adolescente, com cerca de 14 anos. Sua mãe também traz como queixa o que a filha lhe conta sobre ouvir a voz de uma mulher que fala com ela em seu quarto, debaixo de sua cama.

Os pais de Clara haviam se separado quando ela ainda era criança, e ela passa a morar com a mãe em outra cidade. Vai criança para longe do pai, e volta adolescente para reencontrá-lo. Decepcionada, passa a queixar-se para a mãe da falta de atenção do pai.

Quando começaram os atendimentos, Clara vinha se colocando em situações de risco, saindo tarde da noite sozinha, recusando-se a dizer para onde ia e chegando a ficar dias sem

voltar para casa. Quanto a isso, a mãe relatou que o pai de Clara assumira a postura de não procurar mais saber por onde a filha andava, nem impedi-la de fazer seja lá o que fosse. Quando Clara voltou, adolescente, passou a morar com o pai num quarto contíguo à casa deste, onde ele morava com sua nova mulher e filhos, o que acabou facilitando toda a situação de descuido em que a paciente se viu envolvida.

Clara, ela mesma, não se queixa de nada. Assume geralmente comigo uma atitude desafiadora e provocativa, na forma de se portar e mesmo de se vestir. É uma adolescente com corpo de mulher e trejeitos de criança. Os decotes provocantes que costuma usar já foram um tema importante das brigas que tinha com o pai, antes deste se afastar definitivamente da filha. À época dos atendimentos, o pai era ao mesmo tempo presente e ausente. Presente fisicamente, pelo fato da filha morar a seu lado, e ausente para estabelecer o limite que Clara parecia pedir a todo tempo, em direção a um outro. Naquele momento, passara a se contentar em ofender a filha com os palavrões que seus decotes provocavam.

Entro certa vez para atendê-la sabendo pela mãe que Clara passou a semana muito triste. Havia discutido com o pai e vinha afirmando para si de forma especialmente contundente a falta de atenção deste.

Por experiências anteriores, sei que ela se recusa a falar. Diante dessa recusa, passo a lhe fazer questões, como venho fazendo desde o início dos atendimentos. Nada muda. Clara não fala comigo. É indiferente quanto à queixa da mãe, e procura muitas vezes inverter de forma afetada, teatral, minhas tentativas de fazê-la falar. Como fazê-la falar?

Como não fala nada, olha para mim desafiadoramente como se fosse eu quem devesse falar ali, passo a questioná-la quanto ao que sei pela mãe do estado em que passou a semana. Segue-se o diálogo:

- “E como andam as coisas?”

- “Tudo ótimo!” (ironiza)

- “Sua mãe me disse que você esteve muito triste esses dias”.

Seguindo com ironia, me fala:

- “Ah é!”

Algum tempo depois de insistir na postura de dirigir questões a ela, Clara se ajeita na cadeira, francamente me imitando, coloca a mão no queixo e diz:

- “E você? Vamos falar de você agora. E a sua mulher?”

Constrangido diante da exigência de não dizer nada a ela sobre mim, não sou capaz de, por exemplo, explorar sua curiosidade. “O que é que você quer saber sobre a minha mulher?” – poderia ter dito. Mas não consigo fazer isso, retomando minha posição de inquirido, ao que ela me responde:

- “Vai! Vai! Continua perguntando!” – me diz.

Como intervi nesse momento sobre a transferência?

Não teria sido mais eficaz responder algo do que Clara queria saber? O que Clara queria saber? O que sua pergunta de-Clara? Parece declarar um interesse, como na histeria, um interesse no que é uma mulher para um homem. Como diz Miller:

O que Freud não percebeu, e o caso foi um fracasso, é que Dora dirigiu sua pergunta ao falo, através do homem. Nem sempre o mestre é o homem. Dora dirigiu sua pergunta: “O que o homem pode apreciar numa mulher?”, “O que, aos olhos de um homem, confere valor a uma mulher?”, “Como é possível que uma mulher, que, no fundo, não tem, possa ser, através do próprio vazio, desejada pelo homem?”. Isso se vincula à pergunta sobre o falo. (MILLER, 1997, p. 266).

Quanto a Sabrina, ela parece enunciar quase literalmente essas questões. Boa parte de suas perguntas e do material do caso se reorganizam em torno disso.

Muito cedo na análise Sabrina traz a opinião fechada de seu pai sobre as mulheres. Também parece sondar sistematicamente minha opinião sobre ela, se é chata, se eu a namoraria. Fala muito sobre seus defeitos, como se perguntasse: o que você deseja numa mulher? O que os homens desejam numa mulher? É como resposta a essa questão que

também parece se constituir para Sabrina a metáfora do carro (“é como se a mulher fosse o carro, e o homem a gasolina”). Seu complemento à metáfora (“a mulher é como um barril com furos”) indica sua insuficiência em responder a questão. O predicado tão comum às suas perguntas (você que é homem ...) já indica para quem é que elas se endereçam.

Essa parece ser em suma a *pesquisa* de Sabrina: o que você deseja numa mulher? Qual será a demanda de Sabrina?

6. O QUE É DEMANDA?

Uma questão central nos trouxe aqui: calar-se diante das perguntas diretas de Sabrina equivale a não responder sua demanda? Qual relação pode ser estabelecida entre demanda e pergunta? Como podemos articular demanda, pergunta e transferência? Pode-se formular aqui a hipótese de que a pergunta, diferente da demanda, se dirige sempre à pessoa do analista na transferência. E quanto à demanda?

A regra que estamos problematizando diz que não se deve responder a demanda. O que é, em Lacan, a noção de demanda? Lacan de fato enuncia tal regra?

6.1. Dialética do desejo e da demanda: oral, anal, genital

Vamos retomar aqui a questão: “não responder” e “sustentar” a demanda serão sinônimos? Lacan também nos fala num “horizonte dessa não resposta do Outro que vemos desenhar-se na análise, uma vez que desde logo o analista surge unicamente como o lugar da fala, um ouvido que escuta e não responde” (1999, p. 489). Aqui também não vemos literalmente o “não responderás a demanda”, mas uma concepção de que a análise deve produzir o confronto do sujeito com sua demanda. Cito Lacan:

Desde que o Outro não mais responda, o sujeito é remetido à sua própria demanda (...). No nível do sujeito, o que tende a se produzir no horizonte é o sujeito ser remetido ao confronto com sua própria demanda, sob as formas de significantes que são, por assim dizer, englobantes em relação ao sujeito, e dos quais o próprio sujeito se torna o sinal. (1999, p. 489).

Que o Outro não responda quer dizer que o analista que ocupa seu lugar não responda às perguntas do paciente?

Para Lacan o Outro é um lugar, o lugar da fala, e sua fala é o que se chama demanda. A demanda é, portanto, a fala desse Outro encarnado na relação primitiva da criança com seus

pais. Essa relação produz uma ambiguidade fundamental para o sujeito na medida em que seu desejo é obrigado a passar pela intermediação dessa fala. Cito Lacan:

[...] nada de intersubjetivo pode estabelecer-se enquanto o Outro, com maiúscula, não fala. Ou então, porque é da natureza da fala ser a fala do Outro. Ou ainda, porque é preciso que tudo o que acontece com a manifestação do desejo primário se instale no que Freud, seguindo Fechner, chamou de outra cena, porque isso é necessário à satisfação do homem, na medida em que, sendo um ser falante, suas satisfações devem passar pela intermediação da fala.

Por esse simples fato introduz-se uma ambigüidade inicial. O desejo está obrigado à intermediação da fala, e é patente que essa fala só tem seu estatuto, só se instala, só se desenvolve por sua natureza no Outro como lugar da fala. Ora, é claro que não há razão alguma para que o sujeito se aperceba disso. Quero dizer que a distinção entre o Outro e ele mesmo é a mais difícil das distinções a serem feitas de saída. (1999, p. 369).

Para situar a ambiguidade de que se trata, Lacan recorre à etimologia do termo. “A demanda”, diz Lacan, “muito marcada pelos temas da exigência, no emprego concreto do termo, e mais ainda em inglês do que em outras línguas, embora também em outras línguas, é, originalmente, *demandare*, se entregar” (1999, p. 98). A entrega de que se trata é uma entrega “de todas as suas necessidades, a um Outro de quem o próprio material significante da demanda é tomado de empréstimo” (p. 98).

A noção de demanda diz respeito, portanto, à ambiguidade entre o sujeito e o Outro, expressa no próprio duplo sentido do termo (*sujeito a* e *sujeito de*). São os significantes envolvidos na relação de demanda (significantes da demanda) que, por assim dizer, assujeitam o sujeito.

Esta entrega se inicia pela demanda de ser alimentado – a demanda oral. Como é fala, Lacan diz que a demanda evoca sua forma invertida, ou seja, à demanda de ser alimentado responde no Outro a demanda de se deixar alimentar (LACAN, 1992, p. 201).

Entre a criança e a mãe estabelece-se assim uma relação complementar, um encontro de demandas complementares. Por não se tratar justamente aí de um encontro entre necessidades, Lacan diz que o encontro fracassa. O primeiro conflito que se estabelece entre a

demanda de ser alimentado e a demanda de se deixar alimentar ocorre, segundo Lacan, para que o desejo presente na demanda não se satisfaça. Cito Lacan:

[...] é para que esse desejo que transborda a demanda não se sacie que o sujeito que tem fome, pelo fato de que à sua demanda de ser alimentado, responde à demanda de se deixar alimentar, não se deixa alimentar, e recusa de alguma forma desaparecer como desejo pelo fato de ser satisfeito como demanda – que a extinção ou o esmagamento da demanda na satisfação não se poderia produzir sem matar o desejo. (1992, p. 202).

A recusa do alimento se transforma numa possibilidade, para o sujeito se preservar como desejo. Por isso Lacan chega a dizer que “é a criança alimentada com mais amor que recusa o alimento e usa sua recusa como um desejo” (1998, p. 634). Toda demanda, portanto, implicará a ambivalência do sujeito também não querer que ela se satisfaça (LACAN, 1992, p. 202).

Na passagem para a demanda do objeto anal, Lacan diz que se estabelece uma inversão na qual “a demanda feita à mãe [de ser alimentado] se inverte numa demanda *da* mãe [de reter o excremento]” (2005, p. 79). Vale à pena lembrar aqui a construção que Lacan faz a respeito das etapas do objeto:

Mas, se acrescentei a essa referência a idéia de uma perda, foi na medida em que alguma coisa aí não sofre essa inversão, na medida em que em cada etapa sobra um resíduo, que não é passível de inversão nem tampouco de significação no registro articulado.

Não nos causará surpresa que essas formas do objeto nos apareçam sob a forma que é chamada de parcial. Esse fato nos impressionou o bastante para que as nomeássemos como tais, sob a forma seccionada. Por exemplo, quando somos levados a fazer intervir o objeto correlativo à pulsão oral, falamos do mamilo materno. (LACAN, 2005, p. 78).

O desejo, na dialética lacaniana, é justamente o que não se satisfaz na demanda. Na demanda anal, vejamos o que marca o lugar desse desejo. Antes de Lacan, observou-se o caráter de presente, de dom, que o excremento assume para o sujeito em determinado momento. Lacan utilizará os termos necessidade, demanda e desejo para falar das etapas do objeto: o sujeito é ensinado a reter a necessidade anal, transformando-a numa demanda (de

reter o excremento). Lacan diz então que “o sujeito só satisfaz uma necessidade para a satisfação de um outro” (1992, p. 204). Esse é todo o sentido de se dizer que o objeto da necessidade se transforma em objeto de dom à mãe. Em uma palavra, “um dom é demandado ao sujeito” (p. 204). E o desejo? Onde está? Lacan diz que:

Reparem sua conseqüência – a margem do lugar que resta para o sujeito, em outras palavras, o desejo, vem nessa situação ser simbolizada por aquilo que é suprimido na operação. O desejo, literalmente, vai à merda. A simbolização do sujeito como aquilo que vai embora no urinol ou no buraco, nós a reencontramos na experiência como ligada, o mais profundamente, à posição do desejo anal. (1992, p. 204).

O sujeito assume como desejo uma determinada relação com o objeto que caracteriza o que Lacan chama de fantasia ($\$ \diamond a$). É através deste objeto “que se vai” que o sujeito se simboliza, se fixa: “Se o sujeito está nessa relação singular com o objeto do desejo é porque ele foi inicialmente, ele próprio, um objeto de desejo que se encarna”. (1992, p. 209).

A cada fase da demanda, resta algo para o sujeito na sua relação com o Outro. Na fase anal, Lacan diz que a demanda de reter o excremento funda um desejo de expulsar (1992, p. 202).

Entretanto, Lacan procura se afastar de um modelo desenvolvimentista da relação de objeto. Tal perspectiva prevê um processo de maturação, pelo qual o objeto atingiria sua forma mais adaptada na etapa genital. Para realizar esse afastamento, Lacan pensa que:

[...] trata-se apenas de um dejetivo que designa a única coisa que importa, ou seja, o lugar de um vazio.
Aí virão situar-se, como lhes mostrarei, outros objetos muito mais interessantes. Vocês já os conhecem, aliás, mas não sabem onde colocá-los. Por hoje, considerem reservado o lugar desse vazio. (2005, p. 79).

Em seu esforço por construir um campo próprio à psicanálise, independente da referência biológica – presente, por exemplo, na concepção de maturação do instinto –, Lacan

formula outro sentido para o privilégio dado pelo sujeito num determinado momento ao objeto anal. Cito Lacan:

Não entendemos qual seria o privilégio desse objeto, a não ser pelo fato de que também ele está relacionado com uma zona chamada erógena. É preciso ver que, também nesse caso, a zona em questão é separada por um limite de todo o sistema funcional que ela atinge, e que é muito mais vasto. Entre as funções excretoras, por que o ânus, senão por sua função determinada de esfíncter, que contribui para cortar um objeto? É esse corte que dá valor, dá ênfase ao objeto anal, com tudo o que ele pode vir a representar não simplesmente de dom, como se costuma dizer, mas de identidade. (2005, p. 79).

Para Lacan, a demanda extrapola sempre a sua resposta. Toda demanda “tem sempre algo de enganoso em relação àquilo que preserva o lugar do desejo” (2005, p. 76). Quando pede algo à mãe, a criança põe em jogo uma função que vai além do que é ali pedido como resposta. Cito Lacan:

O que a criança pede à mãe destina-se a estruturar para ela a relação presença-ausência demonstrada pela brincadeira original do *Fort-Da*, que é um primeiro exercício de dominação. Há sempre um certo vazio a preservar, que nada tem a ver com o conteúdo, nem positivo nem negativo, da demanda. (LACAN, 2005, p. 76).

Se, por um lado, toda resposta à demanda é de certa forma um engodo, por outro lado Lacan nos fala também sobre a possibilidade de uma resposta saturadora à demanda. Segundo Lacan, “é de sua saturação total que surge a perturbação em que se manifesta a angústia” (2005, p. 76). Eis aqui mais um elemento a ser levado em conta no problema levantado quanto à noção de não responder a demanda do paciente: respondê-la é sempre um engano, enquanto que saturá-la produz como efeito angústia, provavelmente na medida em que exclui o sujeito. Pode-se levantar aqui a seguinte questão: saturar a demanda não significaria insistir no engano de respondê-la?

Lacan fala ainda sobre o cuidado de não procurar compreender a demanda. Cito Lacan:

Afinal, como vimos, no nível anal ainda mais que em qualquer outro lugar, devemos ser reservados quanto à compreensão do outro. Toda compreensão

da demanda, com efeito, o implica tão profundamente que devemos pensar duas vezes antes de irmos ao seu encontro. O que estou querendo dizer com isso? – senão aquilo que vem ao encontro do que vocês todos sabem, pelo menos aqueles que fizeram um pouquinho de trabalho terapêutico. A saber, que ao obsessivo não se deve dar nenhum encorajamento, desculpabilização, até mesmo comentário interpretativo que avance um pouco demais. Se o fizerem, então deverão ir muito mais longe, e vão se ver acedendo, e cedendo para maior dano de vocês, a este mecanismo precisamente pelo qual ele quer fazê-los comer, se posso dizer, seu próprio ser – uma merda. Vocês estão instruídos pela experiência de que este não é um processo pelo qual lhe prestarão serviço, muito pelo contrário. (1992, p. 207).

Esse comentário nos remete à afirmação, já citada, na qual Lacan ressalta a importância do *resto* na interpretação. Não fica evidente aqui a importante relação que se estabelece entre demanda e interpretação? Como na relação de demanda (fala do Outro), a interpretação (fala do analista) deve preservar, para além de seu conteúdo, um lugar para o desejo.

Na dialética do desejo e da demanda nos deparamos, a certo momento, com o objeto genital.

Como vimos, a passagem da demanda oral para a anal caracteriza-se por produzir uma inversão da demanda à mãe, para a demanda *da* mãe. “A demanda anal”, diz Lacan, “se caracteriza por uma completa reversão, em benefício do Outro (...)” (1992, p. 216). Para Lacan, essa inversão marca “o ponto radical onde se decide a projeção do desejo do sujeito no Outro” (p. 216). Vejamos as consequências disso:

Aqui, o sujeito se designa no objeto evacuado. Aqui está, se posso dizer, o ponto zero de uma [...] do desejo. Ele repousa inteiramente no efeito da demanda do Outro – o Outro decide isso. É ali mesmo que encontramos a raiz da dependência do neurótico. Lá está a nota sensível pela qual o desejo do neurótico se caracteriza como pré-genital. Ele depende tanto da demanda do Outro que o que o neurótico demanda ao Outro, em sua demanda de amor de neurótico, é que se o deixe fazer alguma coisa. O lugar do desejo permanece manifestamente, até certo ponto, na dependência da demanda do Outro. (LACAN, 1992, p. 217).

Vemos como a dependência do Outro, presente na neurose, assume aqui o sentido da dependência do desejo neurótico da demanda do Outro. Em seu paradoxo, o neurótico demanda ao Outro seu desejo.

Na fase anal, o sujeito dá à mãe suas necessidades, dá o que pode reter transformando-as em objeto de dom. Portanto a criança dá à mãe, diz Lacan, o que tem (1992, p. 218). Lacan reconhece o corte produzido entre esta etapa e a etapa genital, na passagem do *dar o que se tem* para o *dar o que não se tem*, registro próprio do amor. O que opera essa passagem no sujeito é o aparecimento do desejo sexual genital. Vejamos as elaborações de Lacan.

Apoiando-se no caso Hans, Lacan mostra que, ao aparecimento para a criança da sexualidade genital, sua mãe lhe diz: “*É uma grande porcaria*” (1992, p. 218). Lacan argumenta então que o repugnante que essa frase marca é correlativo de um interesse pelo objeto falo (p. 218). Ao mesmo tempo em que o sujeito é depreciado em seu desejo, o objeto falo é valorizado. Pode-se observar isso em falas como essas: “*Ele é muito bem dotado, o meu filho*. Ou então: *Você vai ter muitos filhos*” (p. 218). Essa apreciação do falo “contrasta com a recusa do desejo, no próprio momento do encontro com aquilo que solicita o sujeito no mistério do desejo” (p. 218). Uma divisão se instaura no sujeito: é apreciado como objeto, e depreciado como desejo (p. 218).

Chama-se, em Lacan, de pré-genital o tempo marcado

[...] pela distinção e pela discordância entre o que constitui o objeto da demanda – que seja, na fase oral, a demanda do sujeito, ou, na fase anal, a demanda do Outro – e aquilo que, no Outro, está no lugar do desejo. (1992, p. 227).

Na demanda oral tal distinção se aplica entre o alimento que é demandado e a recusa desse alimento, utilizada como desejo. Na demanda anal, entre a necessidade que se retém e o desejo designado pelo dejetivo que é expulso. O genital então se caracterizará como o tempo em

que “não se trata mais da sexualização de alguma outra função, mas da própria função sexual” (LACAN, 1992, p. 227).

O falo não é para Lacan simplesmente uma especificação do que anteriormente foi o objeto oral e anal. Desde o início, o falo já é um objeto privilegiado no campo do Outro (cf. Lacan, 1992, p. 219); quando surge o desejo genital, sua diferença é a introdução de um enigma. Como diz Lacan, o genital é o “ponto onde o desejo se apresenta como desejo [...] no nível do desejo sexual, revelado na sua consistência real, e não mais de uma maneira contaminada, deslocada, condensada, metafórica” (p. 227), como no nível pré-genital.

É então que o falo recebe sua função de simbolizar esse desejo, simbolizar o que falta ao Outro para ser “o Outro enquanto se pode confiar na sua resposta à demanda” (LACAN, 1992, p. 219). Aqui, Lacan marca uma importante distinção entre o que venha a ser a resposta do Outro e seu enigma. Não podemos confundir, diz Lacan, o que seria o signo da falta da resposta do Outro, com a função assumida aqui pelo falo enquanto significante do seu desejo (1992, p. 219). Cito Lacan:

Releiam tudo o que lhes ensinei a ler no nível do pequeno Hans. Verão que só se trata disso – ele é enraizado? é amovível? No fim, Hans se arranja – ele é desatarraxável. Pode-se desatarraxá-lo, e colocar outros no lugar. Portanto, é disso que se trata.

O que nos é demonstrado aqui, é esta própria elisão graças a qual nada mais há, aqui, senão o próprio signo que estou dizendo, o signo da ausência. Pois o que lhes ensinei é o seguinte: se *phi*, o falo como significante, tem um lugar, é, muito precisamente, o de suplência no ponto onde, no Outro, desaparece a significância – onde o Outro é constituído por haver, em algum lugar, um significante que falta. Daí o valor privilegiado deste significante, que se pode escrever, sem dúvida, mas que só se pode escrever entre parênteses, dizendo que ele é o significante do ponto onde o significante falta.

E é por essa razão que ele pode se tornar idêntico ao próprio sujeito [...]. (1992, p. 230).

Há pouco, falamos na divisão que se opera no sujeito por conta da emergência do desejo genital, na medida em que o sujeito é apreciado como objeto e depreciado como

desejo. Essa divisão corresponde ao paradoxo de que a emergência da pulsão genital é marcada pela castração.

Lacan comenta, no seminário sobre *a transferência*, a posição de Ernest Jones sobre o assunto. Segundo Lacan, Jones sustenta a tese de que o que estaria em causa no paradoxo da castração é o temor suscitado no sujeito pelo desaparecimento (*aphanisis*) do desejo. (1992, p. 228). Vejamos o comentário de Lacan:

O sentido do que está em causa, na ocasião, é o seguinte, que já indiquei – longe do temor da *aphanisis* se projetar, se podemos dizer, na imagem do complexo de castração, é ao contrário a necessidade, a determinação do mecanismo significante que, no complexo de castração, empurra na maioria dos casos o sujeito, não a temer a *aphanisis*, mas, ao contrário, a refugiar-se nela, a guardar seu desejo no bolso. O que a experiência analítica nos revela é que, mais precioso que o próprio desejo, é guardar o seu símbolo, que é o falo. (1992, p. 229).

Entende-se com esse comentário o que Lacan quer dizer quanto ao que se passa no nível do pequeno Hans, a saber, que o que ali se introduz de novo é a dimensão do *dar o que não se tem*. Só através da instauração do falo como significante da falta se torna possível *dar o que não se tem*.

Qual é a dimensão nova introduzida pela entrada no drama fálico? O que ele não tem, aquilo que não está à sua disposição naquele ponto de nascimento e de revelação do desejo genital, nada mais é que seu ato. Ele não tem mais nada a não ser uma promissória para o futuro. Ele institui o ato no campo do projeto. (LACAN, 1992, p. 218).

É preciso entender bem o que de fato está em questão com a entrada em cena do desejo genital. Bom seria, diz Lacan, que o desejo pudesse aparecer como aquilo que não se demanda. Ocorre que:

O Outro já está instalado no lugar, o Outro com O maiúsculo, como aquele onde repousa o signo. E o signo é bastante para instaurar a questão *Che vuoi?*, à qual, inicialmente, o sujeito nada pode responder. Um signo representa alguma coisa para alguém, e à falta de saber o que representa o signo, o sujeito, diante dessa questão, quando aparece o desejo sexual, perde o alguém a quem o desejo se dirige, isto é, ele mesmo. (1992, p. 217).

No momento paradoxal da castração, formula-se para o sujeito a questão: *Che vuoi?*. Trata-se justamente da questão (*o que ele quer?*) constitutiva da posição do sujeito na análise, ou seja, a questão que define o desejo como o desejo do Outro.

Ainda que o desejo do Outro esteja ali latente desde a origem, a fase genital marca um momento de introdução do “que, para-além daquilo que o sujeito demanda, além daquilo que o Outro demanda do sujeito, deve haver a presença e a dimensão do que o Outro deseja” (LACAN, 1999, p. 371). Pelo que vimos, essa deve ser também a dimensão que a intervenção do analista deve procurar preservar. O sentido da fase genital em Lacan nada mais é do que a possibilidade de quebra da relação de dependência que o sujeito estabelece com o Outro, enquanto seu desejo depende inteiramente de sua demanda. Cito Lacan:

Deve então introduzir-se uma coisa diferente, pela qual a originalidade, a irredutibilidade, a autenticidade do desejo do sujeito é restabelecida. Não é outra coisa que significa o progresso realizado durante a pretensa etapa genital. Ele consiste em que, instalado na dialética primária, pré-genital, da demanda, o sujeito depara, num dado momento, com um outro desejo, um desejo que até então não foi integrado, e que não é integrável sem remanejamentos ainda muito mais críticos e mais profundos que no caso dos primeiros desejos. Esse outro desejo, o caminho comum pelo qual ele se introduz para o sujeito, é como desejo do Outro. O sujeito reconhece um desejo para além da demanda, um desejo como não adulterado pela demanda, e o encontra, situa-o no para-além do primeiro Outro a quem dirigia sua demanda – digamos, para fixar as idéias, a mãe. (1999, p. 371).

6.2. Desejo, demanda, posição na transferência

Lacan resume seu seminário sobre *a transferência* da seguinte forma:

Para os que ouviram meu discurso sobre *O banquete*, o texto de Dora – naturalmente, primeiro convém vocês se familiarizarem com ele – pode lembrar a dimensão sempre evitada quando se trata da transferência, a saber, que a transferência não é, simplesmente, aquilo que reproduz e repete uma situação, um ato, uma atitude, um trauma antigo. Há sempre uma outra coordenada, que enfatizei a propósito da intervenção analítica de Sócrates, ou seja, nominalmente, no caso que estou evocando, um amor presente no real. Nada poderemos compreender da transferência se não soubermos que ela também é conseqüência desse amor, desse amor presente, e os analistas devem lembrar-se disso no correr da análise. Esse amor se faz presente de diversas maneiras, mas que ao menos eles se recordem disso, quando ele estiver ali, visível. É em função desse amor, digamos, real que se institui o que é a questão central da transferência, aquela que o sujeito formula a si

mesmo a respeito do *ágalma*, ou seja, o que lhe falta, pois é com essa falta que ele ama. (LACAN, 2005, p. 122).

Conforme trecho previamente citado, Lacan chama atenção para o contexto em que se passa a análise de Dora: quando procura Freud, Dora não sabe o que esperar de uma análise. Lacan argumenta, então, quanto à importância desse contexto para a eficácia das intervenções de Freud no caso. Tal afirmação coloca ao analista o problema de rearticular sua posição a partir do contexto atual de sua prática.

Sabemos bem que não podemos tampouco operar em nossa posição de analista como operava Freud, que assumia na análise a posição do pai. E é isso que nos espanta na sua maneira de intervir. E é por isso que não sabemos mais onde nos meter – porque não aprendemos a rearticular, a partir daí, qual deve ser nossa posição. O resultado é que passamos nosso tempo dizendo a nossos pacientes – Vocês estão nos tomando por uma mãe má – o que não é, tampouco, a posição que devemos adotar. (LACAN, 1992, p. 288).

Como intervir hoje sobre a transferência? Ao que parece, é no intuito de traduzir a originalidade da experiência de Freud para a atualidade de sua prática, que Lacan se esforça por ampliar a noção de transferência e o que esta implica quanto à posição que o analista deve ocupar. Cito Lacan:

Creio que a referência à transferência, ao limitá-la unicamente aos efeitos de reprodução e repetição, é estreita demais e mereceria ser ampliada. De tanto insistir no elemento histórico, na repetição do vivido, corre-se o risco de deixar de lado toda uma dimensão não menos importante: a dimensão sincrônica, aquela, precisamente, do que está incluído, latente, na posição do analista, e através da qual reside, no espaço que a determina, a função do objeto parcial. (2005, p. 106).

Que é esta função do objeto que falta? A questão da demanda é, afinal, como diz Lacan, uma “questão formulada ao Outro, quanto ao que ele pode nos dar e ao que tem para nos responder” (1992, p. 172).

Esta relação problemática com o Outro precisa ser entendida em toda a sua complexidade. Como explica Lacan:

É muito simples. As condições da vida humana fazem com que esta seja encetada na condição da fala, e estamos submetidos ao Outro pela condição da demanda, mas sem saber o que é para ele nossa demanda. Porque não o sabemos? (...).

Esse Outro que não sabemos como acolhe nossa demanda intervém em nossa estratégia, torna-se *unbewusst*, e realiza uma posição paradoxal do discurso. É isso que quero dizer quando lhes digo que o inconsciente é o discurso do Outro. É isso que acontece, virtualmente, nesse horizonte do Outro do Outro, uma vez que é ali que se produz a fala do Outro tal como se torna nosso inconsciente, isto é, aquilo que vem presentificar-se necessariamente em nós, pelo simples fato de que, nesse lugar da fala, damos vida a um Outro capaz de nos responder. A razão de ele nos ser opaco é que há nele alguma coisa que não conhecemos, e que nos separa de sua resposta à nossa demanda. Isso não é outra coisa senão o que se chama seu desejo. (1999, p. 488).

Responder a demanda. Que sentido podemos dar agora para isso? Como é possível ao analista ocupar um lugar que separe o sujeito da resposta à sua demanda? A intervenção sobre a transferência, como vimos, é uma intervenção paradoxal. Não é desse lugar justamente que o analista intervém? Diz Lacan que:

Para satisfazer à busca do objetivo, ou seja, do que deseja esse outro que nos vem ao encontro, é preciso que nos prestemos, ali, à função do subjetivo, que de alguma maneira possamos, durante algum tempo, representar, não, como se acredita, e como seria, meu Deus, derrisório, confessem, e quão simplório também, que pudéssemos sê-lo, não o objeto que é visado pelo desejo, mas o significante. [...].

É preciso que mantenhamos o lugar vazio onde é convocado este significante que só pode ser anulando todos os outros, este Φ do qual tento, para vocês, mostrar a posição, a condição, central em nossa experiência.

Nossa função, nossa força, nosso dever, é certo, e todas as dificuldades se resumem ao seguinte: é preciso saber ocupar seu lugar, na medida em que o sujeito deve poder localizar aí o significante faltoso. E portanto, por uma antinomia, por um paradoxo que é o de nossa função, é no próprio lugar em que somos supostos saber que somos convocados a ser, e a ser, nada mais, nada menos, que a presença real, justamente na medida em que ela é inconsciente. (1992, p. 264).

Para entender melhor do que se trata quanto ao paradoxo da posição do analista na transferência, cito Bernardes:

O analista só opera desde o lugar que ocupa na transferência, mas esse lugar deve permanecer vago, ou seja, a pessoa do analista não pode ocupá-lo. (...) manobra que permite ao analista, ao não se confundir com o seu lugar na transferência, dar um novo lugar de enunciação para o paciente. (BERNARDES, 2005, p. 116).

No caso Frida de Margaret Little, comentado por Bernardes, a analista relata uma experiência na qual um desabafo da sua parte produz efeitos positivos para o tratamento.

Como escreve Bernardes:

Um certo dia a paciente chega fora de si, transtornada, aos prantos: Ilse, uma amiga da família, havia morrido subitamente na Alemanha. Frida, que não havia podido fazer o luto pelo pai, fazia agora um luto devastador. Já não comia, não dormia, só falava em Ilse. A analista faz várias interpretações de sentido que não tem efeito algum e o estado da paciente permanece inalterado e sua vida corre risco. A analista, cujo saber revelara-se-lhe impotente, diz a sua paciente que está sofrendo ao vê-la sofrer desse jeito e, num desabafo, mostra-se afetada pela dor dessa perda sofrida pela paciente. Essa intervenção opera a mudança de discurso que todas as interpretações nunca haviam operado. A paciente muda sua posição enunciativa e põe-se a trabalhar na transferência. Mas o quê operou-se aí? Frida lhe diz que pela primeira vez pôde vê-la como “uma verdadeira pessoa, totalmente diferente de sua mãe”. (2005, p. 114).

Ficamos sem saber ao certo o que paralisava o processo daquela análise. Bernardes sublinha o fato de que “nos primeiros sete anos de trabalho, a paciente não entra propriamente no discurso analítico, embora alguns efeitos terapêuticos da função da fala se façam sentir. [...] Mas o essencial permanecia intocado” (2005, p. 114). Mas chama a atenção, no texto de Bernardes, a ideia de que a pessoa do analista não deve ocupar o lugar que ocupa, ele analista, na transferência. Ou seja, ocupar-se como analista do lugar que lhe é atribuído na transferência é diferente de ocupar a vaga desse lugar com sua pessoa. O analista não se reduz à pessoa que ocupa na transferência. Talvez, o que Lacan chama de presença real diga respeito ao que lhe permite fazer essa diferença.

Quando o analista evita responder algo de sua vida pessoal, na verdade procura se precaver de que essa resposta corrija a transferência que o paciente faz para sua pessoa. No entanto, não parece plausível concluir a partir do caso Frida que nem toda resposta pessoal do analista tem necessariamente efeito negativo para a análise? Estipular como regra não responder às perguntas do paciente talvez acabe se tornando uma conduta imprudente do analista.

6.3. Desejo e demanda nas neuroses

“O desejo do homem, eu disse um dia em que precisava me fazer entender – por que não teria dito “homem”?, mas enfim não foi realmente a palavra correta –, o desejo puro e simples é sempre o desejo do Outro. Isso quer dizer que, em suma, estamos sempre demandando ao Outro seu desejo.

O que estou em vias de lhes dizer é completamente manejável, não é incompreensível. Quando vocês saírem daqui, perceberão de imediato que é verdade. Basta pensar nisso e formulá-lo como tal. E depois tais fórmulas são totalmente práticas, vocês sabem, porque podemos invertê-las.

Um certo sujeito cujo desejo é que o Outro lhe demande – isso é simples, inverte-se, vira-se –, pois bem, aí vocês têm a definição do neurótico”.

(Jacques Lacan)

É preciso ressaltar que, quando Lacan fala da relação de demanda, não fala propriamente de um desenvolvimento das relações fundamentais do sujeito com o objeto. Lacan faz a crítica da concepção que pensa um certo tipo de relação do sujeito com o objeto (oral, anal, genital) que define sua relação com o mundo no decorrer do desenvolvimento.

Tudo o que lhe vem de seu ambiente teria, assim, uma significação especial, decorrente da refração sofrida através do objeto típico, oral, anal ou genital. Há nisso uma miragem – a noção é reconstruída apenas *a posteriori* e reprojeta no desenvolvimento.

[...] Fala-se do objeto e, depois, em paralelo, fala-se do ambiente, sem pensar por um instante na diferença que há entre o objeto típico de uma relação definida por um estágio – de rejeição, por exemplo – e o ambiente concreto, com as múltiplas incidências da pluralidade dos objetos aos quais o sujeito, seja ele qual for, é submetido, digam o que disserem, desde sua mais tenra infância. (Lacan, 1999, p. 425).

A concepção de Lacan é outra. Trata-se de pensar num “estilo da demanda do sujeito” (1999, p.426). Dizer que o sujeito regride a determinado estágio do desenvolvimento infantil, já que estas relações foram descritas a partir da análise de adultos, tem para Lacan o seguinte sentido:

O que efetivamente vemos na análise é que, no curso da regressão [...], o sujeito articula sua demanda atual na análise em termos que nos permitem reconhecer uma certa relação, respectivamente oral, anal ou genital, com um certo objeto. Isso significa que, se essas relações do sujeito puderam exercer

em toda a seqüência de seu desenvolvimento uma influência decisiva, foi na medida em que, numa certa etapa, elas passaram à função de significante. (1999, p. 426).

Entender a relação de objeto como função significante, ou seja, entendê-la como uma demanda articulada *em termos* orais, anais, e genitais implica também numa concepção de tratamento.

Mas o que nos interessa não é dar gravitação, nem compensação, nem tampouco retorno simbólico, àquilo que foi, mais ou menos justificadamente, num dado momento do desenvolvimento, a insatisfação do sujeito no plano de uma demanda oral, anal ou de outra ordem, insatisfação essa em que ele estaria retido. Se isso nos interessa, é unicamente pelo seguinte: é que foi nesse momento de sua demanda que se colocaram para ele os problemas de suas relações com o Outro, tal como foram determinantes, em seguida, para a instauração de seu desejo.

Em outras palavras, tudo o que decorre da demanda no que foi vivido pelo sujeito ficou para trás de uma vez por todas. As satisfações, as compensações que possamos dar-lhe nunca serão senão simbólicas, e dar-lhas pode até ser considerado um erro, se é que não é impossível.

Não é inteiramente impossível, graças, precisamente, à intervenção das fantasias, desse algo mais ou menos substancial que é sustentado pela fantasia. Mas creio que isso é um erro de orientação da análise, pois deixa não apurada, no final da análise, a questão das relações com o Outro. (LACAN, 1999, p. 427).

Responder a demanda? Vemos aqui como, para Lacan, isto só é possível no nível da fantasia. É dessa forma que o analista pode respondê-la, criando um obstáculo em direção ao discernimento, na análise, de como se estruturou o desejo do sujeito como desejo do Outro.

Podemos supor, a partir desta passagem, que o consenso clínico de não responder a demanda surge, em parte, da crítica feita por Lacan a uma determinada concepção de tratamento. No seminário sobre *as formações do inconsciente* é a Maurice Bouvet, analista da Société Psychanalytique de Paris (SPP)¹³, que Lacan dirige suas críticas, ao comentar dois casos de neurose obsessiva extraídos do artigo “A importância do aspecto homossexual da

¹³ Cf. Roudinesco, 1994, p. 258.

transferência”¹⁴ (LACAN, 1999, p. 455). Vejamos então como Lacan sustenta que a orientação dada por Bouvet à análise responde a demanda do sujeito.

Lacan procura mostrar que o modo de intervenção se organiza nos casos comentados em torno do emprego sistemático da referência à homossexualidade na condução do caso. A interpretação, ao invés de incidir sobre o significante é

[...] uma intervenção cujo caráter significativo, compreensivo e persuasivo é manifesto, e que consiste em induzir o sujeito a viver a situação analítica, precisamente, como uma simples relação a dois” (LACAN, 1999, p. 457).

Lacan defende o argumento de que a orientação dada para a análise tem o sentido de elaborar uma relação dual provida de significação homossexual. A transferência é levada para esse campo, assim como a interpretação prioriza esse conteúdo. O analista, como diz Lacan, insiste nisso, opta por esta significação (LACAN, 1999, p. 457).

Tal direção dada ao tratamento, como quer Lacan, leva à elaboração de uma relação estabelecida com um outro imaginário ($\$ \diamond a$), na qual o sujeito se apóia para dar conta da problemática de sua relação com o desejo do Outro. Isso é, para Lacan, responder a demanda:

Compartilhar essa opinião, dar ao sujeito a satisfação de ratificar sua relação, que aparece com constância na história do obsessivo, com um outro que é aquele a quem ele se refere, de quem demanda a aprovação e as críticas, e com quem se identifica como sendo alguém mais forte do que ele, como diz o autor em questão, e em quem podemos dizer, literalmente, que ele se apóia como num sonho, sancionar esse mecanismo, que seguramente é um mecanismo de defesa mediante o qual o sujeito equilibra a problemática de sua relação com o desejo do Outro, isso pode ter algum efeito terapêutico, mas está longe de tê-lo por si só. (1999, p. 458).

Como nos diz Lacan, quando falamos em demanda estamos falando de significantes discernidos nas entrelinhas do discurso do sujeito. Não se trata de que o sujeito volte na análise até determinada etapa de seu desenvolvimento, mas do reaparecimento dos significantes que ali se formaram.

¹⁴ O artigo em questão é de Maurice Bouvet.

O que se chama fixação é a prevalência conservada por esta ou aquela forma de significante, oral, anal ou outro, com todas as nuances que vocês aprenderam a articular, é a importância especial que foi guardada por certos sistemas de significantes. O que se chama regressão é o que acontece quando esses significantes são reencontrados no discurso do sujeito [...]. (LACAN, 1999, p. 489).

Essa demanda não se responde numa satisfação qualquer:

Mas, se a lei analítica é que não se satisfará nenhuma demanda do sujeito, não é por outra razão senão que especulamos com o fato de que a demanda tenderá a funcionar em outro lugar que não o plano das demandas precisas, formuladas, passíveis de ser ou não satisfeitas. Todo o mundo concorda – o que funciona não é frustramos o sujeito no que ele possa ocasionalmente nos pedir, seja simplesmente que lhe respondamos, seja, em casos extremos, que ele nos beije a mão. O que funciona é uma frustração mais profunda, que se vincula à própria essência da fala, no que ela faz surgir o horizonte da demanda, que chamei simplesmente, para fixar as idéias, de demanda de amor, e que também pode ser demanda de outra coisa. (LACAN, 1999, p. 453).

Vê-se aqui como a resposta da demanda não se reduz à resposta da pergunta do paciente. A frustração, tampouco somos nós quem a operamos na análise já que, como citamos acima, trata-se de uma falta que ficou retida nos significantes da demanda. Não se trata, portanto, de frustrar o sujeito, mas de confrontá-lo com sua demanda para que esses significantes reapareçam em seu discurso.

É bom lembrar aqui também que a demanda extrapola sempre a sua resposta. Vimos como o que a criança pede à mãe nada tem a ver com o conteúdo da demanda, mas visa estruturar o acoplamento ausência-presença. Para Lacan, essa é a frustração mais profunda de que se trata na demanda e que se vincula à própria essência da fala:

A mãe é outra coisa que não o objeto primitivo. Ela não surge como tal desde o início, mas, como frisou Freud, a partir desses primeiros jogos, jogos de domínio sobre um objeto perfeitamente indiferente em si mesmo e sem nenhuma espécie de valor biológico. No caso, é uma bola, mas poderia ser igualmente qualquer coisa que uma criancinha de seis meses deixasse cair da beira da cama para tornar a apanhar em seguida. Este acoplamento de presença-ausência, articulado de modo extremamente precoce pela criança, conota a primeira constituição do agente da frustração, que é originalmente a mãe. (1995, p. 67).

Mas o que significa que a frustração esteja retida? Essa questão nos leva de volta ao caso Dora, onde Lacan exemplifica o que quer dizer. Existe uma razão, segundo Lacan, para que Dora seja uma histérica: seu pai é impotente.

Aí está, portanto, a ocasião de valorizar, e de uma maneira particularmente exemplar, aquilo que pode ser a função do pai com referência à falta de objeto pela qual a menina entra no Édipo. Qual pode ser a função do pai como doador?

Essa situação repousa sobre a distinção que já fiz a propósito da frustração primitiva, aquela que pode se estabelecer na relação da criança com a mãe. Existe o objeto de que a criança é frustrada. Mas, depois da frustração, seu desejo subsiste. A frustração só tem sentido na medida em que o objeto, como pertinência do sujeito, subsiste depois da frustração. A mãe intervém, então, num outro registro: ela dá ou não dá, mas na medida em que esse dom é signo de amor.

Aí está agora o pai, que é feito para ser aquele que dá, simbolicamente, esse objeto faltoso. Aqui, no caso de Dora, ele não o dá, porque não o tem. A carência fálica do pai atravessa todo o caso como uma nota fundamental, constitutiva da posição. (LACAN, 1995, p. 142).

Mas Lacan se pergunta: e alguma vez é o objeto mesmo que é dado? Por que Dora permanece tão ligada a esse pai de quem não recebe simbolicamente o falo? “Ela o ama”, diz Lacan, “precisamente, pelo que ele não lhe dá” (1995, p. 143).

Vejamos agora como Lacan entende as soluções que o sujeito encontra para sua relação problemática com o desejo do Outro na histeria e na neurose obsessiva.

O obsessivo, digamos, tal como a histérica, necessita de um desejo insatisfeito, isto é, de um desejo para além de uma demanda. O obsessivo resolve a questão do esvaecimento de seu desejo fazendo dele um desejo proibido. Faz com que ele seja sustentado pelo Outro, precisamente pela proibição do Outro.

Não obstante, essa maneira de fazer o desejo ser sustentado pelo Outro é ambígua, porque um desejo proibido nem por isso significa um desejo sufocado. A proibição está ali para sustentar o desejo, mas, para que ele se sustente, é preciso que ele se apresente. [...]

A maneira como ele o faz, como vocês sabem, é muito complexa. Ao mesmo tempo ele o mostra e não mostra. Em síntese, ele o camufla [...]. (1999, p. 427).

Quanto à histérica, Lacan diz que é o sujeito precisamente para quem é difícil estabelecer uma relação com o Outro que permita preservar seu lugar de sujeito. É necessário então criar um desejo insatisfeito, na medida em que essa é “a condição para que se constitua

para ele um Outro real, isto é, que não seja inteiramente imanente à satisfação recíproca da demanda, à captura inteira do desejo do sujeito pela fala do Outro” (1999, p. 377).

Mas Lacan observa também que, na histeria, a ênfase não deve ser colocada apenas na dimensão do desejo enquanto oposta à demanda, mas sobretudo no lugar do desejo do Outro (LACAN, 1999, p. 409). No caso Dora, Lacan lembra que o que compensava sua posição de histérica (sua subsistência como sujeito) até a cena do lago era sustentar o desejo do Outro¹⁵.

Cito Lacan:

Dizer que ela sustentava o desejo do Outro é a expressão que mais convém ao estilo de sua posição e de sua ação em relação a seu pai e à Sra. K. Como lhes indiquei, foi na medida em que ela pôde identificar-se com o Sr. K. que toda a pequena construção foi possível. Diante do desejo, ela sustentava nesse lugar uma certa relação com o outro, então imaginário, indicada por ($\$ \diamond a$). (1999, p. 409).

Já tratamos da função dessa relação ($\$ \diamond a$) na neurose obsessiva, a respeito do caso clínico de Bouvet. Lacan a considera como apoio imaginário buscado no semelhante, mecanismo de defesa diante do desejo do Outro, como, enfim, uma relação que se situa no nível da fantasia (LACAN, 1999, p. 458). Sobre a orientação dada por Bouvet ao tratamento, Lacan diz que:

A relação ($\$ \diamond a$) que está no nível da fantasia, isto é, da produção fantasística original que permitiu ao sujeito situar-se e se arranjar com seu desejo, passa para o nível da resposta à demanda, ou seja, da mensagem. [...] Ratificar no nível do significado do Outro, $s(A)$, essa produção fantasística do sujeito é reduzir a complexidade das formações, no sujeito que é desejo, à demanda, tal como articulada na relação direta do sujeito com o analista. (1999, p. 458).

¹⁵ Como já apresentado, somente após a cena do lago Dora passa a reivindicar ao pai que rompa relações com o casal K.. Essa cena, já citada no “Capítulo 3 - Como foi com Dora?”, tem o seguinte desdobramento no caso: “Pedi a Dora que me descrevesse essa cena minuciosamente. A princípio, ela não revelou grandes novidades. O Sr. K. fizera uma introdução razoavelmente séria, mas ela não o deixara terminar. Mal compreendeu do que se tratava, deu-lhe uma bofetada no rosto e se afastou às pressas. Eu queria saber que palavras ele empregara, mas Dora só se lembrou de uma de suas alegações: ‘Sabe, não tenho nada com minha mulher.’” (FREUD, 1905 [1901], p. 97).

Vejamos mais a fundo do que se trata essa relação ($\$ \diamond a$) nas neuroses. Sobre a neurose obsessiva, Lacan nos fala que:

Poderíamos dizer que o obsessivo está sempre pedindo alguma permissão. Vocês constatam isso na concretude do que lhes diz o obsessivo em seus sintomas (...). Pedir permissão é, justamente, ter como sujeito uma certa relação com a própria demanda. Pedir permissão, na medida mesma em que a dialética com o Outro – o Outro como falante – é posta em causa, posta em questão, ou até posta em perigo, é dedicar-se, afinal de contas, a restaurar esse Outro, é colocar-se na mais extrema dependência dele. (1999, p. 425).

Daí decorre que “a fantasia mesma que está ao alcance do obsessivo é [...] que o Outro como tal consinta em seu desejo” (LACAN, 1999, p. 429).

Lacan nos fala então da *proeza* do obsessivo, uma categoria de solução para o problema do desejo elaborada ao nível da relação efetiva (não imaginária) com o outro. Na proeza, Lacan identifica uma situação a três: no mínimo dois para o desempenho vitorioso de que se trata, mais alguém que registre, a testemunha. O que o obsessivo procura na proeza é justamente a permissão do Outro. “Mas a satisfação que ele procura obter não se classifica”, diz Lacan, “no campo em que ele realmente a mereceu” (1999, p. 430). O obsessivo é aquele que se inflige toda sorte de tarefas árduas em nome das quais teria, enfim, o direito às férias, mas “a passagem das férias”, diz Lacan, “revela-se, habitualmente, quase perdida” (p. 430).

Por quê? Porque o que se tratava era de obter a permissão do Outro. Ora, o outro – refiro-me agora ao outro de fato, ao outro que existe – não tem absolutamente nada a ver com toda essa dialética, pela simples razão de que o outro real está ocupadíssimo com seu próprio Outro, e não tem razão alguma para cumprir a missão de dar à proeza do obsessivo sua coroaçõzinha, isto é, aquilo que seria justamente a realização do desejo dele, visto que esse desejo nada tem a ver com o terreno em que o sujeito demonstrou todas as suas aptidões. (LACAN, 1999, p. 430).

Essa construção tem a vantagem de mostrar de forma clara a utilização dos conceitos de grande Outro e pequeno outro que, como diz Lacan, “está em estruturar relações vividas em muito mais de uma direção” (1999, p. 431). A proeza é, para o sujeito, uma situação de risco calculado. O verdadeiro perigo, a morte, não se situa no adversário que o obsessivo dá a

impressão de desafiar, mas, como diz Lacan, no lugar da testemunha, do espectador invisível, enfim, do Outro (p. 431). Não há risco justamente porque esse outro com o qual o obsessivo joga é, afinal, ele mesmo. Ele pode colocar-se em seu lugar. Será este o lugar ocupado pelo analista Bouvet? O analista situado como o outro do sujeito, oferece-lhe então a oportunidade de ratificar essa relação? Talvez seja dessa forma que Lacan entende a redução do desejo à demanda.

Lacan se faz a seguinte pergunta: o que faz o obsessivo para ter consistência como sujeito? O obsessivo, diz Lacan, nega o Outro (1999, p. 413). Na criança que irá se tornar um obsessivo, há para seus pais algo de intolerável em sua demanda. “Os pais têm alguma coisa a ver com isso”, diz Lacan. “Não é à toa que se é obsessivo. É preciso, para tanto, ter um modelo em algum lugar” (p. 413).

O desejo para o obsessivo manifesta-se segundo Lacan num impasse. Ao mesmo tempo em que, como vimos, o obsessivo se coloca na mais extrema dependência do Outro, seu desejo é também sua destruição (do Outro). Daí Lacan dizer que o obsessivo é um Tântalo¹⁶: “à medida que ele tenta aproximar-se do objeto [do desejo], nas vias que lhe são propostas, seu desejo se amortece, a ponto de chegar à extinção, ao desaparecimento” (LACAN, 1999, p. 424).

Há uma diferença, portanto, entre o desejo como destruição do Outro, na neurose obsessiva, e buscar o desejo no desejo do Outro na histeria (LACAN, 1999, p. 414).

¹⁶ Na mitologia grega, Tântalo foi um mitológico rei da Frígia ou da Lídia, casado com Dione. Ele era filho de Zeus e da princesa Plota. Segundo outras versões, Tântalo era filho do Rei Tmolo da Lídia (deus associado à montanha de mesmo nome). Teve três filhos: Niobe, Dascilo e Pélope. Certa vez, ousando testar a onisciência dos deuses, roubou os manjares divinos e serviu-lhes a carne do próprio filho Pélope num festim. Como castigo foi lançado ao Tártaro, onde, num vale abundante em vegetação e água, foi sentenciado a não poder saciar sua fome e sede, visto que, ao aproximar-se da água, esta escoava e ao erguer-se para colher os frutos das árvores, os ramos moviam-se para longe de seu alcance sob força do vento. A expressão suplício de Tântalo refere-se ao sofrimento daquele que deseja algo aparentemente próximo, porém, inalcançável, a exemplo do ditado popular "Tão perto e, ainda assim, tão longe". (“Tântalo”. Wikipédia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tântalo>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2010).

A histórica, como já vimos, encontra seu apoio subjetivo sustentando o desejo do Outro a partir de uma identificação com o outro imaginário. Vamos aprofundar um pouco mais este ponto a partir do caso Dora.

A que serve a situação na qual Dora se engaja? Lacan nos diz que a ênfase na histeria é colocada no desejo do Outro. “Sem isso”, diz Lacan, “que seria o Outro senão a lei?” (1999, p. 412).

Vimos como Dora se engaja numa situação de procuração, na qual se interessa pelo objeto que é amado por seu pai, a Sra. K.. Ela ama a mulher através do homem. Esta situação triangular que de início se estabelece com seu pai, como diz Lacan, não basta a Dora. “É, não mais diante do pai, mas diante da mulher que tem à sua frente, a sra. K., que ela tenta restabelecer uma situação triangular. É aqui que intervém o sr. K.” (LACAN, 1995, p. 145).

Toda a situação se desequilibra quando o Sr. K. diz à Dora que não tinha nada com sua mulher. A bofetada que daí se segue tem para Lacan o seguinte sentido:

Toda a situação estaria rompida ao mesmo tempo. Se o sr. K. só se interessa por ela, é porque seu pai só se interessa pela sra. K., e a partir daí ela não pode mais tolerá-lo. Por quê?

Ela entra, no entanto, aos olhos de Freud, numa situação típica. Como explica o sr. Claude Lévi-Strauss em *As estruturas elementares do parentesco*, a troca de laços de aliança consiste exatamente no seguinte: *Eu recebi uma mulher e devo uma filha*. Só que isso – que é o próprio princípio da instituição da troca e da lei – faz da mulher um puro e simples objeto de troca, ela não é integrada por nada ali. Em outras palavras, se ela mesma não renunciou a alguma coisa, isto é, precisamente, ao falo paterno concebido como objeto do dom, ela não pode de modo algum conceber, subjetivamente falando, que receba outras, isto é, de um outro homem. (LACAN, 1995, p. 146).

Lacan diz que Dora até é capaz de tolerar que seu pai ame a Sra. K. para além dela, na medida em que o Sr. K. ocupe a posição inversa de equilíbrio, ou seja, que Dora seja amada por ele para além de sua mulher (1995, p. 146). Quando a situação se desequilibra, Dora se vê então no lugar do objeto de troca entre seu pai e o Sr. K.: uma mulher por uma filha. E é essa situação que Dora não é capaz de tolerar, diz Lacan, na medida em que não renunciou ao dom

do falo paterno. Ela não pode conceber que seu pai receba outras mulheres. O resultado é a *reivindicação*.

Ela reivindica o que estava muito disposta até então a considerar que recebia, mesmo que por intermédio de uma outra, e que é o amor de seu pai. A partir daquele momento, já que este lhe é recusado totalmente, ela o reivindica com exclusividade. (LACAN, 1995, p. 147).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: HIPÓTESE SOBRE A DEMANDA NO CASO

É com exclusividade que Sabrina reivindica o amor do namorado. Vimos como ela diz literalmente que quer o namorado só para si, ao mesmo tempo em que marca de diversas formas que isso não é possível. Como diz Lacan, tanto o obsessivo quanto a histérica necessitam de um desejo insatisfeito, um desejo para além de uma demanda.

Vimos o aspecto positivo e negativo da transferência para o tratamento. A transferência nem sempre é um obstáculo que corresponde ao preconceito do analista, não é apenas dual (imaginária), ou seja, dirigida à pessoa do analista. O elemento simbólico da transferência diz respeito ao material significativo pelo qual o desejo inconsciente encontra meios para se exprimir. O analista trabalha nessa direção.

Ao longo dos capítulos, tratamos de um percurso de desenvolvimento da transferência no processo da análise. É preciso transformar a queixa do paciente numa questão a ser decifrada ali, com o analista. Para tanto, trabalha-se retificando a posição que o sujeito ocupa na situação da qual se queixa. O resultado é a emergência de uma *pergunta dirigida ao analista*, diz Quinet, sobre o significado de sua queixa: o que isto quer dizer? Chama-se então “histerização” à posição na qual o paciente passa a supor que o analista detém uma verdade sobre seu sintoma. Pode-se pensar então a histerização como um momento da transferência, uma posição que o próprio analista produz na direção do tratamento.

Mostramos como Sabrina parece ter feito essa passagem. Da queixa inicial de que sua sogra a inferniza, percebe-se ocupando a mesma posição com o namorado. Essa retificação produz a pergunta: *por que faço isso?*

Essa pergunta parece funcionar para que Sabrina fale e, falando, reaparecem em seu discurso modos antigos de relação que remetem ao que Lacan chama de significantes da demanda. Um estilo de demanda parece progressivamente vir à tona quando Sabrina fala de seus pais e da relação que estabelece entre sua posição com estes e o que vive com o

namorado. A marca deste estilo parece ser a reivindicação do que a ela não é dado. Toda a construção feita no caso clínico em torno do ditado “quanto maior a altura, maior a queda”, sua significação de quanto mais quer, mais não tem, se reorganiza agora em torno disso. Vimos também como Lacan entende a forte ligação de Dora com o pai como amor pelo que ele não lhe dá, como uma demanda de amor.

Para uma reflexão sobre o que o caso de Sabrina tem a ensinar, abrem-se pelo menos duas direções a seguir. A primeira diz respeito a buscar entender qual erro na condução do caso teria levado à sua interrupção prematura. Essa direção, como vimos, é similar à reflexão que Freud faz do caso Dora. Por outro lado, podemos também nos debruçar sobre o manejo da situação clínica do caso de Sabrina, em especial à forma de lidar com a pergunta dirigida ao analista. Esse último caminho acabou por ser privilegiado neste trabalho.

Seguindo esse caminho, introduzimos a noção de demanda, argumentando quanto à vantagem de se distinguir a pergunta do paciente da demanda que é articulada na análise. Vimos que essa distinção consiste numa estratégia para problematizar a situação clínica da pergunta dirigida ao analista. É sempre justificável não respondê-la?

A partir desse recorte, fomos investigar o que é demanda para Lacan e vimos que Lacan define a demanda como um estilo. Isso quer dizer o reaparecimento, no discurso atual do sujeito, de um estilo que permite reconhecer uma relação antiga (oral, anal ou genital) com o objeto. Não é o objeto, portanto, que retorna, mas os significantes dessas relações. Elas passaram há muito tempo à função de significante.

É o analista, da posição que intervém sobre a transferência, que conduz o reaparecimento destes significantes da demanda. Podemos definir essa posição em função da dialética desejo-demanda: se a fixação do desejo é justamente esta prevalência conservada pelos significantes da demanda, o analista faz então uma função oposta, ou seja, não se fixa. Vimos com Bernardes (2005) que, para tanto, o analista não deve ocupar a vaga destinada à

sua pessoa na transferência, deve trabalhar para não se reduzir a esta. Esse parece ser também o argumento de Lacan no caso Dora: “[...] e o fato de ele se haver posto em jogo, em pessoa, como substituto do Sr. K., teria poupado Freud de insistir em demasia no valor das propostas de casamento deste” (1998, p. 225).

Como citado no capítulo 4, na discussão sobre “Desenvolver a transferência” (seção 4.2), Dora não queria saber absolutamente nada a respeito de casamento. No entanto, a interpretação de Freud foi eficaz, até o ponto em que passou a insistir por demais nesse lugar (comum). Num exemplo, retirado da prática clínica de Lacan, o vemos intervir sobre uma dúvida de casamento similar a de Sabrina, na qual um paciente seu, jesuíta, posterga a decisão entre se casar ou permanecer no celibato. Lacan, ao invés de isentar-se de responder à dúvida do paciente, intervém opinando a favor do celibato. O paciente, então, chega numa sessão se dizendo decidido a seguir o caminho oposto. Cito Allouch:

Jesuíta em análise com Lacan, ele faz parte da primeiríssima geração de alunos. Um dia, na sessão, fala de sua intenção de deixar a Companhia e se casar.

Lacan fez tudo para dissuadi-lo disso, chegando até a dizer-lhe que o supereu, no casamento, seria pior que na igreja.

Resultado? O analisante realiza sua decisão, mas de certa maneira: ficou convencido de que a tomara sozinho. (1999, p. 45).

Supostamente, a demanda implícita nessa dúvida é, como no obsessivo, que o Outro consinta seu desejo. O paciente em questão poderia ter-lhe feito diretamente a pergunta: o que você acha? Lacan poderia, então, ter respondido e o efeito de apropriação do desejo ainda ter se produzido. Com base nessa especulação, podemos ler esse exemplo da seguinte forma: a intervenção de Lacan desconstrói a estagnação dialética que a dúvida produz. Uma resposta não poderia ser aí surpreendente?

Embora a via de reflexão sobre o motivo da interrupção do caso não tenha sido privilegiada neste trabalho, parece muito lógico pensar agora no que é dito por Miller (apud FORBES, 1999) na seguinte passagem:

[...] também se adota essa posição padronizada, o que torna muito difícil a análise da histérica, na medida em que o sujeito histérico pede ao Outro que pague sua cota, que pague de si mesmo – portanto, que ele manifeste o seu desejo. E, ao recusá-lo, a experiência não ocorre, e lançam-se as histéricas na categoria dos borderline ou até mesmo dos psicóticos incapazes de assumir a experiência psicanalítica. É necessário, se quiser manter a histérica no tratamento, que o analista abandone uma impassibilidade de comando e que mostre que também coloca de seu, mesmo que seja apenas para manter o sujeito que facilmente vai alegar vontade de partir, no fundo para pôr à prova o desejo do Outro. (p. 48).

Vimos como Sabrina passa a falar, em determinado momento, sobre como eu a ajudava ao ser mais assertivo nas intervenções, explicitando que gostaria que fosse mais claro em relação ao que pensava sobre ela. “Pergunta, que eu falo”, dizia. Outro dado importante que parece confirmar esse ponto de vista é a resposta que me dá ao questioná-la sobre a continuidade do tratamento: “se você deixar, eu volto a te ligar”. Minha resposta, como de costume, foi algo como: quando você quiser, eu vou estar aqui. Já havíamos mencionado a hipótese de que Sabrina estivesse ali colocando à prova meu desejo. O que não havia sido cogitado ainda é que a insistência em recusá-lo poderia levar à interrupção da análise.

Por que em geral não respondemos às perguntas dos pacientes? Um aspecto dessa regra está ligado ao paciente poder usar o que nos demanda para marcar o lugar do desejo. Em outras palavras, podemos dizer que o paciente nos pede uma resposta que não satisfaz. Vimos, em Lacan, que, no tratamento, tende a funcionar uma demanda para além do que é passível ou não de ser satisfeito, uma demanda sem conteúdo que é acoplamento ausência-presença. Lacan nos diz que é essa demanda sem conteúdo que funciona para a análise. Fica aqui uma questão, a ser aprofundada em outra oportunidade, sobre a função dessa demanda para o tratamento. Vimos ainda que, para Lacan, desde que o Outro não mais responda, tende a se produzir na análise um confronto do sujeito com os significantes de sua demanda. Qual a função desses significantes no processo da análise?

Uma questão central para nosso trabalho também poderia ser enunciada da seguinte forma: como faz o analista para que o Outro não responda? Basta que se cale diante das perguntas do paciente?

Podemos levantar agora a seguinte hipótese sobre o caso: é possível que Sabrina tenha passado a me fazer tantas perguntas diretas porque me reduzi, na transferência, a não respondê-las. Como se não restasse ali nada para além de uma pessoa que não responde.

Vimos como, para Lacan, a contratransferência diz respeito aos preconceitos que desvirtuam o analista em sua intervenção ao fixá-lo num determinado lugar. Lacan diz que o preço que se paga por isso é a ruptura do tratamento. Tendo essa hipótese em mente, podemos ainda relacionar a insistência de Freud no caso Dora (fazê-la reconhecer o objeto de seu desejo no Sr. K.), à minha insistência do lugar comum de não responder às perguntas do paciente no caso de Sabrina.

Vejamos como essa postura pode se relacionar com a demanda na histeria: “Para a histérica”, diz Lacan, “o problema é fixar seu desejo em algum lugar” (1999, p. 447). Seu desejo é o desejo do Outro, como em Dora seu objeto de desejo é a Sra. K., na medida em que é o desejo insatisfeito de seu pai, ou seja, um desejo que não pode se realizar para nenhum dos dois. Lacan diz que o Sr. K. cumpre aí uma função de *normativizar* a posição de Dora em relação à Sra. K., reintegrando no circuito o elemento masculino¹⁷. Essa identificação com o Sr. K. equilibra sua demanda de amor feita ao pai, permitindo a Dora receber esse amor por intermédio da Sra. K.. Vimos como o que Dora não pode tolerar é que seu pai só se interesse pela Sra. K., que o Outro se afigure como a lei que estabelece a mulher como objeto de troca.

Sabrina parece reivindicar com exclusividade o amor do namorado, mas na medida em que permanece ligada ao que seu pai não lhe deu. Ela diz repetir essa relação. Mostramos

¹⁷ Segundo Lacan: “A sra. K. é o objeto da adoração de todos os que a cercam, e é como participante dessa adoração que Dora se situa, afinal, em relação a ela. O sr. K. é a maneira como ela normativiza essa posição, tentando reintegrar no circuito o elemento masculino” (1995, p. 145).

como Sabrina, a exemplo de Dora, ama por procuração, ou seja, ela visa a mulher através do homem. Na transferência, parece dirigir a mim uma pergunta central: *o que você deseja numa mulher?* A questão que então se coloca é como manejar a pergunta para revelar a demanda que a sustenta.

Vimos como essa questão diz respeito também ao paradoxo da transferência. A transferência se instala como uma questão sobre o desejo do Outro através do analista: *o que ele quer?* O analista ocupa o lugar do Outro.

Mauro Mendes Dias define da seguinte forma este lugar que chamamos de inconsciente: “o inconsciente comparece no discurso do sujeito como aquilo que não é escutado no que é falado” (2003, p. 33). O paradoxo da transferência pode então ser explicado da seguinte forma: apesar do saber da análise se localizar do lado do paciente, é preciso um outro que lhe reenvie esse saber. Por isso é correto afirmar, segundo Dias, que o inconsciente não vem de dentro do sujeito, mas de fora, do Outro que escuta o que não é intencional em seu discurso (DIAS, 2003, p. 35).

Sabrina dirige a questão do desejo para o namorado e para mim, supondo que eu saiba a resposta. O que parece permitir a Sabrina formular sua questão é a relação triangular, formada tanto pelo namorado e a outra mulher, quanto por mim e a mulher através de mim.

O que Sabrina sustenta afinal com sua “infernização”? Como vimos, essa infernização parece manter uma margem na qual é possível a Sabrina tornar-se o que resta para fora do que demanda ao namorado. O que pede, no fundo não quer que lhe seja dado. Essa demanda, como diz André, mais que do objeto que a satisfaria é demanda de um desejo (1998, p. 141). Enquanto inferniza, Sabrina sustenta um desejo insatisfeito do namorado por outra mulher. Desejo esse que não se realiza até que Sabrina descobre a traição do namorado. Algo se desequilibra com essa descoberta, que podemos supor que produz na análise o efeito de levar Sabrina a me interrogar diretamente com mais insistência.

Surge então nossa questão sobre o manejo da pergunta do paciente quando este insiste em demasia que lhe respondamos. Para ultrapassar o vazio desse ponto morto, como se expressa Lacan, pode-se pensar em responder à pergunta como estratégia para revelar a demanda, caso essa resposta tenha por objetivo que a fala do Outro (significantes da demanda) volte a ser escutada. Mais importante que responder ou não à pergunta é não permanecer refém de uma posição, seja ela qual for, que paralise a função da fala.

Vimos, em outra vinheta clínica, como a provocação histérica pode chegar ao limite de, como diz Quinet, *encostar o analista contra a parede*. Mas cabe aqui a questão: o que fixa o analista na parede? Situações como essas levam a pensar que, às vezes, é ao responder que podemos falar sobre a pergunta, fazê-la falar da demanda que a sustenta.

BIBLIOGRAFIA

- ABIBON, R. *Transmitir psicanálise? Exercício de psicanálise em ato sobre a mulher no homem*. Apresentação de texto no Laboratório de Psicopatologia Fundamental – PUC-SP, São Paulo, 2007 (mimeo).
- ANDRÉ, S. *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Tradução: D. D. Estrada
- ALLOUCH, J. - *Alô, Lacan? - É claro que não*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999. Tradução: S. R. Felgueiras.
- BERLINCK, M. T. O método clínico - 2. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Local, Vol. 10, nº 4, dez. 2007, p. ix-xii.
- _____. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2008.
- BERNARDES, A. C. A resposta do analista: o caso Frida de Margaret Little. In: HANNA, M. S. G. F. e SOUZA, N. S. (orgs.) *O objeto da angústia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005, p. 109-121.
- DIAS, M. M. *Caderno do seminário: neuroses e depressão, lições I à V*, Instituto de Psiquiatria de Campinas, Hospital Irmãos Penteado, Programa de Transtornos Afetivos, 2ª edição, 2003.
- DUNKER, C. I. *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica*. Tese (Livre Docência), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2007.
- _____. *Lacan e a clínica da interpretação*. São Paulo: Hacker Editores/Cespuc, 1996.
- FERREIRA, A. B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FORBES, J. *Da palavra ao gesto do analista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999
- FREUD, S. Psicanálise. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XX, (1926).
- _____. Dois Verbetes de Enciclopédia. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVIII, (1923 [1922]).
- _____. Os Instintos e suas Vicissitudes. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, (1915).
- _____. Fragmento da análise de um caso de histeria. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII, (1905 [1901]).

- _____. Notas Sobre um Caso de Neurose Obsessiva. In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, 1996, v X, (1909).
- GOLDGRUB, F. W. *A metáfora opaca: cinema, mito, sonho, interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- ISRAEL, L. *A histórica, o sexo e o médico*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- JULLIEN, F. *Tratado da eficácia*. São Paulo: Ed. 34, 1998. Tradução: P. Neves.
- LACAN, J. *O mito individual do neurótico*, ou, Poesia e verdade na neurose. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. Tradução: C. Berliner.
- _____. *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. Tradução: A. Telles.
- _____. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. Discurso de Roma. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 139-172. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. *O seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Versão brasileira: A. Menezes.
- _____. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. Intervenção sobre a transferência. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 214-225. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a, p. 591-652. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. A significação do falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b, p. 692-703. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998c, p. 238-324. Tradução: V. Ribeiro.
- _____. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Versão brasileira: A. Quinet.
- _____. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. Versão brasileira: D. D. Estrada.
- _____. *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. Versão brasileira: R. do R. Barros.
- _____. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. Versão brasileira: B. Milan.

- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979. Versão brasileira: M. C. Laznik Penot e A. Quinet.
- MANNONI, O. O Divã de Procusto. In: _____. *Um espanto tão intenso: a vergonha, o riso, a morte*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 81-94.
- MILLER, J.-A. *Lacan Elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Organização: Angelina Harari.
- QUINET, A. *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Tradução: P. Neves.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)